



Relatório de Gestão e Contas 2021

Banco Interatlântico



Índice

1.	Principais Indicadores	4
2.	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	6
3.	Enquadramento da Comissão Executiva	7
4.	Principais Referências	9
4.1.	Estrutura accionista	9
4.2.	Órgãos sociais	9
4.3.	Marcos da actividade	11
4.4.	Estratégia e modelo de negócio	14
4.5.	Presença geográfica e canais	18
5.	Enquadramento macroeconómico e financeiro	19
5.1.	Contexto internacional	19
5.2.	Situação monetária e financeira de Cabo Verde	23
6.	Principais áreas de negócio	24
6.1.	Posicionamento competitivo	24
6.2.	Banca de retalho	28
6.3.	Banca corporativa	28
6.4.	Crédito por sector de actividade	29
7.	Recursos Humanos	30
7.1.	Distribuição por vínculo jurídico	30
7.2.	Distribuição funcional	30
7.3.	Distribuição por género	30
7.4.	Distribuição por escalão etário	30
7.5.	Distribuição por antiguidade	31
7.6.	Distribuição por escolaridade	31
7.7.	Formação	31
8.	Responsabilidade social	33
9.	Análise Financeira	33
9.1.	Balanço	33
9.2.	Demonstração de resultados	35



9.3. Eventos Subsequentes	37
10. Proposta de aplicação de resultados	38
11. Demonstrações financeiras	40
12. Notas às demonstrações financeiras	45
13. Relatório de Auditoria e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	46



1. Principais Indicadores

Indicadores em 31 de Dezembro

Milhares CVE

	31-12-2021	31-12-2020	Valor	%
INDICADORES DE BALANÇO E DE EXPLORAÇÃO				
Activo Líquido	25 920 698	24 274 644	1 646 054	6,8%
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 011 392	2 599 028	412 364	15,9%
Aplicações em Instituições de Crédito	31 119	28 626	2 493	8,7%
Crédito a clientes (Líquido)	20 154 043	19 161 948	992 095	5,2%
Crédito Titulado Bruto	4 996 797	5 119 204	-122 407	-2,4%
Crédito não Titulado Bruto	15 840 584	14 826 869	1 013 715	6,8%
dos quais: Crédito vencido	843 481	1 325 472	-481 990	-36,4%
Imparidade	683 338	784 125	-100 787	-12,9%
Depósitos de clientes	22 256 116	21 111 750	1 144 366	5,4% (8)
Capitais Próprios	3 033 318	2 746 004	287 314	10,5%
Produto Global de Actividade	1 166 970	1 060 165	106 806	10,1%
Margem Financeira	920 604	921 357	-754	-0,1%
Margem Complementar	246 367	138 807	107 560	77,5%
Custo de Estrutura	648 625	604 959	43 666	7,2%
Imparidades e Provisões	224 057	153 773	70 284	45,7%
Resultado de Exploração	518 346	455 206	63 140	13,9%
Resultado Líquido	282 781	283 795	-1 013	-0,4%
RÁCIOS DE RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA				
Rentabilidade Líquida do Activo (ROA)	1,14%	1,15%	0,0 p.p	(1)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	9,77%	10,94%	-1,2 p.p	(1)
Produto Global de Actividade / Activo Líquido Médio	4,72%	4,31%	0,4 p.p	(1)
Custo com Pessoal / Produto Global de Actividade	26,35%	27,43%	-1,1 p.p	
<i>Cost to income</i>	55,58%	57,06%	-1,5 p.p	
Comissões Líquidas / Volume de Negócios	0,25%	0,25%	0,01 p.p	(2)
Comissões Líquidas / Custos com Pessoal	30,18%	30,68%	-0,5 p.p	
QUALIDADE DE CRÉDITO E COBERTURA				
Rácio de NPL (<i>Non-performing loans</i>)	4,51%	9,12%	-4,6 p.p	
Rácio de NPL Líquido	2,39%	5,62%	-3,2 p.p	
Rácio de NPE (<i>Non-performing exposure</i>)	3,30%	6,44%	-3,1 p.p	
Rácio de NPE Líquido	1,73%	3,93%	-2,2 p.p	
Cobertura NPL	48,89%	41,17%	7,7 p.p	
Cobertura NPE	48,86%	41,05%	7,8 p.p	
Custo do Risco de Crédito	0,88%	0,88%	0,0 p.p	(4)
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto	5,32%	8,94%	-3,6 p.p	(3)
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A" nº 150/DSE/2009)	3,33%	5,73%	-2,4 p.p	(3)
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	75,03%	58,33%	16,7 p.p	(3)



RÁCIOS DE ESTRUTURA

Crédito a clientes (Líquido) / Activo Líquido	58,67%	57,89%	0,8 p.p	(3)
Rácio de Transformação (Crédito Líquido / Depósitos)	69,49%	67,69%	1,8 p.p	(5)

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE E LIQUIDEZ

Rácio de Solvabilidade	16,37%	16,00%	0,4 p.p	(6)
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	136,50%	140,01%	-3,5 p.p	

OUTROS INDICADORES

Nº de Empregados	159	159	0	0,0%	(7)
Nº de Agências	9	9	0	0,0%	
Empregado por Agência	17,7	17,7	0	0,0%	
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados	239.602	226.029	13.573	6,0%	(3)
(Créditos+Depósitos)/nº Agências	4.232.967	3.993.180	239.787	6,0%	(3)

(1) Capitais Próprios a Activos Líquidos Médios (13 observações)

(2) Volume de Negócio = Crédito Bruto Médio + Depósitos de Clientes Médio (13 observações)

(3) Crédito não titulado

(4) Custo de Risco de Crédito Líquido (inclui títulos das empresas) das recuperações de abatidos e juros de anos anteriores

(5) Crédito Líquido (inclui títulos das Empresas) / Depósitos de Clientes

(6) Provisório, ainda em processo de autorização pelo BCV

(7) Inclui 2 Administradores Executivos

(8) Não inclui os juros a pagar



2. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

A retoma iniciada em 2021 permitiu aprofundar e continuar a melhorar muito na actividade do Banco no País, servindo melhor e mais clientes, mantendo a rota traçada há alguns anos de nos afirmarmos sempre como o Banco de referência no País e contribuindo para a melhoria da imagem internacional dos indicadores do sistema financeiro nacional.

Depois dos desafios inéditos de 2020, que vencemos colectivamente, sem sobressaltos, dando segurança, continuidade ininterrupta e serviço aos nossos clientes e restantes *stakeholders*, ambicionávamos mais e melhor retoma, mas a realidade veio demonstrar que a tormenta de 2020 não estava dobrada e que 2021 tinha ainda muitos desafios.

Os principais indicadores do Banco demonstram a capacidade da Instituição em melhorar contínua e solidamente e destaco dois, pelo seu significado estrutural muito relevante:

- pela primeira vez desde há vários anos, o Banco Interatlântico cresce as suas quotas de mercado de crédito e de depósitos, mesmo considerando o efeito das reduções de NPL, que se mantiveram em níveis expressivos;
- pela primeira baixámos o rácio de NPL para menos de 5%, com forte redução de stock, sendo este patamar internacionalmente significativo, porquanto nos coloca finalmente fora do conceito das *high NPL institutions*, contribuindo assim, muito positivamente, para a solidez do Banco e do sistema;

Aprendemos muito com 2020, aprofundámos experiência em 2021, trazendo inovação e flexibilidade para dentro da organização e para o serviço aos clientes, sempre que verificámos que as soluções de emergência eram também boas soluções na normalidade.

Continuámos a transformação do Banco, o esforço de melhoria é permanente e a inovação no serviço aos nossos clientes abrange cada vez mais e melhores soluções, num movimento que já interiorizámos que é perpétuo, numa realidade tão dinâmica como a dos tempos que vivemos.

Nada se faz sem esforço, sem empenho ou sem dedicação, e a consistência que o Banco demonstra há vários anos manteve-se e aprofundou-se e temos de nos congratular com o caminho percorrido.

Aos nossos colaboradores é devido reconhecido agradecimento pelos resultados alcançados, pelo empenho e pela dedicação e a todos expresso a minha gratidão pelo Vosso serviço e pelo exemplo que dão.

Permitam-me também uma palavra de agradecimento ao anterior Presidente do Conselho de Administração, que ajudou a liderar esta Instituição nos últimos anos, a quem sucedo com orgulho e com total empenho em ajudar a melhorar o bom caminho que o Banco tem seguido.

O Presidente do Conselho de Administração

Nuno Alexandre de Carvalho Martins



3. Enquadramento da Comissão Executiva

As estimativas de evolução do PIB de Cabo Verde apontam para que o ano de 2021 tenha registado uma variação positiva de c. 7%, após um decréscimo de c. 14,8% em 2020. Sendo um país muito dependente do exterior para as necessidades básicas, com insuficiência de produção de bens essenciais para o mercado interno, em que Portugal é a principal origem das importações, também o é no desenvolvimento económico, com o sector do turismo a representar, directa e indirectamente, mais de 25% do PIB anual. A pouca retoma do turismo verificada, terá apresentado valores equivalentes a menos de 50% do número de visitantes e dormidas no País, por comparação com 2019.

O Banco Interatlântico apresenta quotas de mercado de c. 12% no crédito e 10% nos depósitos de clientes, o que representa um ligeiro crescimento face a 2020 e com evolução favorável dos seus principais indicadores:

- **Melhoria significativa dos indicadores de risco de crédito:**

Rácios	2021	2020
Crédito vencido (BCV)	5,32%	8,94%
NPE	3,30%	6,44%
NPL	4,51%	9,12%
NPE Líquido	1,73%	3,93%
NPL Líquido	2,39%	5,62%

- **Crescimento do crédito bruto a clientes**, apesar dos efeitos de redução decorrentes da liquidação de alguns NPL de grande dimensão, em 6,8% (sem o efeito das reduções de NPL, a carteira de crédito a clientes teria crescido 8,3%), com evoluções positivas na produção;
- **Crescimento dos Depósitos de Clientes** em c. 5,4%;

	2021 vs 2020
Produção Crédito ao consumo	+18%
Produção Crédito à Habitação	+22%
Produção Crédito às Empresas	+25%
Depósitos de clientes	5,4%
Comissões Líquidas	4,0%

- O Produto Global da Actividade cresceu 10,1% e os Resultados Brutos de Exploração 13,9%, com o Resultado Líquido a situar-se ligeiramente abaixo de 2020, em EUR 2,6 milhões, após um forte reforço de imparidades efectuado no final do ano num conjunto de clientes com antiguidade elevada de incumprimento (em média com antiguidade superior a 7 anos).
- O *cost-to-income* situou-se nos 55,6%, 1,5pp abaixo de 2020;
- O Rácio de Solvabilidade evoluiu positivamente para c. 16,4% (c. 16% em 2020).

	2021 vs 2020
Produto Global de Actividade	10,07%
Resultado Bruto de Exploração	13,87%
Resultado Líquido com aplicação de backstops	EUR 2,6 Mio (-0,4%)

Com uma estrutura de 157 empregados, 11 pontos de venda abertos ao público (9 agências e 2 gabinetes de segmentação de particulares e empresas), em 4 ilhas, o Banco conseguiu manter sempre operacional a sua



capacidade de serviço, sem interrupção de actividades críticas e sem encerrar pontos de serviço aos clientes, à semelhança do que já havia sido possível em 2020.

O Banco iniciou projectos estruturantes para melhorar a capacidade de serviço ao cliente que já permitiram rever e simplificar processos e estrutura, melhorando o *time-to-cash* e o *cost-to-serve*, entrando em produção no primeiro semestre de 2022: um *work-flow* de suporte a todo o processo de crédito, um novo *website* e um novo *internet banking*.

Em Outubro, o BEI – Banco Europeu de Investimento, aprovou a atribuição de uma linha de crédito de EUR 5 milhões para co-financiamento de operações a empresas, cuja versão final do contrato foi assinada em Janeiro de 2022 e cuja divulgação ao mercado deverá ocorrer em Abril, decorrendo os trabalhos de preparação da oferta e operacionalizações exigidas pelo contrato, alavancando os objectivos de crescimento da carteira de empresas.

No segundo semestre de 2021, o Banco iniciou também a sua mudança para novas instalações, na sequência de decisões corporativas e da sua Assembleia Geral, prevendo-se que até ao final do primeiro semestre de 2022 todos os serviços centrais estejam a operar nas novas instalações, resolvendo-se uma dificuldade de anos nas condições de trabalho e de imagem do Banco no mercado.

O Banco Interatlântico foi também distinguido em 2021 com alguns prémios, destacando-se:

- Prémio de Melhor Banco do ano em Cabo Verde em 2021, atribuído pela Revista *The Banker*, pelo quarto ano consecutivo;
- Dois prémios atribuídos pela *World Economic Magazine*:
 - Melhor Corporate Bank 2021 – Cabo Verde
 - Melhor Banco de Retalho 2021 – Cabo Verde

À semelhança dos anos anteriores, o Banco manteve uma política cuidada de responsabilidade social e cultural, apoiando alguns projectos e instituições sem fins lucrativos e culturais, importantes para o País.

A Comissão Executiva



4. Principais Referências

4.1. Estrutura accionista



4.2. Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Mário Jorge Alfama Menezes

Secretários

Francisco Fortunato Paulino Barbosa Amado

Alexandre José Matias Nunes Mendes

CA – Conselho de Administração

Presidente

José João Guilherme¹

Nuno Alexandre de Carvalho Martins²

¹ Renunciou em Março de 2022

² Nomeado pelos Accionistas em 31 de Março de 2022



Vice-Presidente

José António da Silva Brito³

Vogais

Maria João Fonseca Pacheco de Novais

Maria Zenaida da Rocha Costa Neves Leite

Paulo Jorge Carneiro de Figueiredo Silva

Neusa Margarida Lima Ferreira Delgado⁴

Leonilda Rocha Semedo⁵

Pedro Bruno Cardoso Braga Gomes Soares

Manuel Fernando Monteiro Pinto

Fernando Manuel Domingos Maximiano⁶

José Manuel dos Santos Afonso Serra⁷

Eurisanda Venulda Cardoso Tavares Rodrigues

Dirceu César Lopes do Rosário

CE – Comissão Executiva

Presidente

Pedro Bruno Cardoso Braga Gomes Soares

Membros

Manuel Fernando Monteiro Pinto

Fernando Manuel Domingos Maximiano

José Manuel dos Santos Afonso Serra

Eurisanda Venulda Cardoso Tavares Rodrigues

³ Renunciou em Março de 2022, com efeitos a partir de 23 de Abril de 2022

⁴ Renunciou em Agosto de 2021

⁵ Eleita em Dezembro de 2021 por deliberação dos accionistas

⁶ Renunciou em Janeiro de 2021

⁷ Eleito em Assembleia Geral de 31 de Maio de 2021



Dirceu César Lopes do Rosário

CF – Conselho Fiscal

Presidente

José Manuel Nunes Liberato

Vogais Efectivos

José Mário de Sousa

Carlos Alberto Rodrigues Erro! Marcador não definido.

Vogal Suplente

Maria Madalena Duarte Almeida Erro! Marcador não definido.

Auditor Externo

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

4.3. Marcos da actividade

→ Janeiro



Patrocínio da conferência “Desafios da transformação digital para o sector financeiro: *Outlook* multissetorial”



→ **Março**



Patrocínio da Noite de Homenagem às mulheres cabo-verdianas.

→ **Abril**



O Banco Interatlântico foi distinguido com os Prémios de Melhor Banco em Atendimento e Satisfação, Melhor Banco de Retalho, Melhor Banco em *Corporate Governance* e Década de Excelência para Grupo Bancário atribuídos pela *Global Banking & Finance Review*.

→ **Julho**



O Banco Interatlântico celebrou 22 anos no dia 01 de Julho de 2021.



→ **Agosto**



Foi construído um viveiro de tartarugas em Ribeira da Prata, Tarrafal, com o apoio do Banco Interatlântico.

→ **Outubro**



Patrocínio do livro “A Vénus Crioula” de Vera Duarte.

→ **Outubro**



O Dia Nacional da Cultura e das Comunidades foi celebrado pelo Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas que promoveu várias actividades, tendo o Banco Interatlântico apoiado essa iniciativa com música ao vivo na Agência Achada de Santo António.



→ Novembro



Patrocínio da 1ª Edição do festival de gastronomia "Praia Food Fest", com a participação de 22 restaurantes da Ilha de Santiago e uma solução inovadora de pulseiras de entrada e de pagamento em associação com o Banco Interatlântico.

→ Dezembro



O Banco Interatlântico foi distinguido com os Prémios: Melhor Banco do Ano 2021 – Cabo Verde, atribuído pelo *The Banker* pelo quarto ano consecutivo e Prémios de Melhor *Corporate Bank* Cabo Verde 2021 e Melhor Banco de Retalho Cabo Verde 2021, atribuídos pela *World Economic Magazine*.

4.4. Estratégia e modelo de negócio

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

A actividade do Banco em 2021 foi orientada pelos seguintes objectivos estratégicos:

- garantir a **sustentabilidade e estabilidade do resultado corrente**, num contexto de actividade bancária impactada pela pandemia COVID19



- **concluir a recuperação dos NPL históricos** e minimizar os riscos dos novos NPL associadas à pandemia COVID19
- **preparar o Banco** para a progressiva retoma da economia
- **consolidar os progressos** registados na melhoria da capacidade de resposta aos Clientes, Stakeholders, Entidades Corporativas e de Supervisão

e

- Transformar a Organização para um novo modelo de negócio e de serviço ao cliente:
 - **Eficiente** – menores custos unitários
 - **Escalável** – mais operações e serviços / menos esforço e menos riscos
 - **Inovador** – soluções modernas e flexíveis
 - **Abrangente** – melhor cobertura geográfica, mesmo sem presença física tradicional, melhor cobertura das necessidades dos clientes

O Banco tem em curso a implementação de um plano estratégico para o triénio 2021/2024 ambicioso e desafiador, com a execução de projectos estruturantes orientados pelos seguintes vectores estratégicos:

- **Crescer** – rentabilidade, quota de mercado e de cliente, negócio internacional
- **Inovar** – oferta, canais e serviço aos clientes
- **Consolidar** – a mitigação dos riscos e a qualificação dos recursos (humanos e tecnológicos)

INTERVENÇÃO COMERCIAL

A nível da actividade comercial do Banco, apesar ainda dos efeitos da pandemia, registou uma evolução positiva face ao ano anterior, tendo sido desenvolvida a partir das seguintes linhas orientadoras:

- Captação de novos clientes/ negócios, com enfoque na geração da margem complementar e aumento da quota de mercado;
- Melhoria do processo de gestão do crédito, em particular na prevenção e combate ao crédito em incumprimento, tendo sido alcançados resultados muito expressivos em 2021 com redução do saldo de crédito vencido em 36% face a 2020;
- Apoio o financiamento dos negócios, em particular através das linhas protocoladas;
- Consolidação como o Banco de apoio às empresas de matriz portuguesa e às empresas com negócio internacional em Cabo Verde.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 2021 ficou marcado pelo início de projectos estruturantes no Banco, anteriormente adiados pela pandemia, com entrada em produção prevista no decorrer do ano de 2022, que visam alavancar o crescimento do negócio, através da evolução da sua oferta e melhoria da capacidade de resposta, bem como a automatização de processos internos/externos, permitindo desta forma a libertação de recursos humanos para angariação de novos negócios e a mitigação do risco operacional.



A nível das matérias de segurança, fez-se um reforço de boas práticas junto dos colaboradores, com a comunicação das condições de segurança, de modo a evitar atitudes menos correctas, como abertura de emails desconhecidos, ataques de *phishing*, etc.

Foram também efectuadas actualizações dos servidores, *firewalls*, *websecurity* e *mailsecurity*, com a aplicação dos últimos *patches* de segurança, de acordo com as boas práticas.

CONTROLO INTERNO

Em 2021, registou-se uma consolidação por parte do BI no que tange à adaptação da sua estrutura no contexto da pandemia da Covid19, com recurso ao teletrabalho de forma mais flexível, de acordo com as variações em termos de números de casos e situação do país.

As actividades foram desenvolvidas de forma contínua, os níveis de serviço assegurados, e mantido o nível de confiança dos seus clientes, bem como um relacionamento salutar com o Supervisor e diversos *Stakeholders*.

Assistiu-se ao reforço das Funções de Controlo do Banco quer em termos de recursos quer em termos de metodologias permitindo assim reforçar o modelo de acompanhamento e monitorização dos riscos.

Importa realçar que foi concluído no novo formato, no início de 2021, o Relatório de Auto-avaliação da Adequação e Eficácia da Cultura Organizacional e dos Sistemas de Governo e de Controlo Interno, referente ao ano transacto e elaborado um 2º relatório com data de corte de Novembro de 2021, ambos tendo por base o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020.

ORGANIZAÇÃO E NORMAS

O Banco Interatlântico deu continuidade ao desenvolvimento das funções de controlo interno, em particular na função de gestão dos riscos, na auditoria interna e *compliance*, destacando-se o reforço das suas competências em termos de recursos bem como das suas metodologias em alinhamento com os *standards* e melhores práticas internacionais.

Face a uma maior integração das políticas corporativas do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD) nas práticas do BI, foram aprovados e actualizados vários normativos corporativos, destacando-se os seguintes:

- SEGURANÇA NOS ACESSOS REMOTOS AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
- MANUAL DE PREVENÇÃO DA LAVAGEM DE CAPITAIS E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO
- SANÇÕES INTERNACIONAIS - PARECER DE RISCO DE COMPLIANCE
- MODELO DE GOVERNAÇÃO PARA O RISCO OPERACIONAL
- CONTROLO E SEGURANÇA DE REDES WI-FI
- POLÍTICA CORPORATIVA DE GESTÃO DOS RISCOS NÃO FINANCEIROS
- CONCESSÃO DE CRÉDITO A ENTIDADES SEDIADAS EM JURISDIÇÕES OFFSHORE
- PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS - MONITORIZAÇÃO DE CLIENTES COM PERFIL DE RISCO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS ALTO
- SISTEMA DE GESTÃO DA CONTINUIDADE DE NEGÓCIO



- PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS - RISCO PAÍS/JURISDIÇÃO (V5)
- MODELO DE GOVERNO E QUALIDADE DOS DADOS
- RISCO DE COMPLIANCE NO FINANCIAMENTO DE EQUIPAMENTO MILITAR / ARMAMENTO
- MANUAL DE PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO
- POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS
- PUBLICIDADE A PRODUTOS E SERVIÇOS COMERCIALIZADOS PELO BI
- POLÍTICA CORPORATIVA DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO
- POLÍTICA DE GOVERNAÇÃO, APROVAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE PRODUTOS
- POLÍTICA DE RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
- CÓDIGO DE CONDUTA DO BANCO INTERATLANTICO
- PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO
- POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS SERVIÇOS DE PAGAMENTOS
- GESTÃO DA PANDEMIA COVID-19

GESTÃO DA PANDEMIA COVID-19

Em 2021 continuaram a fazer-se sentir os impactos do contexto pandémico que assolou o País em 2020, tendo o Banco assegurado a operacionalidade da instituição, o cumprimento dos seus principais deveres legais e regulamentares e a protecção de colaboradores e cliente, num esforço de gestão abrange Administração, órgãos sociais de Fiscalização e Funções de Controlo, Chefias e todos os colaboradores.

Importa salientar a gestão do Plano do BI *back-to-office*, o qual se foi adaptando de acordo com a evolução da pandemia.

Em finais de 2021, face ao elevado número de casos positivos detectados no Banco, dos quais vários colaboradores pertencentes à Rede de Agências, foi convocado o Comité de Crise - COVID19. Constatando-se a situação de contingência foram definidas as seguintes prioridades para a Rede Comercial:

- Manutenção da operacionalidade da Rede Comercial;
- Recuperação do crédito vencido e captação de depósitos

Adicionalmente foram definidas outras medidas, resultantes do Comité de Crise, nomeadamente:

- Foi activada a fase II do Plano *back-to-office* e cada OE passou a funcionar com pelo menos 50% dos seus colaboradores em teletrabalho;
- As Agências do Mindelo e da Boavista passaram a implementar 2 turnos com um intervalo de uma hora, na hora de almoço (12h-13h), em que é feita uma desinfecção nas Agências;
- O Gabinete de Recursos Humanos passou a enviar uma relação nominativa, por OE, dos colaboradores a trabalhar presencialmente, em teletrabalho e ausentes/doentes para a Comissão Executiva;
- Assegurar que os serviços críticos centrais continuassem a funcionar para garantir o serviço ao cliente.



4.5. Presença geográfica e canais

No final de 2021, a rede comercial do BI abrangia 9 agências nas principais ilhas do arquipélago, 1 gabinete de empresas, 1 gabinete de particulares e 1 unidade de clientes especiais.

Para além das agências com atendimento presencial, o BI dispõe de canais de atendimento à distância, o *Internet Banking (BIn@net)* e uma rede de ATMs, bem como de um serviço de apoio ao cliente.



Figura 1 – Presença geográfica do BI em Cabo Verde

No que toca aos meios de pagamento, importa referir que houve uma evolução positiva no ano de 2021. Tal crescimento era expectável não só pela tendência de crescimento desses canais como também em parte pela influência da pandemia.

Em ATM o Banco manteve estável o seu número, com 43 máquinas instaladas e uma quota do mercado de 21% em 2021.

O Banco registou um aumento de POS de 6% face ao ano de 2020 (1.232), com 1.314 POS instalados, mantendo-se na mesma posição em termos de quota de mercado (14%) e ocupando a 3ª posição no mercado nacional.

No que concerne ao número de contratos activos no canal Internet Banking, manteve-se igualmente a tendência de crescimento, com um aumento de 8% comparado a 2020. Em 2021, existia um total de 19.976 contratos activos, dos quais 17.036 contratos Particulares e 2.940 contratos Empresas.

O aumento do nº de contratos de BIn@net activos esteve alinhado com o aumento de clientes activos (32.826 em 2021) com uma taxa de cobertura de c. 60%.

De registar que, em 2021, se verificou um número médio de acessos diários ao internet banking de 3.445, representando c. 17,2% dos contratos activos, uma evolução positiva de 7,2% face a 2020 em que a média diária de acessos foi de 3.215.



Registou-se um aumento de 12,64% de cartões activos no ano de 2021, a totalizar 26.626 cartões, dos quais 23.021 cartões da rede 24 e 3.605 cartões VISA, o que representa uma cobertura dos clientes activos de 81%.

No que respeita à utilização dos canais digitais (BIn@net e BI Mobile) e cartões, verifica-se um aumento do número de operações realizadas no ano de 2021 comparativamente ao ano de 2020, com destaque para operações como as transferências e pagamento de serviços, o que demonstra um reforço do crescimento na utilização dos canais digitais para algumas operações.

Tipo Transacção	BIn@net			Rede Vinti4			Mobile		
	dez-20	dez-21	Δ	dez-20	dez-21	Δ	dez-20	dez-21	Δ
Consulta Movimentos	944.214	994.019	5,0%	119.580	126.531	5%	257	1.062	76%
Consulta Contas Ordem	99.690	121.688	18,1%	393.730	386.005	-2%	3.608	7.482	52%
Pedido Cheques	34	63	46,0%	82	78	-5%	5	9	44%
Transferência Interna	115.766	138.466	16,4%	0	0	0%	0	0	0%
*Transferência p/ OIC	45.490	67.436	32,5%	15.302	18.952	19%	229	528	57%
Pagamento de Serviços	18.278	26.100	30,0%	6.071	7.491	19%	44	140	69%
Carregamento Telemóveis	48.094	52.610	8,6%	34.253	30.952	-11%	4.833	4.786	-1%
Total	1.271.566	1.400.382	9,2%	569.018	570.009	0%	8.976	14.007	36%

* em relação a ATM (rede Vinti4) e Mobile, todas as transferências são classificadas como Transferências p/ OIC

Figura 2 – Utilização do BIn@net em comparação com a Rede Vinti4 e com a rede Mobile, consoante o tipo de transacção

5. Enquadramento macroeconómico e financeiro⁸

5.1. Contexto internacional

O enquadramento externo da economia nacional foi marcado pelo avanço dos programas de vacinação a nível mundial e, em particular, nos principais parceiros do país, permitindo que as restrições impostas à actividade económica e as medidas de contenção da propagação da pandemia da covid-19 fossem amenizadas e houvesse a reabertura, ainda que gradual, de algumas actividades económicas. Este facto, aliado aos efeitos dos contínuos apoios das medidas de políticas orçamental e monetária acomodáticas, determinou uma recuperação da economia global e dos principais parceiros do país no primeiro semestre do ano.

A Área do Euro, o principal parceiro económico do país, registou no primeiro trimestre uma contracção em termos homólogos do produto interno bruto em volume de 1,2% (menor que a contracção de 4,4% verificada no quarto trimestre de 2020) e um aumento de 14,3% no segundo trimestre.

⁸ Principais dados económicos retirados do Relatório de Política Monetária do BCV, de Outubro de 2021 e do *World Economic Outlook Database* do FMI, de Janeiro de 2022.



O Reino Unido, com o maior mercado de turistas em Cabo Verde, também registou uma contracção em termos homólogos de 6,1 % no PIB em volume no primeiro trimestre (menor que a contracção de 7,3 % no quarto trimestre de 2020) e uma expansão de 22,2 % no segundo trimestre.

A economia dos EUA, outro importante parceiro económico do país, registou um crescimento do PIB em volume de 0,5 e 12,2 % no primeiro e segundo trimestres, respectivamente.

Do lado da procura, os desempenhos positivos sobretudo do consumo privado e, em menor escala, das exportações líquidas justificam, em geral, o crescimento da procura agregada dos principais parceiros do país. O consumo privado foi, o principal impulsionador da retoma económica nos últimos meses, apoiado pelo alívio das medidas de contenção com o avanço da vacinação, pela diminuição gradual da incerteza em torno do curso da pandemia, pelas medidas de estímulos adoptadas para apoiar as economias, acrescido do aumento da confiança dos consumidores e a recuperação do rendimento disponível. Do lado da oferta, o sector dos serviços (sobretudo os ramos do comércio, alojamento e restauração) é a componente da oferta agregada mais beneficiada com o alívio das restrições e das medidas de contenção.

Nos EUA, a taxa de desemprego diminuiu de 6,7 % em Dezembro de 2020 para 5,2 % em Agosto de 2021, o nível mais baixo desde Março de 2020. Na Área do Euro e no Reino Unido, as taxas de desemprego reduziram de 8,2 % e 4,9 % em Dezembro de 2020 para 7,6 % e 4,6 % em Julho e Junho de 2021, respectivamente.

Nos mercados monetário e cambial, as medidas de política, em particular, as monetárias adoptadas na Área do Euro, traduziram-se na manutenção das taxas de juro Euribor em mínimos históricos, e na apreciação do EUR, de Janeiro a Agosto em 1,6 % em termos efectivos nominais e em 7,3 % face ao USD. As taxas de variação média anuais dos índices de preços no consumidor da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido aumentaram, em Agosto de 2021, 0,4 p.p, 1,5 p.p e 0,1 p.p face a Agosto de 2020, fixando-se nos 1,1 %, 3,0 % e 1,3 %, respectivamente.

As taxas de inflação homólogas dos índices de preços no consumidor da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido aumentaram igualmente, em Agosto de 2021, situando-se em 3,0, 5,3 e 3,2 %, respectivamente (o que compara com -0,2 %, 1,3 % e 0,2 %, em Agosto de 2020). O diferencial de juros do país face a Área do Euro favoreceu a acomodação monetária com a redução dos custos de financiamento do sector privado nacional e tornou potencialmente mais atractivos os investimentos no país. No entanto, a apreciação do EUR, por levar a um aumento do câmbio do escudo face a moeda dos outros principais parceiros comerciais de Cabo Verde, afectou negativamente a competitividade-preço e a rentabilidade das reservas internacionais líquidas do país.

INDICADORES INTERNACIONAIS

WORLD ECONOMIC OUTLOOK

	Crescimento Real do PIB em %			
	2020 ^E	2021 ^E	2022 ^P	2023 ^P
Produto Mundial	-3,1	5,9	4,4	3,8
Economias Avançadas	-4,5	5,0	3,9	2,6
EUA	-3,4	5,6	4,0	2,6
Área do Euro	-6,4	5,2	3,9	2,5



Alemanha	-4,6	2,7	3,8	2,5
França	-8,0	6,7	3,5	1,8
Itália	-8,9	6,2	3,8	2,2
Espanha	-10,8	4,9	5,8	3,8
Japão	-4,5	1,6	3,3	1,8
Reino Unido	-9,4	7,2	4,7	2,3
Economias Emergentes / Desenvolvimento	-2,0	6,5	4,8	4,7
Brasil	-3,9	4,7	0,3	1,6
Rússia	-2,7	4,7	2,8	2,1
Índia	-7,3	9,0	9,0	7,1
China	2,3	8,1	4,8	5,2
África Subsariana	-1,7	4,0	3,7	4,0
Comércio Internacional em volume (Bens e Serviços)	-8,2	9,3	6,0	4,9
Preços de Matérias-Primas (US dollar)				
Energéticos	-32,7	67,3	11,9	-7,8
Não Energéticos	6,7	26,7	3,1	-1,7

Fonte: Fonte: World Economic Outlook Database do Fundo Monetário Internacional (Jan./2022)

P - Projeções

E - Estimativas

EVOLUÇÃO GLOBAL⁹

No plano interno, os indicadores disponíveis apontam, igualmente, para uma evolução menos favorável da economia nacional no terceiro trimestre. De notar que, de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o produto interno bruto (PIB) em volume cresceu 30,8 % em termos homólogos no segundo trimestre do ano, depois de ter contraído 11,0 % no primeiro trimestre. Do lado da oferta, o aumento do valor acrescentado bruto, principalmente, dos ramos da construção, transportes, comércio, administração pública e indústria transformadora em, respectivamente, 67,3 %, 142,1 %, 40,4 %, 15,0 % e 40,6 %, bem como, a evolução positiva dos impostos líquidos de subsídios (em 23,2 %), explica o desempenho da economia nacional entre Abril e Junho. Do lado da procura, o crescimento do produto reflectiu, essencialmente, o aumento da procura interna, em particular, do investimento e do consumo em, 47,9 e 15,4 % em termos homólogos, respectivamente.

As pressões inflacionistas no país aumentaram em Outubro, com as taxas de inflação homóloga e média anual a prosseguirem com as suas trajectórias ascendentes, fixando-se em, respectivamente, 3,8 % e 1,0 %, de acordo com o INE. Em Junho, estas taxas fixavam-se em 1,5 % e 0,2 %, respectivamente.

Destaca-se, em Outubro, o aumento expressivo dos preços das classes de “Vestuário e calçado” e “Transportes”, cujas taxas de inflação homólogas fixaram-se em, respectivamente, 10,9 % e 8,0 %, justificado sobretudo, pelo crescimento dos preços de “Peças de vestuário”, “Combustível e lubrificantes para equipamento para transporte pessoal” e “Bicicletas” em, respectivamente, 14,7 %, 37,5 % e 18,3 %. A inflação homóloga subjacente, que expurga as componentes energia e bens alimentares não transformados do índice de preços no consumidor,

⁹ Dados retirados dos indicadores económicos e financeiros do BCV, de Dezembro de 2021.



fixou-se em 2,8 % em Outubro, um ponto percentual abaixo da taxa de variação homóloga do índice agregado, indiciando que as componentes mais voláteis do cabaz de consumo nacional (sobretudo, a energia) determinaram a evolução dos preços no consumidor. As contas externas registaram uma evolução menos desfavorável no terceiro trimestre.

O défice da balança corrente registou uma melhoria, fixando-se nos 5.725,6 milhões de escudos (o que compara ao défice de 8.420,6 milhões de escudos no terceiro trimestre de 2020), explicado principalmente, pelo aumento das remessas de emigrantes (em 57,5 %), das exportações de viagens de turismo e de serviços de transportes aéreos (em 269,3 % e 144,0 % em termos homólogos, respectivamente), das exportações de bens e, em particular, das reexportações de combustíveis e viveres nos portos e aeroportos (em 174,3 %), bem como, pela redução no pagamento de juros da dívida externa (pública e privada) em 14,7 %. Entretanto, o aumento das importações de bens e serviços (em 20,5 % em termos homólogos) e a redução das transferências oficiais correntes (em 67,1 %) contribuíram para atenuar a melhoria do défice da balança corrente.

O excedente da balança de capital aumentou 2,1 % em termos homólogos, fixando-se nos 500,9 milhões de escudos, em resultado essencialmente, do aumento das transferências de capital privadas (em 28,1 %), porquanto as transferências de capital oficiais caíram 17,8 %. O défice da balança financeira, no entanto, fixou-se nos 4.887,2 milhões de escudos no terceiro trimestre, valor inferior ao registado em período homólogo em 1.654,3 milhões de escudos. A redução das entradas líquidas de financiamento na economia, reflectiu sobretudo, a diminuição dos desembolsos líquidos da dívida pública externa em 5.665,7 milhões de escudos associada, em grande parte, à entrada excepcional no período homólogo, dos desembolsos do BAD e Banco Mundial para apoiar o país na mitigação dos efeitos da pandemia, bem como, o aumento dos activos externos líquidos dos bancos comerciais em 2.514,5 milhões de escudos. De referir, no entanto, o aumento do investimento directo estrangeiro em 71,7 % em termos homólogos, contribuindo para atenuar a redução dos influxos líquidos de financiamento no país.

INDICADORES NACIONAIS

	2019a	2020a	2021b	2022b	2023b
Produto interno bruto, (Variação %)	5,668	-14,783	3,995	6,504	6,096
PIB a preços de Mercado (CVE bn)	195,202	164,911	174,084	188,380	203,462
PIB (U.S. dolar bn)	1,982	1,707	1,886	2,063	2,261
Inflação dos preços ao consumidor (Média; em%)	1,106	0,605	1,500	1,600	1,700
População (milhões)	0,550	0,557	0,563	0,570	0,577
Exportações de Bens (variação percentual)	-1,098	-10,527	15,359	9,868	12,871
Importação de Bens (variação percentual)	-3,272	4,571	-9,052	6,142	3,707
Saldo da Balança Corrente (Em milhões de U.S. \$)	-0,008	-0,271	-0,250	-0,180	-0,117
Reservas Nacionais (Em % PIB)	37,151	20,209	24,358	30,222	34,909

Fonte: World Economic Outlook Database do Fundo Monetário Internacional

a. Actual b. Estimativa



5.2. Situação monetária e financeira de Cabo Verde

A massa monetária, expressa pelo agregado M2, contraiu 1,2 % em Outubro de 2021 face a Dezembro de 2020 (menos 3,8 pontos percentuais que em período homólogo) determinado pela queda dos activos externos líquidos em 7,0 % e, em particular, do *stock* das reservas internacionais líquidas do país. Apesar da entrada, em Agosto do corrente ano, de 3.022,8 milhões de escudos referentes à alocação dos Direitos Especiais de Saque (DES) pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o *stock* das reservas internacionais líquidas do país reduziu 10,7 % face a Dezembro (18,6 % em termos homólogos). Entretanto, o *stock* de reservas internacionais líquidas do país garantia, a 31 de Outubro de 2021, 6,9 meses de importações de bens e serviços projectadas para o ano de 2021.

O crédito interno líquido, por seu turno, aumentou 3,0 % face a Dezembro de 2020, impulsionado essencialmente, pelo aumento do crédito à economia em 6,0 % (7,5 % em termos homólogos), porquanto o crédito líquido ao sector público administrativo reduziu 9,6 %.

A suspensão do serviço da dívida dos contratos sob o regime das moratórias, a utilização das linhas de crédito covid-19 garantidas pelo Estado, bem como, a concessão de novos créditos explica o desempenho do crédito à economia, enquanto a liquidação dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) detidos pelo Banco de Cabo Verde numa negociação com o Instituto Nacional de Previdência Social justifica, em grande medida, a evolução do crédito líquido ao sector público administrativo.

Em termos de componentes, a redução da oferta monetária traduziu a evolução dos passivos monetários, designadamente, dos depósitos à ordem em moeda nacional e da moeda em circulação que diminuíram 6,3 e 5,0 %, respectivamente. Os passivos quase monetários, por seu turno, cresceram 3,0 % face a Dezembro de 2020, determinado principalmente, pelo aumento dos depósitos a prazo em moeda nacional e dos depósitos de poupança em 5,5 e 9,2 %, respectivamente.

As contas públicas registaram uma deterioração, com o défice a aumentar para os 13.117,7 milhões de escudos no terceiro trimestre de 2021, correspondendo a 7,4 % do PIB (o que compara com um défice de 8.586,3 milhões de escudos no trimestre homólogo, o equivalente a 4,7 % do PIB).

As despesas correntes de funcionamento aumentaram 16,9 % em termos homólogos (contra uma redução de 0,5 % no período homólogo), impulsionadas, em boa medida, pela execução de gastos com a aquisição de bens e serviços, com benefícios sociais, com as transferências correntes para os municípios, com pessoal e com os subsídios compensatórios da taxa de ocupação deficitária nos transportes marítimos inter-ilhas.

As despesas com activos não financeiros cresceram, em termos homólogos, 124,9%. Tendo em conta, sobretudo, o não desembolso até Setembro da ajuda orçamental dos parceiros multilaterais do país e a diminuição dos donativos directos ao financiamento de projectos, as transferências em donativos caíram 64,5 % em termos homólogos.

As receitas fiscais, por seu turno, contraíram 0,3% devido, em grande medida, à queda na arrecadação de impostos sobre o rendimento (de pessoas singulares e colectivas), da contribuição turística e do tributo especial unificado em 10,5%, 81,2% e 19,1%, respectivamente.



A necessidade de financiamento do Estado determinou o aumento do endividamento público, tanto junto aos bancos e outros credores nacionais, respectivamente, em 6.722,7 e 4.804,3 milhões de escudos, como junto dos credores externos em 1.463,4 milhões de escudos. Neste quadro, o *stock* da dívida do Estado incluindo e excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) aumentou para, respectivamente, 283,7 e 272,3 mil milhões de escudos, representando 158,8 e 152,5 % do PIB projectado para 2021.

6. Principais áreas de negócio

6.1. Posicionamento competitivo

Em 31 de Dezembro de 2021, a quota de mercado do Banco Interatlântico, em termos de volume de negócios, situou-se nos 10,36%, registando um aumento de 0,26 p.p face ao período homólogo.

Valores em milhões de Escudos Cabo-verdianos

Volume de Negócios	dez-20	dez-21	dez. 21 -dez. 20	
			Valor	%
Sistema	356.462	368 629	12 167	3,41%
BI	36.016	38 186	2 170	6,03%
Quota Mercado	10,10%	10,36%	0,26p.p	

Fonte Banco de Cabo Verde Dezembro 2021 - Não inclui Créditos Mobiliários (Títulos Dívida Pública e Obrigações emitidas pelas empresas)

Os recursos totais de clientes aumentaram CVE 1.157 mil (5,46%) face a Dezembro de 2020, atingindo o montante de CVE 22.346 mil, um crescimento substancial face à evolução do mercado.

Valores em milhões de Escudos Cabo-verdianos

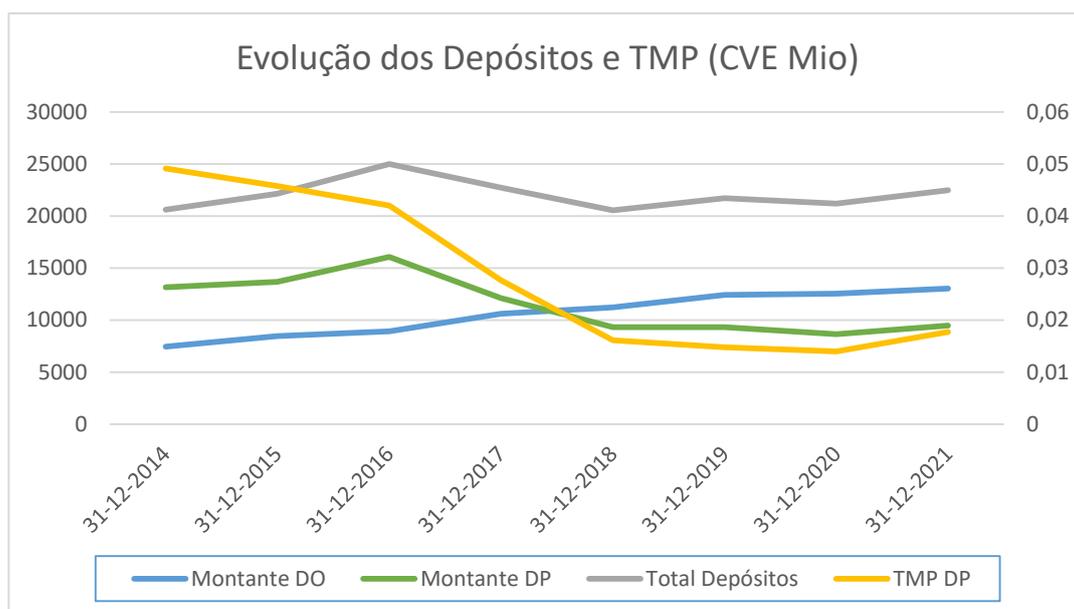
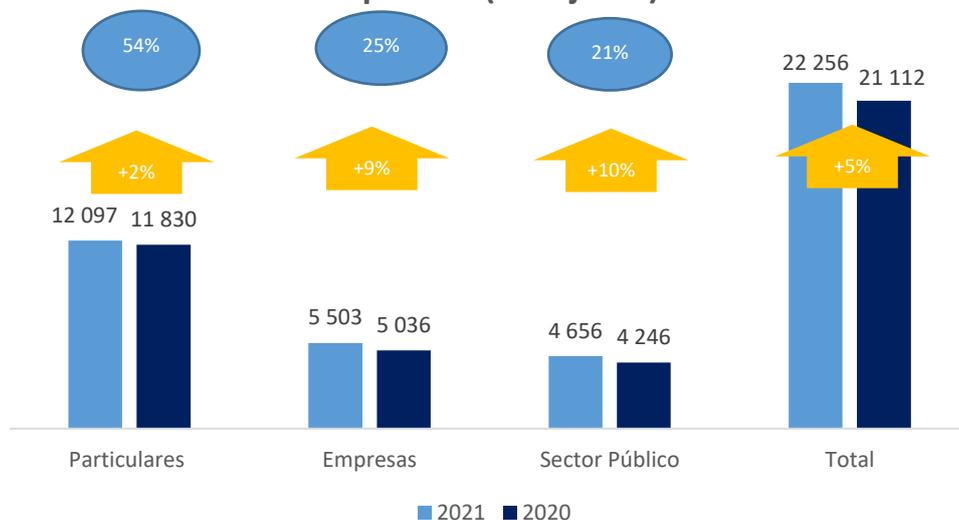
Recursos dos Clientes	dez-20	dez-21	dez. 21 -dez. 20	
			Valor	%
Sistema	230.439	234 943	4 504	1,95%
BI	21.189	22 346	1 157	5,46%
Quota Mercado	9,20%	9,51%	0,32p.p	

Fonte Banco de Cabo Verde Dezembro 2021 - Não inclui Créditos Mobiliários (Títulos Dívida Pública e Obrigações emitidas pelas empresas)

A taxa de remuneração dos depósitos não à ordem passou de 1,40% em Dezembro de 2020 para 1,77% em Dezembro de 2021, impulsionando desta forma que o total da carteira passasse de 0,57% em Dezembro de 2020 para 0,75% em Dezembro de 2021, resultado da estratégia de aumento da carteira de depósitos.



Depósitos (Sem juros)



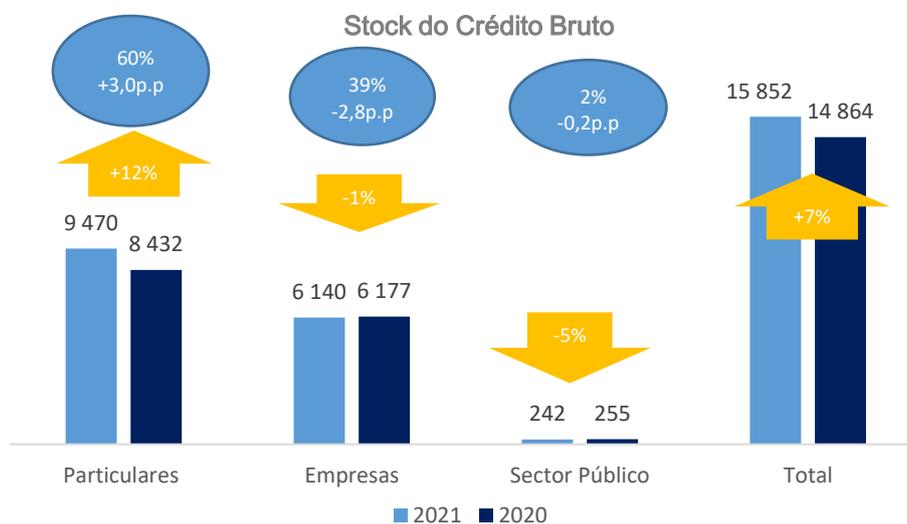
Relativamente ao crédito bruto, o Banco alcançou uma quota de mercado de 11,85%, registando um aumento de 0,08 p.p face ao período homólogo, crescendo também acima do mercado.

Valores em milhões de Escudos Cabo-verdianos

Crédito Bruto	dez-20	dez-21	dez. 21 -dez. 20	
			Valor	%
Sistema	126.023	133 686	7 663	6,08%
BI	14.827	15 841	1 014	6,84%
Quota Mercado	11,77%	11,85%	0,08p.p	



Fonte Banco de Cabo Verde Dezembro 2021 - Não inclui Créditos Mobiliários (Títulos Dívida Pública e Obrigações emitidas pelas empresas)

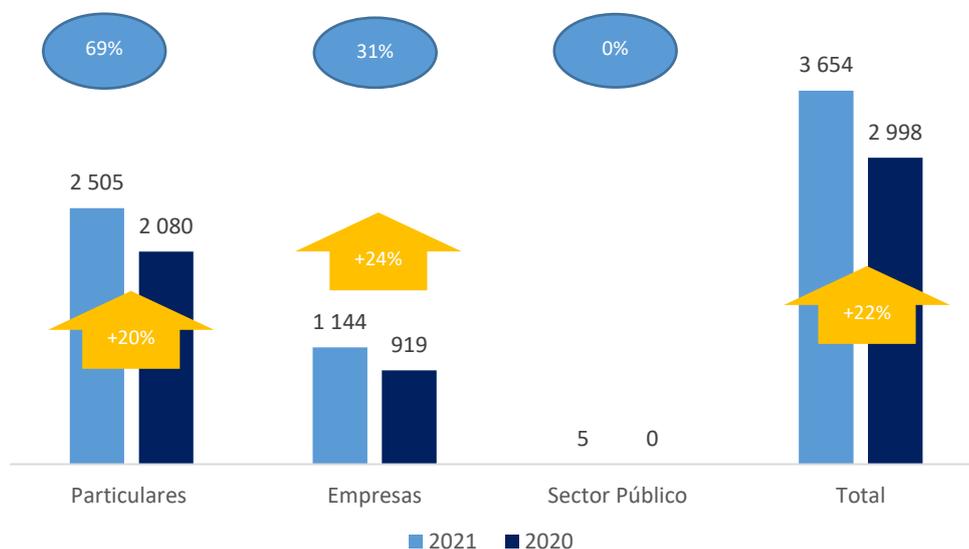


O volume de novo crédito concedido¹⁰ em 2021 situou-se em CVE 3.654 milhões, representando um aumento de 22% face ao ano anterior, com maior impacto no segmento das Empresas, que cresceu 24% face ao período homólogo.

¹⁰ Inclui os valores desembolsados em cada ano (não inclui os aumentos das contas em utilização; inclui os desembolsos de tranches de créditos contratados em anos anteriores)

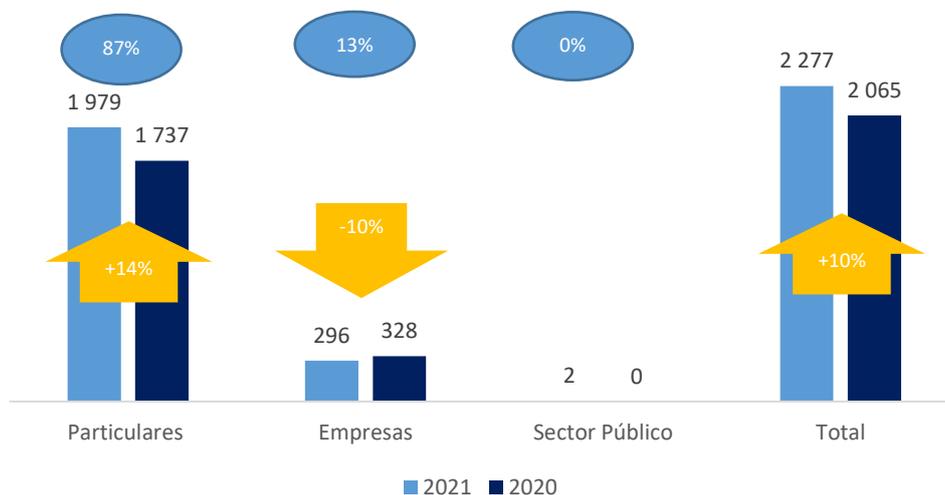


Volume da Produção de crédito concedido no ano



Relativamente às operações contratadas ¹¹em 2021, registou-se um aumento de 10% face ao período homólogo, com destaque para o segmento Particulares, que cresceu 14% comparativamente a 2020.

Nº de operações contratadas no ano

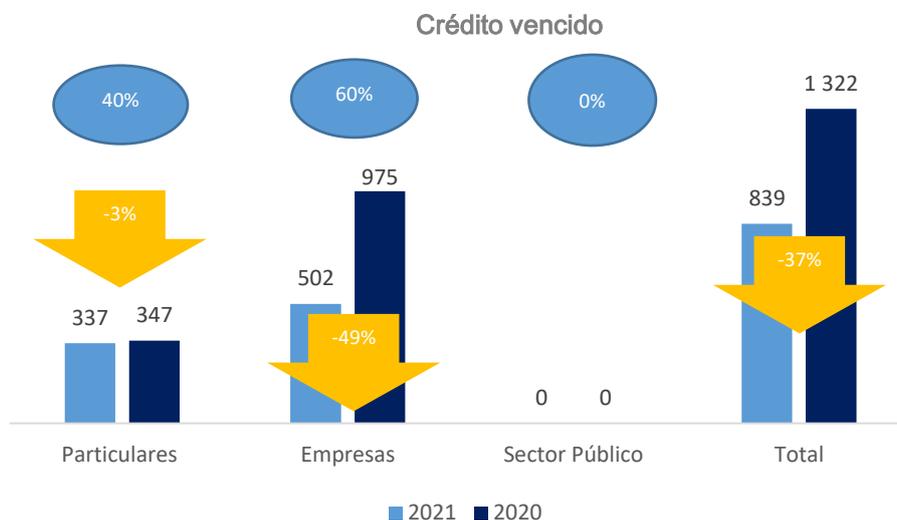


Em 2021, o Banco deu continuidade ao esforço desenvolvido ao longo dos últimos anos para a recuperação de crédito vencido, assim como para a redução de novos incumprimentos, representando uma diminuição de -37%

¹¹ Não inclui as renovações de contas em utilização



face a 2020, destacando-se o decréscimo de crédito vencido nas Empresas com -49% comparado ao ano homólogo.



6.2. Banca de retalho

O volume de negócios na banca de retalho situou-se nos CVE 21.230 milhões em Dezembro de 2021, registando um aumento de 6,60% face ao período homólogo, com um registo de crescimento a nível de crédito em 12,97%.

Valores em milhões de Escudos Cabo-verdianos

Particulares e Pequenos Negócios	dez-20	dez-21	dez 21 - dez 20	
			Valor	%
Crédito	8.085	9.133	1.048	12,97%
Depósitos	11.830	12.097	267	2,25%
Volume de Negócios	19.915	21.230		6,60%

6.3. Banca corporativa

O volume de negócios da banca corporativa alcançou o montante de CVE 16.543 milhões em 2021, representando uma ligeira diminuição de *stock* de -0,77% face ao período homólogo, resultado de grandes regularizações de NPL em 2021.

Valores em milhões de Escudos Cabo-verdianos

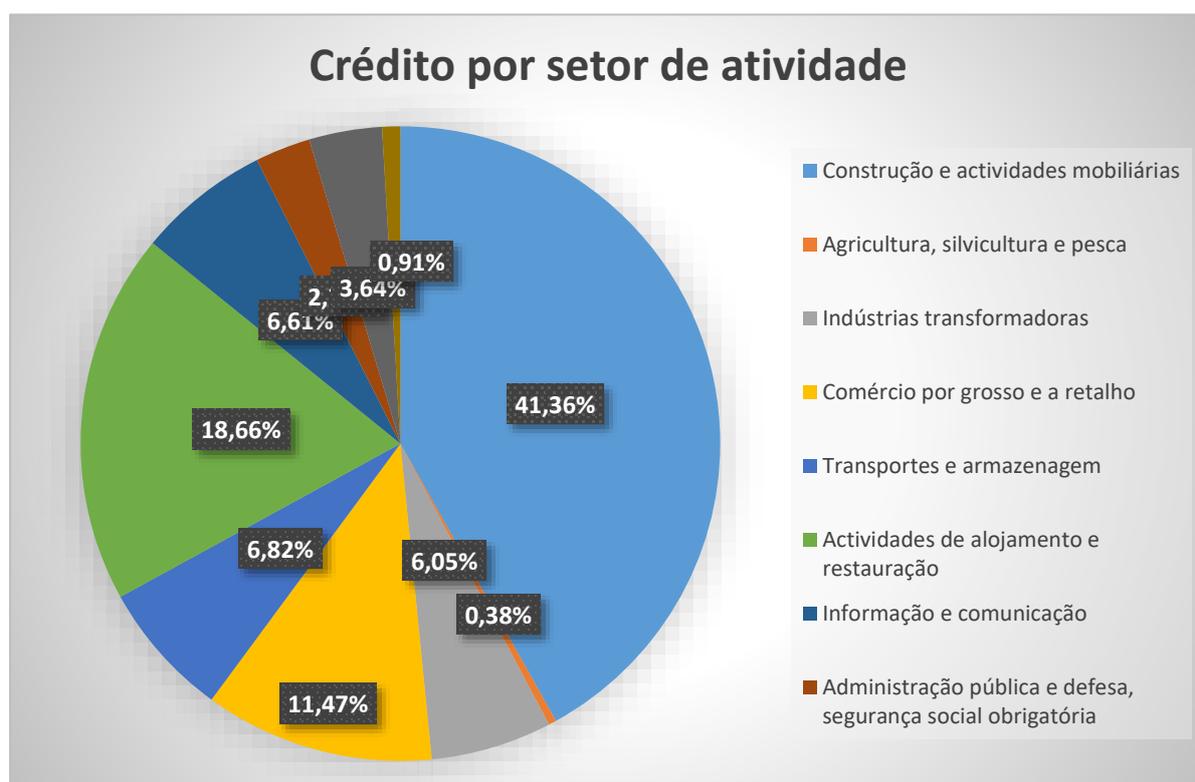
Banca Corporativa	dez-20	dez-21	dez 21 - dez 20	
			Valor	%
Crédito	6.433	6.383	-50	-0,77%
Depósitos	9.282	10.159	878	9,46%



6.4. Crédito por sector de actividade

O sector da construção e actividades imobiliárias continuam a representar o maior volume da concentração da carteira de crédito do segmento empresa com 41,4%, registando um aumento de 14,1 p.p face ao período homólogo, após a queda verificada no ano anterior (-20,3 p.p face ao ano de 2019) justificada pela estagnação dos grandes investimentos hoteleiros, consequência da pandemia mundial do Covid-19. Igualmente, o sector de actividades de alojamento e restauração registou um aumento do peso da exposição na carteira do BI, em +3,8 p.p, situando-se nos 18,7%.

À excepção do sector da Informação e Comunicação, todos os restantes sectores de actividade diminuíram o peso da sua exposição na carteira do Banco, fruto da recuperação económica dos sectores associados ao turismo.





7. Recursos Humanos

O Banco terminou o ano de 2021 com um quadro de pessoal de 159 elementos, o mesmo número de pessoas que em 2020. Destes, 2 elementos encontram-se a exercer cargo no próprio Banco (Comissão Executiva) e um outro elemento encontra-se em situação de licença sem vencimento pelo exercício de cargo político de eleição (Deputada).

7.1. Distribuição por vínculo jurídico

Do total do quadro de pessoal, 158 são colaboradores com contrato de trabalho e um beneficia de acordo de estágio profissional. Do total de 158 colaboradores, 113 são efectivos (mais 14 comparativamente a 2020) e os restantes 45 possuem contrato por tempo determinado (menos 14 em relação ao ano anterior).

7.2. Distribuição funcional

Em 2021 houve uma alteração na distribuição funcional, tendo os serviços centrais a predominância funcional, com 83 colaboradores (53%). Destes, 20 desempenham Cargos de Chefia.

ÁREA COMERCIAL	47 %	SERVIÇOS CENTRAIS	53 %
Órgãos de Chefia	24 %	Empregado Bancário	69 %
Empregado Bancário	76 %	Órgãos de Chefia	24 %
		Serviço de Apoio	5 %

7.3. Distribuição por género

O Banco conta com 65% de mulheres no seu quadro de pessoal. Dos 38 quadros de chefia, 25 são também mulheres (66%).

MULHERES	65%	HOMENS	35 %
-----------------	------------	---------------	-------------

7.4. Distribuição por escalão etário

A média de idades dos empregados do Banco é de 39 anos, com predominância na faixa etária entre os 31 e os 40 anos.



7.5. Distribuição por antiguidade

54% do quadro, num total de 86 colaboradores, têm antiguidade superior a 6 anos e, destes, 73 colaboradores com antiguidade superior a 10 anos.

SUPERIOR A 6 ANOS, DOS QUAIS METADE SUPERIOR A 10 ANOS	54 %	< 6 ANOS	46%
---	-------------	--------------------	------------

7.6. Distribuição por escolaridade

Ao nível das habilitações literárias, verificou-se um aumento ligeiro dos Colaboradores com formação superior para 106. Constata-se ainda que a percentagem de Colaboradores com o Ensino Básico e Bacharelato mantém-se em 2% e 4%, respectivamente. No sentido inverso, houve uma pequena redução dos Colaboradores com Ensino Secundário para 43.

	2020		2021	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	3	2%	3	2%
Ensino Secundário	45	28%	43	27%
Bacharelato	6	4%	6	4%
Licenciatura	96	61%	97	61%
Pós Graduação/Mestrado	8	5%	9	6%
Total	158	100%	158	100%

7.7. Formação

Foram realizadas 77 acções de formação, 72 remotamente e 5 presencialmente. A carga horária total foi de 3.660 horas, abrangendo 140 participantes (correspondendo a 89% do total de colaboradores). De salientar que dos 140 formandos, 10 participaram em três ou mais formações.

Face a 2020, foram ministradas mais 2.874 horas de formação (+366%). O número de horas médio de formação por colaborador passou de 4,97 horas em 2020, para 23,17 horas em 2021, um acréscimo de 366%.

2020			2021		
Nº de Acções	Nº Part.	Horas For.	Nº de Acções	Nº Part.	Horas For.
32	100	786H	77	140	3.660H



As ações de formação foram ministradas por diversas Entidades tendo sido 12 delas ministradas pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), 9 pelo Banco de Cabo Verde (BCV), 6 pela *Wolters Kluwer*, 16 pelo *The Institute of Internal Auditors* (IIA) e 8 ministradas internamente.

Tais formações abordaram temas relevantes para actividade do Banco, destacando-se as seguintes:

- Contabilidade Bancária
- Impostos Diferidos
- Encerramento do Exercício - Questões Contabilísticas e Fiscais
- Desafios da Contabilidade e Auditoria em tempos de Pandemia e pós Pandemia
- Conhecimento de Notas de Escudo
- *Governance Overview*
- Processo de Transformação Digital
- PBC / CFT
- *Prevention of Money Laundering & Counter Terrorist Financing*
- *Risk Management in Banking*
- *Business Oriented Methods For Exploring Big Data*
- *Cyber and Information Security Management*
- Microsoft Excel
- Inglês
- *Financial Development and Financial Inclusion*
- Eficácia Comercial
- *Future of IT Audit: Assurance Beyond General IT Controls*
- *A Road Map for Effective Risk Management*
- *Auditing Resilience and Business Continuity*
- DEEP – Programa Digital de Formação Executiva

Importa frisar que 2 (Colaboradores participaram no Programa Digital de Formação Executiva (DEEP) ministrado pela AESE Business School/ISEG, com uma carga horária de 60 horas.



8. Responsabilidade social

Em 2021, o BI deu continuidade à sua política de apoio social, apoiando actividades de cariz social e em benefício da comunidade.

Neste sentido, o BI teve a oportunidade de apoiar as seguintes iniciativas:

DONATIVOS

- Aldeias Infantis SOS
- Paróquia Santíssimo Nome de Jesus
- Jardim Mini Black Panthers
- Jardim Brincar e Crescer
- Câmara Municipal da Boavista

Patrocínios

- | | |
|---|---|
| <i>5al da Música</i> | → Homenagem às Mulheres Cabo-verdianas |
| <i>Federação Cabo-verdiana de Atletismo</i> | → Corrida de São Silvestre |
| <i>Associação Lantuna</i> | → Construção do Viveiro Banco Interatlântico para tartarugas marinhas |
| <i>Infoplus</i> | → Gala Turimagazine Awards |
| <i>Cuca Roseta</i> | → Actuação musical na Praia. |
| <i>Editora Rosa Porcelana</i> | → Livro "Esplendor Escravocrata - Madrugada Camponesa em Cabo Verde (séc. XV-XVIII)" de António Correia e Silva |
| <i>ONON</i> | → Festival gastronómico Praia <i>Food Fest</i> |
| <i>Editora Rosa Porcelana</i> | → Livro "A Vénus Crioula" de Vera Duarte |

9. Análise Financeira

9.1. Balanço

O activo líquido do Banco situou-se nos CVE 25.920.698 mil em 31 de Dezembro de 2021, representando um aumento de CVE +1.646.054 mil (+6,8%) face a Dezembro de 2020, justificado, essencialmente, pelas seguintes variações:

- i) Pelo aumento da carteira de crédito líquido (CVE +992.095 mil, +5,2% VH), com o crédito não titulado a aumentar CVE 1.013.715 mil (+6,8%);
- ii) Pelo aumento das disponibilidades (CVE +317.527 mil, +10,2% VH);



- iii) Pelo aumento dos Outros Activos (CVE +262.318 mil, +24,4% VH), justificado maioritariamente por valores associados a imóveis recebidos em recuperação de crédito.

O crédito líquido a clientes, incluindo Títulos da Dívida Pública e Títulos de Empresas, ascendeu a CVE 20.154.043 mil, representando um crescimento líquido de 5,2% face a Dezembro 2020, impulsionado pelo crescimento do crédito não titulado em CVE +1.013.715 mil e um decréscimo no crédito titulado em CVE -122.407 mil.

Os títulos da dívida pública, representados exclusivamente por Obrigações do Tesouro, atingiram o montante de CVE 4.633.950 mil, registando uma variação negativa de -3,2% (CVE -151.445 mil) face ao mês de Dezembro de 2020.

As obrigações emitidas pelas empresas ascenderam o montante de CVE 303.606 mil, registando uma variação positiva de +12,4% (CVE +33.545 mil) face a Dezembro de 2020.

O crédito bruto não representado por valores mobiliários registou um aumento de CVE +1.013.715 mil (+6,8%) face a Dezembro de 2020, fixando-se nos CVE 15.840.584 mil:

- i) O crédito vincendo do segmento Particulares cresceu CVE +1.048.245 mil (+13,0%), com maior incidência no crédito à habitação (c. de 79% da variação), resultante do aumento da contratação de novos créditos;
- ii) O crédito vincendo do segmento Empresas aumentou em CVE +423.018 mil (+7,8%), devido essencialmente ao aumento da concessão de novos créditos e regularização de grandes exposições;
- iii) Diminuição do crédito e juros vencidos em CVE -481.990 mil (-36,4%), resultado do processo de resolução de grandes incumpridores.

Retirando o efeito das regularizações extraordinárias do vencido, o crédito bruto teria crescido c. de 8,3%. A evolução positiva do crédito também foi explicada pelo efeito das moratórias, devido ao não agravamento da carteira do vencido e o efeito da menor amortização da carteira.

O crédito e juros vencidos atingiu o montante de CVE 843.481 mil, registando uma diminuição de -36,4% (CVE -481.990 mil) face a Dezembro de 2020, resultado do esforço do Banco em resolver os maiores incumprimentos. A prorrogação das moratórias para até ao final do mês de Março de 2022 permitiu também conter a evolução desfavorável do vencido pela actual situação do mercado.

As imparidades de crédito não representado por valores mobiliários situaram-se em CVE 632.870 mil, registando uma variação negativa de -18,1% (CVE -140.235 mil) face a Dezembro de 2020, explicada maioritariamente pelas regularizações ocorridas na carteira de crédito, apesar do acréscimo de imparidades registado no final do ano num conjunto de clientes com antiguidade elevada de incumprimento (em média com antiguidade superior a 7 anos). A cobertura das imparidades pelo crédito vencido situou-se nos 75,0%, um aumento face a Dezembro de 2020 em 16,7 p.p.

Em termos líquidos, o crédito não representado por valores mobiliários registou um aumento de 8,2%, fixando nos CVE 15.207.714 mil.



Os 50 maiores clientes do crédito representaram 28,3% do total da carteira, reflectindo uma diminuição da concentração em 2,65 p.p face período homólogo. Os 50 maiores clientes NPL representaram 96,7% do total carteira NPL.

Os rácios de NPE e NPL situaram-se nos 3,3% e 4,5%, com variações negativas de 3,1 p.p e 4,6 p.p, respectivamente.

Do lado do passivo, os depósitos totais de clientes aumentaram CVE +1.144.366 mil (+5,4%) face a Dezembro de 2020, atingindo o montante de CVE 22.256.116 mil. Esta variação está essencialmente relacionada com o aumento dos depósitos a prazo em +8,9% (CVE 767.421 mil) e os depósitos à ordem em +3,0% (CVE 376.945 mil), resultado das iniciativas para captação e retenção dos depósitos.

Em 31 de Dezembro de 2021, os 10 e os 50 maiores clientes representavam 30,3% e 41,4%, respectivamente, do total dos depósitos do Banco.

A gestão da liquidez do Banco foi basicamente feita através de aplicações no BCV e em títulos do tesouro do Estado, tendo o Banco gerido o seu limite de exposição procurando maximizar a rentabilidade sem comprometer as disponibilidades para concessão de novas operações.

O rácio de transformação, calculado com base no crédito não titulado líquido, situou-se em 69,5%, apresentando um aumento face a Dezembro de 2020 em 1,8 p.p.

No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido. O rácio de solvabilidade a 31 de Dezembro foi de 16,4%, representando um incremento de 0,4 p.p.

9.2. Demonstração de resultados

Em Dezembro de 2021, a margem financeira registou uma ligeira diminuição em CVE -754 mil (-0,1%) relativamente ao período homólogo, situando-se em CVE 920.604 mil, justificado essencialmente por:

- 1- Diminuição dos juros e rendimento similares em CVE -2.552 mil (-0,2%) face ao período homólogo, justificado:
 - a) Pela diminuição dos juros dos títulos de dívida no montante de CVE -2.968 mil (-1,36%), justificada pelas amortizações de obrigações de tesouro registadas ao longo do ano em CVE -351.554 mil, com uma taxa média ponderada de 5,076%, superior às novas aquisições;
 - b) Pela diminuição dos juros das aplicações em 97,8% (CVE -2.316 mil), explicada essencialmente ao decréscimo dos juros de títulos de intervenção monetária no montante de CVE -1.584 mil (-100,0%), e pela diminuição dos juros de aplicações de muito curto prazo no Banco Central em CVE -583 mil, pela menor contratação nesses tipos de aplicações;
 - c) Pelo aumento dos juros de crédito em 0,54% (CVE +4.338 mil), devido ao aumento da produção do novo crédito em 26%, com maior impacto no segmento dos particulares, e pelo



efeito da diminuição do preço da carteira de crédito (a média anual da remuneração em 2021 foi 5,61%, menos 0,38 p.p que em 2020).

2- Diminuição dos custos financeiros CVE -1.799 mil (-1,2%) face ao período homólogo justificado por:

- a) Pela diminuição dos custos com outros juros em CVE -12.335 (-70,5%), explicado pelo decréscimo em CVE -7.900 mil dos custos relativos aos imóveis em regime de locação financeira e de outros encargos no montante de CVE -4.836 mil, resultante do reajustamento dos registos decorrentes da implementação da IFRS16 em Dezembro de 2020;
- b) Pelo aumento dos custos com depósitos não à ordem no montante de CVE +10.792 mil (+8,5%), justificado pelo efeito do aumento dos depósitos e pelo efeito do ligeiro aumento do preço (média anual da remuneração de 2020 foi de 1,45%, menos 0,10 p.p que em 2021);

Ao nível da margem complementar, registou-se um aumento de 77,5% (CVE +107.560 mil) face ao ano de 2020, alcançando o montante de CVE 246.367 mil, justificado maioritariamente por proveitos extraordinários associados à recuperação do crédito.

As comissões líquidas situaram-se nos CVE 92.790 mil, um acréscimo de +4,0% face ao período homólogo (CVE +3.562 mil), justificada, essencialmente, pela redução dos encargos com serviços e comissões no montante de CVE -4.328 mil (-13,4%), explicado pela redução de encargos associados a serviços VISA em 14,5% (CVE -3.217 mil).

O produto global da actividade aumentou em +10,1% (CVE +106.806 mil), alcançando o montante de CVE 1.166.970 mil, impulsionada pelo efeito do acréscimo da margem complementar.

Os custos de estrutura totalizaram os CVE 648.625 mil, registando um aumento em CVE +43.666 mil (+7,2%) face ao período homólogo, justificada, essencialmente, pelas seguintes variações:

- Pelo aumento dos custos com pessoal no montante de CVE 16.643 mil (+5,7%), justificado pela recomposição do quadro de pessoal iniciada no final do ano de 2020 e pelas progressões/promoções de carreira;
- Pelo aumento no montante de CVE 29.758 mil (+12,6%) nos gastos gerais administrativos, justificada por: a) Aumento dos custos com serviços de informática em CVE +12.628 mil, decorrente da implementação de novos projectos estratégicos; b) Aumento dos custos com consultoria em CVE +4.741 mil, para cumprimento de requisitos regulatórios; c) Aumento dos custos com serviço de auditoria em CVE +3.942 mil (+52,5%), devido ao novo contrato celebrado; d) Aumento dos custos com arrendamentos em CVE +2.858 mil (+24,3%), associado ao registo dos imóveis em regime de locação financeira (IFRS16) com a alteração das condições de um contrato; e) Aumento dos custos com transportes de valores e seguros de valores, totalizando CVE +3.851 mil (+39,6%), justificada pela retoma das exportações de valores para o exterior, com o aumento da actividade em 2021 e o alívio das restrições associadas à pandemia; f) Aumentos dos outros custos associados ao efeito do levantamento das restrições associadas à pandemia e gradual retorno dos colaboradores ao escritório (água, impressos e materiais de consumo corrente, formações e deslocações, patrocínios, etc.).



- Pela diminuição das depreciações e amortizações em CVE -2.735 mil (-3,5%) justificado essencialmente pelo reajustamento do registo dos imóveis em regime de locação financeira, no âmbito da aplicação da IFRS16 (CVE -7.924) e aumento dos custos associados aos projectos informáticos e regulatórios (CVE +5.248).

O resultado bruto de exploração situou-se nos CVE 518.346 mil, representando um aumento de 13,9% (CVE +63.140 mil) face ao período homólogo.

As imparidades e provisões líquidas alcançaram o montante de CVE 224.057 mil, representando uma maior constituição face a Dezembro de 2020 (+45,7%). No final do ano, foi efectuado reforço adicional de imparidades num conjunto de clientes com elevada antiguidade de incumprimento, resultantes do tempo de permanência nessa classificação e das garantias associadas às operações de crédito.

O resultado líquido em Dezembro de 2021 atingiu os CVE 282.781 mil, representando uma ligeira diminuição de CVE 1.013 mil (-0,4 %) face ao período homólogo.

O *cost-to-income* teve uma evolução favorável, passou de 57,1% em Dezembro de 2020 para 55,6% em Dezembro de 2021, representando uma diminuição em 1,5 p.p, justificado pelo efeito do aumento do produto bancário.

Os níveis de rentabilidade diminuíram face ao período homólogo, o ROE de 10,9% para 9,8% e o ROA de 1,2% para 1,1%, de Dezembro de 2020 para Dezembro de 2021, respectivamente.

9.3. Eventos Subsequentes

A publicação deste Relatório é feita num momento em que, depois de uma batalha inédita contra a instabilidade e a incerteza associadas à Pandemia do COVID19 que assolou o mundo desde finais de 2019, Cabo Verde e o mundo enfrentam, agora, os impactos da guerra na Ucrânia, em particular, relacionados com a importação de fenómenos inflacionistas derivados dos aumentos dos custos de energia e do custo dos bens agro-alimentares.

Não obstante à data não ser possível efectuar previsões acerca dos impactos nas demonstrações financeiras, o Conselho de Administração do BI estima que os principais impactos financeiros nas demonstrações financeiras do BI poderão advir em resultado de um aumento do risco de crédito e um aumento da volatilidade dos activos financeiros e não financeiros, afectando negativamente as principais variáveis das contas do BI, nomeadamente com efeitos incertos nos resultados, imparidades, crédito vencido e requisitos de capital.

Por conta disto, à data da publicação do presente Relatório, o Governo de Cabo Verde decidiu prorrogar, até Setembro de 2022, as moratórias legais para as empresas inseridas em sectores relacionados com o Turismo, procurando minimizar os efeitos da retoma mais lenta nesse sector.



10. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2021, o Banco Interatlântico apresentou um resultado líquido de 282.781.493 CVE.

O Conselho de Administração entende recomendar aos Senhores Accionistas a seguinte proposta de aplicação de resultados:

- 10% para reservas legais, no montante de 28.278.149 CVE;
- 9% para distribuição de dividendos, no montante de 25.450.334 CVE (equivalente a 10% do resultado líquido determinado após a constituição da reserva legal);
- 81% para constituição de reservas livres, no montante de 229.053.010 CVE.

O Conselho de Administração entende apresentar a proposta de distribuição de dividendos considerando a evolução positiva da situação patrimonial do Banco, a sustentabilidade dos resultados líquidos, a melhoria significativa na qualidade dos activos e o reforço do rácio de solvabilidade dos últimos anos.

26 de Abril de 2022

Presidente do Conselho de Administração

Nuno Alexandre de Carvalho Martins

Vogal do Conselho de Administração

Maria João Fonseca Pacheco de Novais

Vogal do Conselho de Administração

Maria Zenaida da Rocha Costa Neves Leite

Vogal do Conselho de Administração

Paulo Jorge Carneiro de Figueiredo Silva

Vogal do Conselho de Administração

Leonilda Rocha Semedo

Vogal do Conselho de Administração e PCE

Pedro Gomes Soares



Vogal do Conselho de Administração

Manuel Fernando Monteiro Pinto

Vogal do Conselho de Administração

José Manuel dos Santos Afonso Serra

Vogal do Conselho de Administração

Eurisanda Venulda Cardoso Tavares Rodrigues

Vogal do Conselho de Administração

Dirceu César Lopes do Rosário

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Banco Interatlântico, S.A.R.L. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 25.920.698 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 3.033.318 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 282.781 milhares de CVE), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2021, o Banco tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 683.338 milhares de CVE, representando 3,3% do valor do crédito.</p> <p>O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2.4 c); 7 e 17).</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ entendimento, avaliação do desenho e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2021. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do banco na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão.</p> <p>Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas.</p> <p>Adicionalmente, os efeitos da pandemia Covid-19 poderão não estar totalmente ultrapassados, nem integralmente materializados, sendo ainda incerta a sua extensão total. A pandemia diminuiu, a previsibilidade da evolução da economia, pelo que a determinação dos cenários e ponderações usadas para calcular a perda esperada da carteira de crédito a clientes é mais incerta, aumentando o julgamento inerente à identificação de devedores com aumento significativo do risco de crédito. Neste contexto, o registo da imparidade de crédito deve ponderar os potenciais impactos na qualidade dos ativos. Na Nota 35 são apresentados os impactos e medidas de mitigação Covid-19 adotadas pelo Banco.</p> <p>Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.</p>	<p>existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ▶ seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados. Apreciámos os julgamentos considerados para refletir os impactos da pandemia Covid-19 em devedores ou sectores individuais; ▶ com o apoio dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: <ul style="list-style-type: none"> i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; v) o teste por amostragem à classificação das operações nos <i>stages</i> 1, 2 e 3; e vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais resultantes das moratórias e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos. ▶ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

2. Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a imparidade acumulada registada para os imóveis recebidos por recuperação de crédito, registados na rubrica de Outros Ativos, ascende a 158.643 milhares de CVE, representando 11% do valor daqueles ativos (Notas 13 e 17). Estas perdas por imparidade são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2,4 e).</p> <p>Periodicamente, o Banco solicita, a peritos avaliadores externos registados no Banco de Cabo Verde ("BCV"), avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor do balanço, são registadas perdas por imparidade.</p> <p>A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.</p> <p>Devido à pandemia Covid-19, a incerteza sobre a estimativa do justo valor aumentou devido aos potenciais efeitos (i) no volume e valor das transações de referência de ativos semelhantes e comparáveis, (ii) no alargamento dos prazos para concluir os ativos imobiliários em construção, (iii) aos fluxos de caixa decorrentes de bens arrendados, (iv) às taxas de desconto consideradas, (v) à capacidade de arrendar ativos desocupados e (vi) ao risco de prémio exigido por potenciais investidores.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido; ▶ testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em "Outros ativos", comparando-o com o período homólogo e com a expectativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias; ▶ para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e ▶ análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

4 de maio de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes**

Pinto

Num. de Identificação: BI08539023

Data: 2022.05.04 09:55:49 GMT Daylight Time



Ana Salcedas
Diretora Geral/Partner



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2021

Exmos. Senhores Accionistas do Banco Interatlântico, SA

Relatório

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos do Banco Interatlântico, SA (Banco), o Conselho Fiscal apresenta o Relatório sobre a actividade desenvolvida em 2021, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 apresentados pelo Conselho de Administração.

A composição do Conselho Fiscal não sofreu nenhuma alteração desde a Assembleia Geral de 23 de Julho de 2020.

Em 28 de Janeiro de 2021, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i) Parecer do Conselho Fiscal relativo ao Relatório Sobre o Sistema de Controlo Interno; ii) Relatório de Actividades do 2º Semestre de 2020 para envio à CGD; iii) Relatório Anual da Função de *Compliance*; iv) Revisão do Regulamento da FAI.

O Conselho Fiscal reuniu com os Responsáveis das Funções de Controlo do Banco, com os membros independentes do Conselho de Administração e com o Auditor Externo no sentido de recolher informações para elaborar o Parecer sobre o Relatório de Auto-avaliação ao abrigo do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal.

Em 22 de Março de 2021, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração, tomando conhecimento dos temas ali apreciados, nomeadamente as contas de 2020, de Fevereiro de 2021 e o Relatório de Governo Societário.

Em 21 de Abril de 2021, o Conselho Fiscal reuniu com o Conselho Fiscal da CGD, tendo o Senhor Presidente prestado as informações que lhe foram solicitadas.

Em 29 de Abril de 2021, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i) Participação do Conselho Fiscal no CA de 22 de Março de 2021; ii) Plano de actividades do Conselho Fiscal para 2021; iii) Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório de Governo Societário aprovado dia 30 de Março por via telemática; iv) Relatórios Anuais das Funções de Auditoria Interna e da Função de Gestão de Riscos; v) Relatórios de Auditoria Interna emitidos até à data; vi) Relatório Anual de Avaliação sobre a Política Global de Prevenção e Gestão de Conflito de Interesses; vii) Análise da Reunião com o Conselho Fiscal da CGD; viii) Tomada de Conhecimento da versão final do Relatório de Auto-avaliação de 2021, ao abrigo do Aviso nº3/2020 do Banco de Portugal e Parecer do Conselho Fiscal aprovado no dia 24 de Fevereiro de 2021 por via telemática.

Em 22 de Junho de 2021, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i) Proposta a apresentar à Assembleia Geral sobre a nomeação de Auditor Externo para o quadriénio 2021/2024; ii) Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Actividades e Orçamento da Função de Auditoria Interna; iii) Relatórios de Auditoria Emitidos até à data; iv) Revisão da OS nº 42/2018- Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (V2); v) Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas 2020; vi) Parecer sobre o Relatório e Contas do Exercício de 2020 e Proposta de Aplicação de Resultados.

Em 23 de Setembro de 2021, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i) Reporte semestral ao Conselho Fiscal da CGD sobre o primeiro semestre de 2021; ii) Revisão do Regulamento do Conselho Fiscal; iii) Contas do Primeiro

"Porque a Sustentabilidade nos preocupa, este é o novo papel do Banco Interatlântico."

Interatlântico



Semestre; iv) Relatórios de Auditoria Interna emitidos; v) Contributos para o Plano de Actividades 2022 da FAI; vi) Revisão do Regulamento da Função de Auditoria Interna; vii) Inspeção do BCV à Agência Sede (2020); viii) Parecer do Conselho Fiscal sobre a Avaliação de Desempenho de 2020 do Responsável pela Função de Auditoria Interna do BI emitido por via telemática em 08 de Julho de 2021; ix) Parecer do Conselho Fiscal sobre o Apoio do Auditor Externo ao Conselho Fiscal no âmbito do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal, emitido por via telemática em 17 de Agosto de 2021; x) Parecer do Conselho Fiscal sobre a emissão de Garantia Bancária/Plafond de Garantias Bancárias a favor da Alfândega- Adegas, SA emitido em 18 de Agosto de 2021 por via telemática.

Em 09 de Novembro de 2021, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou as contas de Setembro de 2021 e nessa mesma data reuniu e debateu os seguintes temas: i) Participação do CF na reunião do Conselho de Administração de 09 de Novembro; ii) Contas de Setembro e estimativa de fecho do ano; iii) Relatórios de Auditoria Interna emitidos; iv) Análise e conhecimento do Perfil de Risco do BI- ICAAP; v) Timeline e responsabilidades sobre o RAA 2021.

Em 29 de Novembro de 2021, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i) Relatório de Autoavaliação da Adequação e Eficácia da Cultura Organizacional e dos Sistemas de Governo e Controlo Interno; ii) Auditoria preliminar ao fecho de contas do ano de 2021; iii) Conhecimento sobre o Plano de Recuperação e Resolução. O Auditor Externo participou no ponto i) desta reunião.

O Conselho Fiscal participou em várias reuniões com os Responsáveis das Funções de Controlo do Banco, as Administradoras não Executivas e Independentes e o Auditor Externo que lhe permitiram emitir a sua opinião sobre o Relatório de Autoavaliação da Adequação e Eficácia da Cultura Organizacional e dos Sistemas de Governo e Controlo Interno (RAA) em Dezembro de 2021.

Ainda em Dezembro de 2021, o Conselho Fiscal emitiu, por despacho telemático, os Relatórios Anuais sobre Comunicação Interna de Práticas Irregulares referentes a 2020 e 2021.

No segundo semestre do ano, o Conselho Fiscal participou num programa de formação executiva sobre as principais e mais relevantes questões relacionadas com o Governo do Banco e as Funções de Controlo. As sessões foram realizadas utilizando a ferramenta zoom e foram ministradas pelos Responsáveis das Funções de Controlo do Banco.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade do Banco, verificando com a extensão julgada necessária a variação dos elementos patrimoniais e a respectiva situação financeira, tendo analisado a informação contabilística facultada.

Foram também efectuadas as reuniões consideradas adequadas, nomeadamente com o Auditor Externo, para assegurar o necessário conforto ao Parecer que se emite.

PARECER

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração de Rendimento Integral e do respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2021, os quais reflectem de forma apropriada a situação económico-financeira do Banco, tal como consta do Relatório do Auditor Externo, o qual aborda as matérias relevantes de auditoria, nomeadamente as perdas por imparidade do crédito a clientes e a valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito.

J. Mifentia



"Porque a Sustentabilidade nos preocupa, este é o novo papel do Banco Interatlântico."



O Conselho Fiscal destaca os seguintes indicadores como os mais relevantes da actividade do Banco em 2021:

- O activo líquido alcançou o montante de 25.920.698 milhares de escudos, representando um aumento do activo líquido em c. 6,8% (+1.646.054 milhares de escudos), justificada essencialmente pelas seguintes variações:
 - Pelo aumento da carteira de crédito líquido (CVE +992.095 mil, +5,2% VH), com o crédito não titulado a aumentar CVE 1.013.715 mil (+6,8%);
 - Pelo aumento das disponibilidades (CVE +317.527 mil, +10,2% VH);
 - Pelo aumento dos Outros Activos (CVE +262.318 mil, +24,4% VH), justificado maioritariamente por valores associados a imóveis recebidos em recuperação de crédito.
- Do lado do passivo, os depósitos de clientes aumentaram c. 5,4%, com os depósitos à ordem a aumentarem 3,0% e os depósitos a prazo a aumentarem em 8,9%, impulsionado pela retoma económica e iniciativas implementadas pelo Banco para o crescimento da carteira;
- O rácio de transformação situou-se nos 69,5%, um aumento de 1,8 p.p face ao ano anterior;
- O produto bancário aumentou em 10,1% (+106.806 milhares de escudos), justificado pelo ligeiro decréscimo da margem financeira em 0,1% (-754 milhares de escudos) e o aumento da margem complementar em 77,5% (+107.560 milhares de escudos);
- Os custos de estrutura aumentaram 7,2%, situando-se nos 648.625 milhares de escudos, justificado pela maior retoma da actividade em 2021 e pela execução de projectos estratégicos anteriormente adiados pela pandemia.
- O cost-to-income passou de 57,1% em Dezembro de 2020 para 55,6% em Dezembro de 2021, justificado essencialmente pelo aumento do produto bancário;
- O resultado líquido foi de 282.781 milhares de escudos, representando uma ligeira diminuição de 1.013 milhares de escudos (-0,4%) face a Dezembro de 2020.
- O rácio de solvabilidade do Banco situou-se nos 16,4%, representando um incremento de 0,4 p.p face a 2020.

O Conselho Fiscal tem acompanhado, em permanente contacto com a Comissão Executiva e as Estruturas do Banco, a evolução da actividade, pelo que felicita a Comissão Executiva e todos os colaboradores pela recuperação considerável do incumprimento, num contexto de pandemia, bem como pela recuperação do negócio no ano de 2021.

Em conformidade com o exposto e tendo presente que as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos estão conformes as Normas Internacionais de Relato Financeiro, que o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor sobre a actividade desenvolvida em 2021 e que a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Accionistas:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2021, apresentados pelo Conselho de Administração, e
- b) Aprove a Aplicação de resultados proposta, anexa a este Parecer, sublinhando que se dá prioridade ao reforço da solidez do Banco, prevenindo riscos ainda não conhecidos decorrentes do período pós-moratórias.

O Conselho Fiscal deseja por último expressar o seu agradecimento à Comissão Executiva, aos Serviços do Banco e à Auditoria Externa, por toda a colaboração prestada e pelos resultados alcançados em 2021.

Cidade da Praia, 26 de Abril de 2022

"Porque a Sustentabilidade nos preocupa, este é o novo papel do Banco Interatlântico."



PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL


(José Liberato)

VOGAL DO CONSELHO FISCAL


(José Mário de Sousa)

VOGAL DO CONSELHO FISCAL


(Carlos Alberto Rodrigues)

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO 2020
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	dez/21	dez/20
Juros e rendimentos similares	21	1 064 121	1 066 673
Juros e encargos similares	22	(143 517)	(145 316)
MARGEM FINANCEIRA		<u>920 604</u>	<u>921 357</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	23	21 402	1 406
Rendimentos de serviços e comissões	24	120 763	121 528
Encargos com serviços e comissões	24	(27 973)	(32 300)
Resultados de reavaliação cambial	25	34 731	28 916
Resultados de alienação de outros activos	26	923	2 814
Outros resultados de exploração	27	96 521	16 443
PRODUTO BANCÁRIO		<u>1 166 970</u>	<u>1 060 165</u>
Custos com pessoal	28	(307 498)	(290 855)
Gastos gerais administrativos	29	(265 172)	(235 414)
Depreciações e amortizações do exercício	9 e 10	(75 955)	(78 690)
Provisões líquidas de reposições e anulações	16	(286)	24 642
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17	(219 513)	(152 646)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	17	(4 258)	(25 769)
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	11	21 640	11 265
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		<u>315 929</u>	<u>312 698</u>
Impostos			
Correntes	12	(28 057)	(28 903)
Diferidos	12	(5 091)	
		<u>(33 147)</u>	<u>(28 903)</u>
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		<u>282 781</u>	<u>283 795</u>
Número médio de ações ordinárias emitidas		100 000	100 000
Resultado por acção (CVE)	30	2 828	2 838

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Administração

Carisanda M.C.T. Rodrigues

O responsável da contabilidade

Luís

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	dez/21	dez/20
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	1 184 884	1 188 201
Pagamento de juros e comissões	(171 490)	(177 616)
Resultados cambiais	34 731	28 916
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(572 670)	(526 269)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	97 444	36 144
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(27 862)	(0)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	<u>545 036</u>	<u>549 375</u>
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento intergral		
Aplicações em instituições de crédito	(2 493)	3 037 405
Créditos sobre clientes Incluindo Títulos de Tesouro	(1 216 105)	(897 926)
Outros ativos	(271 576)	(506 982)
	<u>(1 490 174)</u>	<u>1 632 497</u>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	153 410	(45 373)
Recursos de clientes	1 156 706	(512 897)
Outros passivos	47 872	57 062
	<u>1 357 987</u>	<u>(501 208)</u>
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>412 850</u>	<u>1 680 664</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Ativos intangíveis	(59 294)	(57 768)
Outros ativos tangíveis	(57 430)	(102 619)
Dividendos recebidos	21 402	13 818
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>(95 323)</u>	<u>(146 569)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	-	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	317 527	1 534 094
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 125 902	1 591 808
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3 443 429	3 125 902

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Administração

Berisanda M.C.T. Rodrigues

O responsável da contabilidade

Fluats

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	dez/21	dez/20
Alterações no justo valor de A. F. J.V. através de Outro Rendimento Integral			
Variação no exercício	19	5 844	67 361
Efeito fiscal	19	<u>(1 311)</u>	<u>(13 941)</u>
Outros rendimentos integrais		4 533	53 419
Resultado líquido do exercício		282 781	283 795
Total do rendimento integral do exercício		287 314	337 214

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Administração

Eurisanda V.C.T. Rodrigues

O responsável da contabilidade

Glauco

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DEZEMBRO 2020

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transitados		Total	Lucro do exercício	Total
				Outras reservas	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	388	46 081	167 676	730 172	(12 900)	1 931 417	477 373	2 408 790
Distribuição do resultado do exercício de 2020:								
Incorporação em reservas e resultados transitados			47 737	429 636	-	477 373		
Utilização das reservas				(12 900)	12 900	-		
Rendimento integral do exercício		53 419				53 419	283 795	337 214
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	388	99 501	215 413	1 146 907	(0)	2 462 209	283 795	2 746 004
Distribuição do resultado do exercício de 2020:								
Incorporação em reservas e resultados transitados			28 379	255 415	-	283 795		
Utilização das reservas								
Rendimento integral do exercício		4 533				4 533	282 781	287 314
Saldos em 31 de dezembro de 2021	388	104 034	243 792	1 402 323	(0)	2 750 536	282 781	3 033 319

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Administração

Eusíscanda V.C.T. Rodrigues

O responsável da contabilidade

Glauco

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (doravante BI ou Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A (CGD ou Grupo CGD) em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

Todos os montantes apresentados foram arredondados para milhares de Escudos.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de Abril de 2022 e serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, que tem o poder de as alterar. O Conselho de Administração está convicto que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Pandemia Covid-19

Decorrente do surto do vírus SARS-CoV-2 (Coronavírus) declarado como “Pandemia” pela Organização Mundial de Saúde em 11 de Março de 2020 e com vista a implementar e acompanhar o “Plano de Contingência” adaptado ao cenário de pandemia, foi criado, em 2020, um Gabinete de Gestão de Crise específico para o efeito.

Em 2021, o referido Gabinete manteve as suas actividades de acompanhamento e monitorização dos impactos da pandemia no BI, reforçando a aplicação das medidas para assegurar a protecção de pessoas e a continuidade da sua atividade, incluindo, entre outras mais específicas descritas abaixo, as recomendações das autoridades de saúde e dos accionistas, como o teletrabalho (trabalho remoto) e a segregação de equipas, procurando maximizar a segurança dos colaboradores e clientes e a resiliência da Instituição.

Na sequência da adopção, em 2020, pelo Banco Central e pelo Governo de Cabo Verde, das medidas de política, com vista à mitigação dos efeitos adversos causados pela pandemia da Covid-19, nomeadamente, do processo de concessão de moratórias no serviço da dívida aos seus clientes cujas dificuldades financeiras no pagamento da prestação eram diretamente imputáveis a efeitos da Covid-19, o Banco manteve, em 2021, o acompanhamento do seu *Operational plan to deal with distressed debtors in the context of the coronavirus (COVID-19) pandemic* [Plano operacional para lidar com devedores em dificuldades no contexto da pandemia de coronavírus (COVID-19)], implementado em 2020, cujos objectivos são:

- Fornecer soluções adequadas e oportunas para os clientes considerados viáveis, mas que possam estar em crise financeira;
- Estruturar medidas proativas para minimizar quaisquer potenciais efeitos negativos associados ao término da moratória;
- Compreender de forma clara dos riscos que enfrenta e desenvolver uma estratégia adequada, garantindo o tratamento eficaz e atempado dos alertas precoces.

A concessão de moratórias permitiu controlar a deterioração da carteira de crédito a clientes decorrente dos impactos do Covid-19 num contexto de reforço significativo do apoio às famílias e empresas, sem prejuízo, contudo, de, nos casos cuja análise assim o determinou, ter-se reforçado a constituição preventiva de imparidade de crédito a clientes por forma a minimizar os impactos do eventual futuro incumprimento.

Face ao contexto da pandemia, tendo por referência a informação disponível à data, o Banco estimou e refletiu nas suas demonstrações financeiras a sua melhor estimativa dos efeitos financeiros decorrentes desta pandemia, incluindo no que se refere à valorização dos seus ativos e à mensuração das perdas esperadas na carteira de crédito.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

No contexto do presente relato financeiro, as políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, salvo nas exceções identificadas.

2.2 Políticas contabilísticas

2.2.1 - Alterações de políticas contabilísticas.

Não ocorreram durante o exercício de 2021, modificações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos. Não ocorreram também, alterações de julgamentos ou estimativas relativas a exercícios anteriores, nem se verificaram correções de erros materiais.

2.2.2 – Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas ou alterações, emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia foram adotadas pelo Banco Interatlântico, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2021:

- Reforma dos índices de referência das taxas de juro – Alterações à IAS 39, IFRS 7 e IFRS 9 - O IASB emitiu em setembro de 2019 alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7, que decorreram da primeira fase do trabalho desenvolvido para responder aos efeitos no reporte financeiro da reforma dos índices de referência das taxas de juro (IBOR - *Interbank Offered Rates*).
- Alterações à IFRS 9 em matéria de cobertura
Da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não resultaram impactos patrimoniais na preparação das demonstrações financeiras do BI do exercício de 2021.

2.2.3. Novas normas e interpretações aplicáveis a exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, já endossadas pela União Europeia são de aplicação obrigatória, pelo Banco Interatlântico, em exercícios económicos futuros:

- IFRS 16 (alterações) - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021 - As alterações realizadas ao texto da norma clarificam que um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada com a COVID-19 é uma modificação de locação. Caso optem pela aplicação deste expediente contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação, de acordo com a IFRS 16, para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de abril de 2021.

- IAS 16 (Alterações) – “Ativos fixos tangíveis” – As alterações realizadas ao texto da norma clarificam que não podem ser deduzidos ao custo de aquisição quaisquer proveitos obtidos com a utilização do ativo até à sua instalação definitiva no local em que irá operar de acordo com as condições definidas pela gestão para o seu uso pretendido. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção diretamente em resultados.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022., com aplicação retrospectiva obrigatória apenas para os ativos elegíveis que tenham sido instalados na sua localização pretendida após a data do primeiro período comparativo apresentado.

- IAS 37 (Alterações) – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes” – As alterações realizadas ao texto da norma especificam o enquadramento dos custos elegíveis para a classificação de um contrato como oneroso. Devem ser considerados para este efeito todos os custos que possam ser diretamente afetados ao cumprimento das obrigações contratuais, podendo estes assumir natureza incremental ou mediante outros tipos de alocação desde que claramente identificáveis.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, produzindo efeitos de forma prospetiva.

- *Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020* – O projeto de introdução de melhorias anuais consideradas não urgentes mas necessárias pelo IASB relativas ao período 2018-2020 foi publicado em 14

de maio de 2020 e introduz alterações no texto das seguintes normas: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Destacamos os seguintes pontos com potencial relevância para a atividade do Banco Interatlântico:

- (i) IFRS 9 – A alteração clarifica os critérios de elegibilidade das comissões a considerar pela entidade no âmbito da realização do teste de desreconhecimento de passivos conforme parágrafo B3.3.6 da norma (teste dos 10%). Devem apenas ser reconhecidas comissões pagas ou recebidas entre a instituição (o emitente do passivo financeiro) e o investidor (ou investidores), incluindo aqueles pagos ou recebidos em nome ou representação da outra parte.
- (ii) IFRS 16 – A alteração introduzida retira do texto do Exemplo Ilustrativo n.º 13 (texto que acompanha a norma IFRS 16), o exemplo relativo a reembolsos de encargos suportados pelo locador com beneficiações realizadas ao ativo locado, dado o entendimento de que a sua redação não potenciava uma correta e clara interpretação do tratamento de incentivos em contratos de locação.

As alterações são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022.

Da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não resultaram impactos patrimoniais significativos na preparação das demonstrações financeiras do BI do exercício de 2021.

2.2.4. Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas pela União Europeia:

- IAS 1 (Alterações) e IFRS *Practice Statement 2* – As alterações introduzidas ao texto da norma e do *Practice Statement* visam clarificar os requisitos que devem ser considerados na avaliação das políticas contabilísticas que devem ser objeto de divulgação, substituindo a expressão “políticas contabilísticas significativas” por “políticas contabilísticas materiais”, sendo igualmente introduzidos exemplos ilustrativos que pretendem demonstrar a aplicação do conceito de materialidade.

Estas alterações são de adoção obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023 e devem ser aplicados prospetivamente.

- IAS 8 (Alterações) – As alterações realizadas ao texto da norma introduzem distinções relativamente à apresentação e divulgação de diferentes naturezas de modificações efetuadas às demonstrações financeiras, sendo introduzidos esclarecimentos quanto ao tratamento das estimativas contabilísticas, e nomeadamente: mensuração em conceito de incerteza, diferença entre modificação de estimativas contabilísticas e correções de erros, contabilização dos efeitos de modificações de estimativas contabilísticas.

Estas alterações são de adoção obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023 e incidem sobre alterações de estimativas ou de políticas contabilísticas ocorridas posteriormente a essa data.

O Conselho de Administração não antecipa que da adoção das normas e interpretações acima referidas anteriormente resultem impactos patrimoniais significativos na preparação das demonstrações financeiras do BI.

2.2.4. Políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os Itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que este opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras do Banco e as respetivas notas explicativas deste Anexo são apresentadas em milhares de Escudos de Cabo Verde ("mCve"), salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Em 31 Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Nessas mesmas datas, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	Dez./2021	Dez./2020
1 USD	97,554	89,785

c) Activos e passivos financeiros

Reconhecimento inicial de activos financeiros

A classificação dos activos financeiros depende do modelo de negócio da entidade e das características dos *cash flows* contratuais do instrumento financeiro, excepto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados.

O BI classifica e mensura um ativo financeiro pelo custo amortizado quando este seja incluído num *portfolio* gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento de todos os *cash flows* contratuais e estes possam ser considerados como pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida, como é o caso das operações de crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito.

Por outro lado, o BI classifica e mensura um ativo financeiro pelo justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”) quando este é incluído num *portfolio* gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto através do recebimento dos *cash flows* contratuais que constituam pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida como através da venda. Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo justo valor através de resultados (“FVTPL”) quando não seja classificado e mensurado pelo custo amortizado nem pelo FVTOCI. No entanto, no momento do reconhecimento inicial, o BI pode optar, de forma irrevogável, por classificar e mensurar pelo FVTOCI um investimento num instrumento de capital (que não seja detido para negociação nem constituía uma retribuição contingente reconhecida pelo adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”), que de outra forma seria classificado e mensurado pelo FVTPL.

Para determinar qual o modelo de negócio usado na gestão de um ativo financeiro, o BI define como espera vir a obter *cash flows* desse ativo financeiro. O modelo de negócio é determinado a um nível que reflita como um grupo de ativos financeiros é gerido no seu conjunto para alcançar o objetivo específico desse modelo de negócio, não dependendo dos planos para qualquer ativo financeiro em particular. Como a alocação a um modelo de negócio constitui um facto e não uma asserção, o BI considera todas as informações relevantes que permitam concluir sobre qual o modelo de negócio considerado para a gestão dos seus ativos financeiros. Neste contexto, o BI tem em consideração:

- A forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio são avaliados e comunicados à gestão do BI;
- Quais os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e, em particular, a forma como esses riscos são geridos; e,
- O modo como os gestores são retribuídos (por exemplo, se a retribuição se baseia no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos).

Assim, conforme foi referido acima, na determinação da classificação e mensuração de ativos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” consideram-se dois critérios:

- O modelo de negócio da entidade para gestão do ativo financeiro; e,
- As características dos *cash flows* contratuais do ativo financeiro: apenas pagamentos de capital e juros (SPPI).

Desreconhecimento de activos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos *cash flows* ou o ativo financeiro é transferido e a transferência qualifica para desreconhecimento. Considera-se que um ativo financeiro é transferido se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows* desse ativo financeiro, ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows* mas o BI assumiu uma obrigação contratual de entregar esses *cash flows* a um ou mais beneficiários. No caso em que sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows*, o BI trata a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas: (i) o BI não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário exceto aqueles que sejam recebidos do ativo original; (ii) o BI encontra-se impedida pelos termos do acordo de transferência de vender o ativo original; e, (iii) o BI tem a obrigação de pagar os *cash flows* recebidos sem atrasos materiais e não é permitido reinvestir esses *cash flows* até ao seu pagamento.

Quando os *cash flows* contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outra forma modificados e essa renegociação ou modificação não resulta no desreconhecimento do ativo financeiro, o BI recalcula o valor de balanço bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou perda pela diferença para o anterior valor de balanço bruto. O novo valor de balanço bruto do ativo é determinado como o valor atual dos *cash flows* renegociados ou modificados, descontado à taxa efetiva original do ativo (ou à taxa de juro ajustada no caso de créditos adquiridos ou originados com imparidade) ou, quando aplicável, a taxa de juros efetiva revista. Quaisquer custos ou comissões incorridos são incluídos no novo valor de balanço bruto e amortizados durante o período de vida remanescente do ativo.

Num cenário em que a modificação dos fluxos contratuais resulta no desreconhecimento do ativo financeiro observam-se as seguintes implicações:

- a) Necessidade de realização de nova análise SPPI com o intuito de determinar se as condições contratuais do ativo financeiro modificado se enquadram no âmbito de SPPI;
- b) Registo do novo ativo financeiro pelo justo valor no momento inicial, sendo a eventual diferença face ao valor líquido contabilístico do ativo anterior registada em resultados;
- c) Caso as modificações contratuais tenham sido motivadas por reestruturação de um ativo por dificuldades financeiras do devedor, o novo ativo é considerado POCI (*Purchased or originated credit impaired financial asset*) sendo as perdas por imparidade sempre reconhecidas com base na PD lifetime, ou seja, o novo ativo nunca poderá ser classificado como *stage 1*;
- d) O custo amortizado do novo ativo será determinado com base nos fluxos de caixa esperados;
- e) O novo ativo financeiro reconhecido que resulte de uma modificação contratual de um ativo financeiro anteriormente marcado como *forbearance* (de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 2015/227 da Comissão de 9 de janeiro de 2015 e em conformidade com a política interna definida pelo BI) continuará a manter esta marcação, sendo que o período de cura é reiniciado a partir da data da última reestruturação; e,

- f) Para um ativo financeiro originalmente classificado no *stage 3* para efeitos do modelo de imparidade cuja modificação contratual conduz ao respetivo desreconhecimento, o novo ativo financeiro a reconhecer manter-se-á classificado no *stage 3*, podendo, em função dos *triggers* definidos pelo BI para efeitos da definição de incumprimento, passar posteriormente para o *stage 2*.

Reclassificação de ativos financeiros

Se o BI alterar o seu modelo de negócio de gestão de ativos financeiros, o que se espera que ocorra de forma pouco frequente e excecional, reclassifica todos os ativos financeiros afetados, em conformidade com os requisitos definidos na IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”. A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data em que se torne efetiva. De acordo com a IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, não são permitidas reclassificações de instrumentos de capital para os quais tenha sido incluída a opção de valorização ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ou para ativos e passivos financeiros classificados ao justo valor no âmbito da *fair value option*.

Justo valor

Conforme referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão do BI independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
 - i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
 - ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como “*market-makers*”; e,

iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

No caso de ativos financeiros em imparidade (*Stage 3*), o reconhecimento dos juros é realizado com base na taxa utilizada para desconto dos *cash flows* futuros inerentes à determinação da perda por imparidade.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros encontram-se registados nas rubricas de recursos de outras instituições de crédito, de recursos de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados um dia após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação

dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na Demonstração dos Resultados rubrica de Outros Resultados de Exploração.

Imparidade de ativos financeiros

O modelo de imparidade da norma IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" é aplicável aos seguintes ativos financeiros:

- Todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor por contrapartida de Outro Rendimento Integral (FVTOCI);
- Direitos e obrigações conforme referenciados pela IFRS 15 - "Réditos de contratos com clientes", nos casos em que esta norma remeta a contabilização para a IFRS 9 - "Instrumentos financeiros";
- Ativos que traduzam o direito ao reembolso de pagamentos efetuados pela entidade na liquidação de passivos reconhecidos no âmbito da IAS 37 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes"; e,
- Compromissos de crédito concedidos (exceto os mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados).

Estes ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco, dependendo da degradação significativa de risco de crédito:

- *Stage 1* - Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- *Stage 2* - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- e,
- *Stage 3* - Ativos em imparidade (ativos em default).

Dependendo da classificação do *Stage* da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas Esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em *Stage 1*; e,
- Perdas Esperadas *Lifetime*: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais eventos de perda até à maturidade, sendo aplicada para operações em *Stage 2 e 3*.

A norma IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" não define um conceito de *default*, no entanto, o BI, à semelhança da CGD, aplica a mesma definição de *default* utilizada para efeitos de gestão, a nível interno do risco de crédito, a qual incorpora as recomendações da EBA definidas no "Final Report on Guidelines on default definition (EBA-GL-2016-07)" emitido em 28 de setembro de 2016.

A classificação em *Stage 2* baseia-se na observação de um aumento significativo do risco de crédito (*Significant Increase in Credit Risk - SICR*) desde o reconhecimento inicial.

A métrica quantitativa para determinar quando um ativo é transferido para *Stage 2* resulta da comparação da degradação da probabilidade de default *Lifetime forward-looking* desde o reconhecimento inicial até à data de reporte.

Adicionalmente, foram considerados critérios qualitativos para transferência de um ativo financeiro para *Stage 2*, nomeadamente créditos com atraso superior a 30 dias, créditos reestruturados por dificuldades financeiras e critérios objetivos de risco de crédito capturados no processo de monitorização dos clientes.

Especificamente, os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e atuais, mas deve igualmente incorporar cenários de projeções futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo (*forward-looking*).

A avaliação da evidência de imparidade é efetuada para exposições individualmente significativas e individual ou coletivamente para exposições que não sejam individualmente significativas. Caso se determine que não existe evidência objetiva de imparidade para uma determinada exposição, quer seja significativa ou não, a mesma é avaliada coletivamente.

O Banco efetua uma análise individual de todos os clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 40.000.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogêneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os *cash-flows* futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos

com características similares. Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares
- Sector Público

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

No âmbito da implementação da norma IFRS 9, foi definida uma abordagem metodológica para apuramento de imparidade para a carteira de dívida soberana do Grupo CGD (crédito titulado e não titulado). Em síntese apresenta-se os pressupostos do Modelo de Imparidade Dívida Soberana:

- Aplicar parâmetros de risco externo (fonte: *Moody's* – probabilidade de *default* (PD));
- Para exposições diretas a risco soberano (obrigações do tesouro e crédito) e no *Stage 1*, aplica-se a PD correspondente ao *upgrade* de um nível de *rating*, desde que sejam observáveis informações externas com perspectivas económicas positivas e que o *Outlook* do *rating* não seja negativo;
- Para exposições indirectas ao risco soberano em *Stage 1* (exposições com aval do Estado) será aplicada a PD 12 meses do *rating* do país;
- Operações classificadas em *Stage 2* e 3, aplica-se a PD *Lifetime* ajustada à maturidade residual da notação externa atribuída ao Estado com base nas *default rates* acumuladas de uma agência de *rating*.
- Utilização da LGD de 45% (regulamentar)

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em relação aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas directamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor”. Em cada data de referência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas

de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidos em resultados do exercício. As perdas por imparidade em instrumentos de dívida são revertíveis por resultados do exercício, sempre que o justo valor destes instrumentos aumento no futuro, e desde que esse aumento se deva a eventos que ocorram após os eventos que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade.

d) Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;

- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual; e,
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

e) Ativos recebidos por recuperação de créditos

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

São classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda e não de uso continuado, sendo necessária a verificação dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual; e,
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

No BI, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em Outros Ativos, atendendo a que a expectativa é que a venda venha a concretizar-se num prazo superior a 12 meses.

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Política Contabilística de Reconhecimento Inicial de Imóveis Recebidos em Reembolso de Crédito

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são valorizados, no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o valor de arrematação e o valor de balanço, líquido de imparidade, do(s) crédito(s) concedido(s) objeto de recuperação que lhe esteja(m) diretamente associado(s). Pretende-se com a adoção deste procedimento assegurar que não ocorrerão reversões de imparidades originalmente afectas ao crédito, as quais no âmbito do modelo de imparidades desenvolvido pela DGR conforme requisitos da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, terão tido em consideração a existência deste colateral.

Modelo de imparidade

O Modelo de imparidade dos imóveis por recuperação de créditos é repartido entre imóveis analisados em base individual e analisados com modelo coletivo.

O apuramento de imparidade dos ativos imobiliários é determinado de forma individual para todos os imóveis de valor contabilístico bruto igual ou superior a 2% dos Fundos Próprios do Banco (calculados trimestralmente) e para os imóveis de valor contabilístico bruto inferior, mas com características específicas que justificam a análise individual.

A imparidade individual é determinada com base numa análise individual que valoriza cada imóvel de acordo com a estratégia comercial de desinvestimento prosseguida para esse imóvel, incorporando toda a informação disponível sobre a procura, a oferta e riscos específicos, nomeadamente a nível de licenciamentos, necessidades de investimento, situações de ocupação, contratos de arrendamento ou outros suscetíveis de influenciar o valor desse imóvel.

Para os restantes ativos imobiliários, a imparidade é determinada com base em modelo coletivo de imparidade no imóvel:

- O modelo coletivo de apuramento de imparidade dos ativos imobiliários, assenta na determinação do valor recuperável de cada imóvel, correspondendo este ao valor de aquisição ao qual é aplicado um fator de ajustamento e descontado por um tempo médio estimado para a venda, ambos os parâmetros apurados em função do tipo de imóvel e tempo em carteira. O valor de imparidade é obtido através da diferença entre o valor de aquisição e o valor recuperável.
- Este modelo de imparidade coletiva, aplica-se a todos os imóveis não abrangidos por análise individual, com exceção dos imóveis com contrato promessa de compra e venda (CPCV) ou em processo de venda imediata (VIME), para os quais o valor recuperável corresponde ao valor negociado para a sua alienação.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada sempre que ocorre a venda ou quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Uma perda por imparidade de um ativo, reconhecida em períodos anteriores, deve

ser revertida se houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo o respetivo resultado determinado nessa data pelo diferencial entre o valor de realização e o respetivo valor de balanço ajustado de imparidade.

Para o efeito, sempre que o valor líquido contabilístico do crédito recuperado através de dação em cumprimento ou execução judicial for inferior ao respetivo valor de transmissão do imóvel, o registo inicial deste ativo será reduzido pelo diferencial assim apurado.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registadas por contrapartida da reversão de imparidades.

Hierarquia de Justo Valor

Os Activos e Passivos ao justo valor do Banco são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possíveis preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo).

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda

como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades, mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

f) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

Em 31 de Dezembro de 2021, as depreciações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil	
	Adquiridos até 2014	Adquiridos a partir de 2015
Imóveis de serviço próprio	50	50
obras em edifícios arrendados	10	10
Equipamento:		
Mobiliário e material de escritório	12	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6	5
Equipamento informático	4	3 - 5
Instalações interiores	8	5
Material de transporte	4 - 5	4 - 5
Equipamento de segurança	5	10
Outro equipamento	6	8

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e depreciadas em média, ao longo de um período de 10 anos.

As depreciações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em

resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O cálculo das depreciações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

g) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Os dividendos são registados no exercício em que é decidida a sua distribuição.

i) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2021, o Banco está sujeito ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44% de acordo Artº. 84º da Lei 82/VIII/2015, de 8 de Janeiro que aprova o Código de imposto Sobre rendimento das Pessoas coletivas, com revisão no o Artº. 17.º OE 2019) publicado em 31 de Dezembro de 2018.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contábilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contábilísticos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transações que não afetem o resultado contábilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adoção das IFRS e à valorização de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes; e,
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Banco.

Em 2021, o Banco manteve a metodologia de tratamento e reconhecimento das Provisões Judiciais, alterada em 2020, calculando e revendo, anualmente, de acordo com o critério da probabilidade de pagamento/assumpção de perdas) por parte do Banco. Assim, foi estabelecido o seguinte: processos com probabilidade: (1) Remota foi utilizada a percentagem de 10%; (2) Intermédia: 25%; (3) Provável: 50% e (4) Elevada: 75%.

k) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

m) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e cujo risco de variação de valor é imaterial, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

o) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

i) Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2.4. c) - Imparidade de activos financeiros. Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

A carteira de crédito do Banco inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projetos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra atualmente suspensa. Para efeitos de determinação de imparidade individual o Banco considera as suas expectativas de recuperação tendo em conta as medidas de recuperação em curso e as avaliações obtidas para as garantias subjacentes às operações de crédito. Não obstante, a concretização das expectativas de recuperação refletidas na imparidade atribuída pelo Banco ao crédito está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso.

ii) Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Nos casos de instrumentos de capital a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em conta os indícios definidos na Nota 2.2.4 c) – Imparidade de activos financeiros.

iii) Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados activos

De acordo com a Norma IFRS 9, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço (ver nota 5).

iv) Valorização dos Imóveis

A valorização dos imóveis registados nas rubricas de "Ativos recebidos por recuperação de créditos" considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.

v) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto suscetível, de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS 9, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de

interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de Dezembro de 2021 (ver nota 33).

p) Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

q) Segmentos operacionais

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Negociação e vendas – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito.
- Banca comercial – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- Banca de retalho - Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

r) Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

No caso de aumento de capital, o prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal.

As prestações suplementares de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento nas rubricas de Capital Próprio.

s) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez-21</u>	<u>dez-20</u>
Caixa		
. Moeda nacional	266.728	214.477
. Moeda estrangeira	402.203	266.286
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	<u>2.342.461</u>	<u>2.118.264</u>
	<u>3.011.392</u>	<u>2.599.028</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC). De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 10% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

As reservas mínimas em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 ascenderam a mCve 1.623.242 e mCve. 1.622.439, respetivamente. Em Dezembro de 2021 e 2020 estes depósitos não foram remunerados.

Em 2021, uma das medidas para mitigação do impacto do coronavírus - Covid19 na economia nacional foi a redução do coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa em 300 pontos base, de 13% para 10%, incentivando fortemente a banca a canalizar a liquidez libertada para o crédito à economia, aumentando o crédito à economia na mesma proporção, em termos de novos fluxos de crédito até ao final do ano. Esta medida manteve-se durante todo o exercício de 2021.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez-21	dez-20
Depósitos à ordem:		
· Caixa Geral de Depósitos, S.A.	177.321	393.882
· Em outras instituições no estrangeiro	140.593	64.240
· Em instituições no país	315	3.094
	<u>318.230</u>	<u>461.215</u>
Cheques a cobrar:		
· Sobre o estrangeiro	7.872	3.139
· Sobre o país	105.936	62.520
	<u>113.808</u>	<u>65.659</u>
	<u>432.037</u>	<u>526.874</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do mês seguinte.

5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os instrumentos financeiros classificados na categoria de Ativos financeiros ao Justo valor através de outro Rendimento Integral apresentam a seguinte composição:

Título	2021					
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de Justo Valor	Impostos Diferido	Reservas Deduzido Impostos (Nota 20)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	300.021	71.285	(15.996)	55.289
Visa International Service Association	1.323	n.d.	57.509	56.185	(12.608)	43.577
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	15.393	86	(1.476)	(1.390)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.095	0,65%	16.671	6.577	(19)	6.558
	<u>265.471</u>		<u>389.593</u>	<u>134.133</u>	<u>(30.099)</u>	<u>104.034</u>
Título	2020					
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de Justo Valor	Impostos Diferido	Reservas Deduzido Impostos (Nota 20)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	300.021	71.285	(15.996)	55.289
Visa International Service Association	1.323	n.d.	53.080	51.757	(11.614)	40.143
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	15.393	86	(1.158)	(1.073)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.095	0,65%	15.256	5.161	(19)	5.142
	<u>265.471</u>		<u>383.749</u>	<u>128.289</u>	<u>(28.788)</u>	<u>99.501</u>

Instrumentos de capitais valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral

O Banco manteve, nas contas de 2021, as valorizações do ano de 2020 das acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. e d'A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.

Por sua vez, o valor das acções da *Visa Internacional Service Association* foi actualizado de acordo com a cotação de 31 de Dezembro 2020 e 2021.

A participação da Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos foi valorizada com base numa avaliação efetuada por uma entidade externa independente atualizada no ano de 2021.

Em resultado da manutenção do valor reconhecido nas contas de 2020 das participações n'A Promotora e no Banco Comercial do Atlântico não se registam impactos nas contas de 2021.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez/21	dez/20
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito	31 119	28 626
	<u>31 119</u>	<u>28 626</u>

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os saldos em aplicações em outras instituições de Crédito, mCve 31.119 e mCve 28.626, respetivamente, dizem respeito à caução Visa e a variação de 2021 face ao ano de 2020 corresponde à capitalização dos juros

7. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Crédito a clientes

		dez/21	dez/20
Crédito interno a curto prazo:			
. Descobertos em depósitos à ordem		34 673	50 228
. Empréstimos		21 515	113 403
. Descontos comerciais		15 839	3 211
. Outros créditos		71 900	66 802
Crédito interno a médio e longo prazo:			
. Empréstimos		12 564 191	11 112 344
. Créditos em conta corrente		1 091 770	1 033 043
. Créditos em Arrematação		-	-
Crédito externo a curto prazo:			
. Habitação		-	-
. Descobertos em depósitos à ordem		1 200	4 136
. Outros créditos		60	100
Crédito externo a médio e longo prazo:			
. Empréstimos		742 307	685 998
. Créditos em conta corrente		7 783	5 355
Crédito ao pessoal		461 472	466 827
Juros a receber		63 132	32 109
Comissões e outros proveitos diferidos		(78 740)	(72 159)
Créditos vencidos		843 481	1 325 472
Total de crédito não titulado Bruto	(A)	15 840 584	14 826 869
Imparidade de crédito não titulado	(B)	(632 870)	(773 106)
Total de crédito não titulado Líquido	D= (A-B)	15 207 713	14 053 763
Títulos de Dívida Pública		4 633 214	4 784 659
Obrigações emitidas por Empresas		303 606	270 061
Obrigações emitidas por Empresas vencidas		-	-
Juros a receber		59 977	64 472
Custos diferidos		-	12
Total de crédito titulado Bruto	(E)	4 996 797	5 119 204
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(F)	(50 467)	(11 019)
Total de crédito titulado Líquido	G= (E-F)	4 946 330	5 108 185
Total Crédito a clientes Líquido	(H) = (D) + (G)	20 154 043	19 161 948

O total do crédito líquido a 31 de Dezembro de 2020 ascendia a mCVE 19.161.948, data em que se registava um valor de crédito vencido de mCve 1.325.472.

Durante o ano de 2021 e seguindo os esforços desenvolvidos ao longo dos últimos anos para a recuperação do crédito, o Banco conseguiu resolver operações com histórico relevante de incumprimento, fechando o ano com um montante de mCve 843.481 de crédito vencido.

Parte desses créditos foi resolvida por via da vinda à posse das garantias associadas, resultando no registo de três imóveis recebidos por recuperação de crédito e diversos equipamentos, e reconhecidos em "outros activos" (Nota 13).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os empréstimos aos colaboradores foram remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os Títulos da Dívida Pública incluem as obrigações do tesouro do Estado de Cabo Verde remunerados a taxa de juro fixa. A taxa média de remuneração dessas obrigações, em Dezembro de 2021 ascendeu a 4,54% (2020: 4,65%).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 o saldo da rubrica “obrigações emitidas por empresas” reflete o valor de obrigações de empresas nacionais.

A variação da imparidade de 31 de dezembro de 2021 face ao período homólogo justifica-se com a recuperação do Crédito (3 imóveis), o que implica a transferência do valor líquido desse crédito para Outros Activos (Imoveis recebidos em Dação/Adjudicação – Nota 13).

Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	dez-21	dez-20
Títulos de Dívida Pública		
<u>Obrigações do Tesouro</u>		
Valor Nominal	4.633.214	4.784.659
Juros a receber	56.878	61.385
Imparidade	(47.142)	(10.404)
	<u>a) 4.642.950</u>	<u>4.835.640</u>
<u>Obrigações Empresas</u>		
	dez-21	dez-20
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche F	68.049	68.049
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche I	9.000	15.000
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche II	7.500	12.500
Câmara Municipal do Sal	4.000	5.000
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	100.000	100.000
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. Serie D	37.313	37.313
ANMCV – Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos- Série A	45.545	-
Total bruto	<u>303.606</u>	<u>270.061</u>
Imparidade	<u>3.325</u>	<u>615</u>
Juros a receber	<u>3.099</u>	<u>3.099</u>
Total bruto	<u>b) 303.380</u>	<u>272.544</u>
Outros créditos e valores a receber - titulados a)+ b)	<u>4.946.330</u>	<u>5.108.185</u>

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e *Habitat*, S.A. e Câmara Municipal do Sal têm aval do Estado de Cabo Verde.

As variações registadas nas Obrigações IFH - Imobiliária, Fundiária e *Habitat*, S.A. Serie F Tranche I; IFH - Imobiliária, Fundiária e *Habitat*, S.A. Serie F Tranche II e Câmara Municipal do Sal, estão relacionadas com a amortização parcial do Capital.

As Obrigações Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche F resultaram da renovação das Obrigações da Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D, pelo mesmo montante, à taxa TAB acrescida de *spread* fixo de 3,75%.

As Obrigações ANMCV – Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos - Série A, foram adquiridos em 2021, o montante de 26.216 mCVE, por um período de 5 anos, com a taxa fixa de 3,5%. As obrigações serão garantidas exclusivamente por consignação de recebíveis do Estado/ DGT (Direção Geral do Tesouro).

As obrigações emitidas pela Cabo Verde Fast Ferry, S.A. e pela Sociedade de Gestão e Investimentos, Lda. estão abatidas ao activo.

	2021		Total
	Crédito vincendo	Crédito vencido (incluindo juros vencidos)	
Sector Público Administrativo	<u>238 748</u>	<u>-</u>	<u>238 748</u>
	<u>238 748</u>	<u>-</u>	<u>238 748</u>
Empresas			
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	20 295	-	20 295
Pesca	4 251	78	4 329
Indústrias extractivas	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-
Indústrias transformadoras	376 209	9 743	385 952
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	253 714	434	254 148
Indústria têxtil	15 357	114	15 470
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	26 567	-	26 567
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	13 868	-	13 868
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões	51 129	9 195	60 323
Outras indústrias transformadoras	15 575	-	15 575
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	66 001	19	66 019
Construção	574 248	195 797	770 045
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	723 016	9 286	732 302
Transportes, armazenagem e comunicações	398 817	36 643	435 460
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1 152 093	39 121	1 191 214
Actividades de informação e de comunicação	421 052	928	421 980
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	1 657 830	211 923	1 869 753
Actividades imobiliárias	666 812	189 933	856 745
Outras actividades	991 018	21 989	1 013 007
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-
Educação	169 963	3	169 966
Saúde e segurança social	57 938	-	57 938
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	19 089	207	19 296
	<u>5 640 800</u>	<u>503 748</u>	<u>6 144 548</u>
Particulares			
Habituação	6 096 294	49 563	6 145 857
Outros fins	3 036 869	290 171	3 327 039
	<u>9 133 163</u>	<u>339 733</u>	<u>9 472 896</u>
	<u>15 012 711</u>	<u>843 481</u>	<u>15 856 192</u>

Capital - Credito não representados por valores mobiliarios

	2 020		
	Crédito vincendo	Crédito vencido (incluindo juros vencidos)	Total
Sector Público Administrativo	254 866	-	254 866
	<u>254 866</u>	<u>-</u>	<u>254 866</u>
Empresas			
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	50 018	-	50 018
Pesca	6 308	-	6 308
Indústrias extractivas	268	-	268
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	268	-	268
Indústrias transformadoras	439 987	21 174	461 161
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-
Indústria têxtil	226 905	4 810	231 715
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	39 003	4 624	43 627
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	68 345	11 733	80 078
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	29 177	-	29 177
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-
Outras indústrias transformadoras	76 556	7	76 564
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	73 832	-	73 832
Construção	461 562	192 188	653 750
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	726 895	62 691	789 587
Transportes, armazenagem e comunicações	363 941	285 736	649 677
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	920 213	37 631	957 844
Actividades de informação e de comunicação	289 719	877	290 596
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	861 218	238 023	1 099 241
Actividades imobiliárias	860 509	238 022	1 098 531
Outras actividades	709	1	710
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-
Educação	245 284	2 420	247 703
Saúde e segurança social	152 845	846	153 691
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	609 572	134 778	744 350
	<u>5 201 663</u>	<u>976 364</u>	<u>6 178 028</u>
Particulares			
Habitação	5 264 960	48 691	5 313 651
Outros fins	2 779 728	300 416	3 080 144
	<u>8 044 688</u>	<u>349 107</u>	<u>8 393 795</u>
	<u>13 501 217</u>	<u>1 325 472</u>	<u>14 826 689</u>

Capital - Credito não representados por valores mobiliarios

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados”, juros corridos associados e comissões e outros rendimentos diferidos, apresentava a seguinte estrutura por sectores de atividade:

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

Segmento	Exposição total	Exp. Com baixo risco de do qual			Exposição com aumento significativo do		Exposição em situação de do qual		Imparidade total	Exposições com baixo risco de		Exposição com aumento significativo	
		crédito	curado	reestruturado	risco de crédito	reestruturado	imparidade	reestruturado		crédito	de risco	de risco	imparidade
Empresas (exc. Const e CRE)	9 576 264	8 598 955	0	19 432	854 518	49 282	122 791	4 889	179 099	74 426	50 851	53 822	
Construção e CRE	1 712 942	1 025 983	0	263	299 935	11 053	387 024	14 823	303 363	9 379	18 474	275 511	
Habitação	6 528 307	6 172 690	0	14 286	294 872	56 553	60 745	15 826	23 647	12 748	5 117	5 782	
Consumo e outros part.	3 020 116	2 476 582	0	8 268	283 924	46 899	259 610	43 681	177 283	28 966	33 475	114 843	
Total	20 837 381	18 274 211	0	42 249	1 733 248	163 787	830 169	79 220	683 392	125 518	107 917	449 958	

O valor da exposição total do segmento “Empresas (exc. Const e CRE)” inclui mCve 4.979.975 de crédito titulado, considerado de baixo risco e a que corresponde uma imparidade de mCve 50.337.

O valor da exposição total do segmento “Construção e CRE” inclui mCve 16.821 de crédito titulado de uma empresa desse sector, considerado de baixo risco e a que corresponde uma imparidade de mCve 130.

Detalhes das Exposição e Imparidade Constituída por Segmento (continuação)

Segmento	Exposição Total 31.12.2021	Dias de atraso <90		Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31.12.2021	Dias de atraso<30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
		Baixo risco de crédito	Aumento Significativo risco de crédito								
Empresas (exc. Const e C	4 596 288	3 618 980	854 227	111 907	1 468	110 440	171 804	125 873	0	492	45 439
Construção e CRE	1 696 120	1 009 161	299 935	386 911	54	386 857	260 137	27 943	0	52	232 141
Habitação	6 528 307	6 172 690	294 872	47 790	7 061	40 729	23 647	18 500	0	180	4 966
Consumo e outros part.	3 020 116	2 476 582	282 078	285 696	37 309	248 387	177 283	64 760	0	2 129	110 395
C.Titulado	4 996 797	4 996 797	0	0	0	0	50 467	50 467	0	0	0
Total	20 837 381	18 274 211	1 731 112	832 305	45 892	786 413	683 338	287 543	0	2 853	392 941

Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção	Empresas (exc. Const e CRE)			Construção e CRE			Habitação			Consumo e outros part.			Total	
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Montante	Imparidade Constituída
2009 e anteriores	97	35 692	405	20	80 273	12 862	89	341 040	325	485	94 567	9 554	551 571	23 146
2010	16	30 187	3 677	5	1	0	28	149 729	930	95	4 764	165	184 680	4 773
2011	15	197 991	6 827	1	83 242	108	37	137 452	640	74	42 458	996	461 143	8 571
2012	9	19 093	207	1	1	0	33	134 549	1 086	70	1 520	366	155 163	1 658
2013	17	52 468	404	3	0	0	26	126 864	731	116	9 356	579	188 688	1 714
2014	24	779 729	4 756	7	11 127	529	36	193 438	351	70	19 430	308	1 003 723	5 945
2015	36	301 449	6 942	10	100 091	48 052	33	176 123	224	156	170 746	49 901	748 410	105 119
2016	80	1 578 299	28 859	23	285 259	41 329	38	205 831	176	205	132 153	10 477	2 201 542	80 840
2017	101	1 181 637	34 261	21	109 243	39 067	100	497 147	3 070	519	179 318	34 147	1 967 345	110 545
2018	126	1 440 123	36 602	15	233 847	26 750	145	860 529	1 977	674	308 447	9 226	2 842 947	74 555
2019	209	1 300 299	42 297	30	122 868	4 974	217	1 456 916	4 346	1 525	553 677	21 572	3 433 760	73 189
2020	189	1 424 337	27 068	33	352 471	13 056	145	941 939	1 207	936	578 521	16 752	3 297 268	58 082
2021	418	1 234 961	29 837	86	334 519	73 540	214	1 306 749	8 584	3 153	925 157	23 240	3 801 386	135 201
Total	1 337	9 576 264	222 141	255	1 712 942	260 266	1 141	6 528 307	23 647	8 078	3 020 116	177 283	20 837 381	683 338

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente por segmento e setor (continuação)

31/12/2021	Empresas (exc. Const e CRE)		Construção e CRE		Habitação		Consumo e outros part.		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	44 476	16 104	347 963	212 665	6 400	6 421	174 790	86 391	573 630	321 582
Colectiva	9 531 788	206 037	1 364 979	47 601	6 521 906	17 225	2 845 325	90 893	20 263 998	361 756
Total	9 576 264	222 141	1 712 942	260 266	6 528 307	23 647	3 020 116	177 283	20 837 381	683 338

O valor da exposição respeitante à avaliação colectiva do segmento “Empresas (exc. Const e CRE)” inclui mCve 4.979.975 de crédito titulado, a que corresponde uma imparidade de mCve 50.337

O valor da exposição respeitante à avaliação colectiva do segmento “Construção e CRE” inclui mCve 16.821 de crédito titulado de uma empresa desse sector a que corresponde uma imparidade de mCve 130.

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

Medida	31.12.2021											
	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de crédito			Exposições em situação de imparidade			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	18	42 642	362	99	201 991	14 881	21	79 220	19 970	138	323 852	35 213
Periodo de carência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Redução da taxa de juro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	18	42 642	362	99	201 991	14 881	21	79 220	19 970	138	323 852	35 213

Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	251 750	192 155
Créditos reestruturados no período	241 491	71 130
Juros corridos da carteira reestruturada	397	0
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-123 332	-3 480
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-46 056	-8 055
Outros	0	0
Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	323 852	251 750

Detalhes do Justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de Crédito, dos segmentos de *Corporate*, Construção, Habitação

31-12-2021

	Empresas (exc. Const e CRE)				Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	0	0	205	987.034	0	0	31	434.228	0	0	211	1.362.881
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	0	0	135	56.459	0	0	17	4.919	1	838	1	3.280
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	21	47.353	321	465.602	10	13.288	34	41.831	266	798.252	5	4.128
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	37	133.596	50	167.088	8	28.175	6	22.909	432	2.213.317	3	11.630
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	39	264.073	25	181.058	10	93.831	5	60.875	175	1.519.175	1	4.804
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	46	609.174	10	57.064	9	99.171	2	19.759	42	585.541	0	0
>= 50 MCVE	18	1.080.832	6	347.561	21	683.554	4	190.511	0	0	0	0
Total	161	2.135.027	752	2.261.865	58	918.019	99	775.031	916	5.117.124	221	1.386.723

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Empresas (exc. Const. e CRE), construção, CRE e OAR e Habitação (não inclui crédito ao consumo)

31.12.2021							
Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas (exc. Const e CRE)							
Sem colateral associado	332	195.810	2.254	486	4.424	198.550	4.424
>= 150%	352	1.175.897	240.141	71.315	52.251	1.487.354	52.251
<= 150% e > 125%	79	498.607	103.183	6.088	16.921	607.878	16.921
<= 125% e > 100%	211	742.917	128.551	30.558	39.756	902.027	39.756
< 100%	318	1.005.749	380.388	14.343	58.453	1.400.480	58.453
Construção e CRE							
Sem colateral associado	83	512	2	2.555	1.134	3.070	1.134
>= 150%	54	619.482	12.394	22.019	20.282	653.895	20.282
<= 150% e > 125%	5	23.855	0	79.811	12.851	103.666	12.851
<= 125% e > 100%	37	281.213	164.914	174.464	143.982	620.591	143.982
< 100%	74	84.100	122.625	108.174	81.888	314.899	81.888
Habitação							
Sem colateral associado	4	24.460	0	0	122	24.460	122
>= 150%	342	1.126.525	76.281	15.183	2.868	1.217.989	2.868
<= 150% e > 125%	122	699.864	33.488	4.190	1.033	737.542	1.033
<= 125% e > 100%	615	3.935.725	158.036	41.372	18.205	4.135.134	18.205
< 100%	58	386.116	27.066	0	1.419	413.183	1.419
TOTAL	2686	10.800.831	1.449.325	570.559	455.587	12.820.715	455.587

8. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos recebidos em recuperação de crédito são apresentados na nota 13. Outros ativos”

9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

Descrição	2021														
	Saldo Inicial			Regulamentação				Abates			Reversões de imparidade			Saldo no Final do Exercício	
	Saldo bruto	Imparidade e Depreciação acumuladas	Imparidade	Regulamentação Bruto	Regulamentação Amort.	Adições	Valor Bruto	Imparidade e Depreciação	Transferência Entre os activo	Depreciação no exercício	Saldo bruto	Imparidade e Depreciação acumuladas	Imparidade	Valor líquido em 31/12/2021	
Imóveis de serviço próprio															
. Terrenos	14 357	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14 357	-	-	14 357	
. Edifícios	243 630	(57 935)	-	-	-	-	-	-	(5 471)	243 630	(63 405)	-	-	180 225	
. Outros	11 456	(3 102)	-	-	-	-	-	-	(1 146)	11 456	(4 247)	-	-	7 209	
Obras em imóveis arrendados	237 675	(230 174)							(1 999)	237 675	(232 172)			5 503	
	507 119	(291 210)	-	-	-	-	-	-	(8 615)	507 119	(299 825)	-	-	207 294	
Equipamento															
. Mobiliário e material	58 281	(48 504)	-	-	-	311	-	-	(2 203)	58 593	(50 707)	-	-	7 886	
. Máquinas e ferramentas	32 856	(27 960)	-	-	-	1 034	-	-	(1 855)	33 890	(29 815)	-	-	4 075	
. Equipamento informático	345 920	(318 915)	-	-	-	2 555	-	1 285	(13 700)	349 760	(332 615)	-	-	17 145	
. Instalações interiores	15 751	(14 281)	-	-	-	129	-	-	(371)	15 880	(14 651)	-	-	1 229	
. Material de transporte	75 993	(50 172)	-	-	-	16 818	(5 265)	5 188	(6 166)	87 546	(51 151)	-	-	36 396	
. Equipamento de segurança	25 290	(21 411)	-	-	-	-	-	-	(1 545)	25 290	(22 956)	-	-	2 334	
. Outro equipamento	62 590	(53 692)	-	-	-	1 240	-	-	(2 135)	63 831	(55 828)	-	-	8 003	
Outros activos tangíveis	157	(157)								157	(157)			-	
	616 838	(535 092)	-	-	-	22 088	(5 265)	5 188	1 285	(27 975)	634 946	(557 879)	-	77 068	
Imóveis	76 204	(52 529)		2 194	11 445	6 813	(27 625)	27 625		(18 341)	57 586	(31 800)		25 785	
Activos em Locação Financeira*	76 204	(52 529)		2 194	11 445	8 525	(27 625)	27 625		(18 341)	57 586	(31 800)		25 785	
Activos tangíveis em curso		(20 172)										(20 172)		(20 172)	
. De serviço próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
. Despesas em edifícios arrendados	908	-	-	-	-	23 486	-	-	-	-	24 394	-	-	24 394	
. Equipamento	3 294	-	-	-	-	979	-	-	(1 285)	-	2 988	-	-	2 988	
	4 202	(20 172)	-	-	-	24 465	-	-	(1 285)	-	27 382	(20 172)	-	7 210	
	1 204 363	(899 003)	-	2 194	11 445	55 078	(32 890)	5 188	-	(54 930)	1 227 033	(909 675)	-	317 357	

As variações nas locações financeiras justificam-se com a alteração do contrato de arrendamento da Agência Sede, que passou de renovação anual para mensal, o que implicou a sua exclusão do contratos englobados

nessa temática. Regista-se também a renovação dos contratos das Agências do Mindelo e da Assomada e do escritório de segundo andar do Edifício Sede, o que implicou a atualização dos respectivos valores face aos montantes inicialmente reconhecidos. Adicionalmente, foram rectificadas os valores das amortizações dos anos anteriores e dos juros.

Descrição	2020												
	Saldo Inicial		Imparidade	Regula- rização	Adições	Abates		Transferência Entre os activo	Reversões de imparidade Depreciação no exercício	Saldo no Final do Exercício			
	Saldo bruto	Imparidade e Depreciação acumuladas				Valor Bruto	Imparidade e Depreciação			Saldo bruto	Imparidade e Depreciação acumuladas	Imparidade	Valor líquido em 31/12/2020
Imóveis de serviço próprio													
. Terrenos	14 357	-			-	-		-		14 357	-		14 357
. Edifícios	239 642	(52 510)	(20 172)		3 989	-		(5 425)		243 630	(57 935)	(20 172)	165 524
. Outros	10 669	(2 000)			787	-		(1 102)		11 456	(3 102)		8 354
Obras em imóveis arrendados	237 675	(226 811)			-	-		(3 362)		237 675	(230 174)		7 501
	502 343	(281 321)	(20 172)		4 776	-		(9 889)		507 119	(291 210)	(20 172)	195 737
Equipamento													
. Mobiliário e material	53 235	(46 215)			3 250	-	1 797	(2 289)		58 281	(48 504)		9 778
. Máquinas e ferramentas	30 207	(26 064)			2 649	-		(1 896)		32 856	(27 960)		4 896
. Equipamento informático	325 960	(305 290)			7 793	-	12 167	(13 625)		345 920	(318 915)		27 005
. Instalações interiores	15 733	(13 802)			17	-		(479)		15 751	(14 281)		1 470
. Material de transporte	75 284	(58 930)			13 189	(14 548)	12 862	2 067	(4 103)	75 993	(50 172)		25 821
. Equipamento de segurança	24 346	(19 405)			944	-		(2 006)		25 290	(21 411)		3 879
. Outro equipamento	60 327	(51 331)			2 263	-		(2 361)		62 590	(53 692)		8 898
Outros ativos tangíveis	157	(157)			-	-		-		157	(157)		-
	585 248	(521 195)	-		30 106	(14 548)	12 862	16 031	(26 759)	616 838	(535 092)	-	81 746
Imóveis	-			(26 265)	76 204				(26 265)	76 204	(52 529)		23 675
Activos em Locação Financeira	-	(26 265)	(26 265)	(26 265)	76 204				(26 265)	76 204	(52 529)	-	23 675
Ativos tangíveis em curso													
. De serviço próprio	-	-			-	-		-		-	-		-
. Despesas em edifícios arrendados	157	-			751	-		-		908	-		908
. Equipamento	5 165	-			14 160	-		(16 031)		3 294	-		3 294
	5 322	-			14 911	-		(16 031)		4 202	-		4 202
	1 092 913	(828 780)	(46 436)	(26 265)	125 997	(14 548)	12 862	-	(62 913)	1 204 363	(878 831)	(20 172)	305 360

10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

Descrição	Saldos em 31-12-2020		Adições	Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2021		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Software	210.318	(126.836)	59.294	(21.024)	269.613	(147.861)	121.752

Descrição	Saldos em 31-12-2019		Adições	Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2020		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Software	152.550	(111.060)	57.768	(15.777)	210.318	(126.837)	83.482

Do total da rubrica de ativos intangíveis, o montante de mCve 93.496 em 2021 (e de mCve 52.992 em 2020) encontrava-se em curso à data do Balanço.

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

2021

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10 000	118 588	31-12-2021 (*)	1 721 010	201 521	1 185 880
			<u>118 588</u>				

(*) Demonstrações Financeiras provisórias Dezembro 2021

2020

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10 000	96 948	30-10-2020 (*)	1 809 139	200 408	980 956
			<u>96 948</u>				

(*) Demonstrações Financeiras provisórias

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de Direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

	<u>SISP</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>98 096</u>
Resultados em Associadas	11 265
Dividendos recebidos	(12 412)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	<u>96 948</u>
Resultados em Associadas	21 640
Dividendos recebidos	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<u>118 588</u>

12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2021 o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%. É de salientar que a taxa dos impostos foi alterada em 2019, e passou de 25% para 22%, de acordo com Lei de Orçamento do Estado.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 eram os seguintes:

	<u>dez-21</u>	<u>dez-20</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
. Pagamentos por conta e retenções na fonte	<u>6.252</u>	<u>7.292</u>
<u>Ativos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	<u>-</u>	<u>5.091</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
. Imposto Corrente	<u>28.057</u>	<u>28.903</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	<u>30.099</u>	<u>28.788</u>

A variação dos activos por impostos correntes corresponde à liquidação dos impostos e à regularização dos impostos da tributação autónoma de 2020, pago em 2021.

A variação nos impostos diferidos foi na sequência de anulação, com a retificação das Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias não aceites ou para além dos limites legais (art.º 29º, n.º 1, al.ª d), 39º e º CIRPC)

O valor referente aos passivos por impostos correntes diz respeito ao dos impostos de exercício de 2021.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2021 e 2020 corresponde ao cálculo do justo valor dos Ativos Financeiros ao Justo Valor através de outro Rendimento Integral, utilizando a taxa agregada de imposto de e 22,44% em cada um daqueles anos, respetivamente.

O rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%.

De acordo com Código do IRPC, no seu artigo 59º, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

	dez/21	dez/20
Resultado antes de impostos	315 929	312 698
A adicionar	57 748	17 426
As depreciações e amortizações efetuadas fora dos termos previstos no CIRPC		554
Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias não aceites ou para além dos limites legais	42 486	462
Prémios de seguros de doença e de acidentes pessoais, gastos com seguros	739	732
Imposto único sobre o património, exceto imóveis cuja compra e venda façam parte do ramo imobiliário	572	1 869
Acréscimo de 30% do total dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	4 182	4 537
50% dos gastos com despesas de representação	129	53
Correções nos casos de créditos de imposto e retenção na fonte (art.º 69º, 91º e 93º CIRPC)	9 641	9 218
A deduzir	250 776	220 437
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial	21 640	9 600
Reversão de perdas por imparidade tributadas em períodos anteriores (art.º 29º, n.º 1, al.ª d), 39º, 40º, 41º e 42º	25 242	
Mais-valias contabilísticas	781	2 175
Depreciações e amortizações tributadas em períodos anteriores	0	165
Benefícios fiscais	2 440	7 236
Dividendos	21 402	1 406
Juros das Obrigações Emitidas pelas Empresas de Bolsa de Valores	179 271	199 854
Lucro/Prejuízo fiscal	122 901	109 686
Utilização de Prejuízo Fiscal	0	0
Taxa aplicável	22,0%	22,0%
Taxa Efetiva	8,88%	9,02%
Imposto do exercício	27 038	24 131
Tributação autónoma	478	341
Taxa de Incêndio	541	483
Correcção dos Imposto 2019	0	3 948
	<u>28 057</u>	<u>28 220</u>
Imposto Diferido	5 091	

Nos termos do Código Geral Tributário, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2021.

.13. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros activos

	<u>dez/21</u>	<u>dez/20</u>
Devedores e outras aplicações		
· Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	5 315	4 654
· Valores a receber do Grupo	-	-
· Outros	38 995	11 815
Outros ativos		
· Património artístico	2 086	2 086
Rendimentos a receber		
· Outros	21 068	1 359
Despesas com encargo diferido		
· Outros gastos administrativos	22 049	13 780
Outras contas de regularização	<u>21 657</u>	<u>30 795</u>
	<u>111 170</u>	<u>64 490</u>
Imparidade de outros activos (Nota 17)	<u>(11 713)</u>	<u>(11 713)</u>
	99 457	52 777
Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	1 397 751	1 182 352
Imparidade de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio (17)	<u>(158 643)</u>	<u>(158 883)</u>
	<u>1 239 108</u>	<u>1 023 469</u>
	<u><u>1 338 565</u></u>	<u><u>1 076 247</u></u>

A variação da rubrica “Outros devedores e outras aplicações” diz respeito, em parte, ao montante a receber do BCA relativo à comparticipação nas despesas relacionadas com a aquisição de imóveis em dação em pagamento no âmbito de créditos sindicados.

O aumento do saldo da rubrica “Outros Rendimentos a receber” justifica-se com o registo dos dividendos a receber do BCA no momento de mCVE 18.487.

A variação registada na rubrica “Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio” justifica-se, entre outras, com a regularização de imóveis que entraram em carteira no decurso da conclusão dos processos de recuperação. Durante o ano de 2021, o Banco registou, com impactos relevante ao nível dos saldos dos “Ativos

adquiridos em recuperação de crédito próprio”, o a seguir descrito, conforme detalhe do quadro apresentado mais abaixo:

- Entrada em balanço, por dação em pagamento a 30 de Março, de um edifício turístico situado na Praia de Chaves na ilha da Boavista, mensurando ao valor líquido de balanço do crédito original, mCve 179.355, não se procedendo assim ao registo de imparidades no imóvel durante o ano de 2021;
- Entrada em balanço, por adjudicação judicial a 31 de Dezembro, de dois imóveis na cidade da Praia, resultado da recuperação de créditos já abatidos ao activo de um cliente e valorizados a mCve 16.447 e mCve 2.534.

A rubrica de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio decompõe-se como segue:

	2021										
	Saldo em 31-12-2020			Recuperações	Alienações	Outros	Utilização Imparidade	Perdas por imparidade (Nota 17)	Saldo em 31-12-2021		
	Valor bruto	Imparidade	Líquido						Valor bruto	Imparidade	Líquido
Terreno Palha Sé	113 257	(4 016)	109 240	-	-	588	(223)	113 845	(4 240)	109 605	
Habitação em Santa Maria Sal	23 671	(8 244)	15 427	-	-	1 249	(1 210)	24 920	(9 454)	15 466	
Terreno Palha Sé	22 578	(9 528)	13 050	-	-	93	(408)	22 671	(9 935)	12 736	
Habitação na Praia	15 744	(13 861)	1 883	-	-	64	(82)	15 808	(13 943)	1 865	
Habitação em Chã de Monte Sossego	9 449	(4 649)	4 800	-	9 449	-	151	0	-	0	
Terreno Palmarejo	256 001	(55 501)	200 500	-	-	1 187	-	257 188	(55 501)	201 687	
Habitação -São Vicente	19 408	(10 482)	8 926	-	-	79	-	19 487	(10 482)	9 005	
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca	10 819	(30)	10 789	-	-	57	(545)	10 876	(575)	10 301	
Terreno - Praia-Tira Chapeu Industrial	3 071	(1 384)	1 688	-	-	21	(109)	3 092	(1 493)	1 599	
Terreno - Praia-Cidadela	108 194	(47 445)	60 749	-	-	1 833	(916)	110 027	(48 361)	61 665	
Imovel Semi Acabado - Santa Maria	201 343	(3 743)	197 600	-	-	-	(916)	201 343	(4 659)	196 684	
Prédio Urbano - Praia	32 211	-	32 211	-	-	-	-	32 211	-	32 211	
Edifício Achada Grande Frente - Praia	90 553	-	90 553	-	-	361	-	90 914	-	90 914	
Terreno em Boa vista Lacacamo	254 401	-	254 401	-	-	97	-	254 498	-	254 498	
Prédio Urbano em Maio - Morro	21 651	-	21 651	-	-	23	-	21 674	-	21 674	
Edifício Turístico - Praia de Chaves - Boavista	-	-	-	179 355	-	-	-	179 355	-	179 355	
Espaço Comercial (no rés do chão esquerdo de um prédio)	-	-	-	16 447	-	-	-	16 447	-	16 447	
Estacionamento no rés do chão esquerdo de um prédio de 4	-	-	-	2 534	-	-	-	2 534	-	2 534	
Diversos Equipamentos Oficina	-	-	-	20 860	-	-	-	20 860	-	20 860	
	<u>1 182 352</u>	<u>(158 883)</u>	<u>1 023 469</u>	<u>219 196</u>	<u>9 449</u>	<u>5 652</u>	<u>4 497</u>	<u>(4 258)</u>	<u>1 397 751</u>	<u>(158 644)</u>	<u>1 239 107</u>

	Saldo em 31-12-2019			Recuperações	Outros	(Nota 17)	Saldo em 31-12-2020		
	Valor bruto	Imparidade	Líquido				Valor bruto	Imparidade	Líquido
Terreno Palha Sé	112 793	(854)	111 939	-	464	(3 162)	113 257	(4 016)	109 240
Habitação em Santa Maria Sal	23 523	(4 667)	18 856	-	148	(3 577)	23 671	(8 244)	15 427
Terreno Palha Sé	22 512	(6 110)	16 402	-	66	(3 418)	22 578	(9 528)	13 050
Habitação na Praia	15 694	(11 301)	4 394	-	50	(2 561)	15 744	(13 861)	1 883
Habitação em Chã de Monte Sossego	9 421	(3 409)	6 012	-	28	(1 240)	9 449	(4 649)	4 800
Terreno Palmarejo	254 765	(34 979)	219 787	-	1 236	(20 523)	256 001	(55 501)	200 500
Habitação -São Vicente	19 346	(9 895)	9 451	-	62	(587)	19 408	(10 482)	8 926
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca	10 741	(30)	10 712	-	77	-	10 819	(30)	10 789
Terreno - Praia-Tira Chapeu Industrial	3 062	-	3 062	-	10	(1 384)	3 071	(1 384)	1 688
Terreno - Praia-Cidadela	105 733	(44 984)	60 750	-	2 461	(2 461)	108 194	(47 445)	60 749
Imovel Semi Acabado - Santa Maria	-	-	-	201 343	-	(3 743)	201 343	(3 743)	197 600
Prédio Urbano - Praia	-	-	-	32 211	-	-	32 211	-	32 211
Edifício Achada Grande Frente - Praia	-	-	-	90 553	-	-	90 553	-	90 553
Terreno em Boa vista Lacacamo	-	-	-	254 401	-	-	254 401	-	254 401
Prédio Urbano em Maio - Morro	-	-	-	21 651	-	-	21 651	-	21 651
	577 590	(116 228)	461 362	600 160	4 602	(42 655)	1 182 352	(158 883)	1 023 469

Em 2021, foram recuperados três imóveis no valor total de mCve 198.336, através de dação. Registou-se também a adjudicação de um conjunto de equipamentos, totalizando 20.860 mCve.

É de salientar a aplicação interna pelo BI, desde 2020, da Política Contabilística de Reconhecimento Inicial de Imóveis Recebidos em Reembolso de Crédito da CGD, entrada vigor em Outubro de 2019, obrigando a que o reconhecimento inicial dos imóveis recebidos em reembolso de crédito seja mensurado pelo menor entre o valor de arrematação e o valor de balanço líquido de imparidade, do(s) crédito(s) concedido(s) objeto de recuperação que lhe esteja(m) diretamente associados.

Por conta deste normativo, das características dos imóveis e tendo em consideração a avaliação utilizada para efeitos do apuramento anual de imparidades à data de 31 de Dezembro do 2021, não se registaram dotações de imparidade para imóveis em carteira. Àquela data, do total de mCVE 159.643 de imparidades para ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio, mCve 26.494 resultavam da avaliação colectiva e mCve 132.150 estavam associadas à avaliação individual.

No exercício de 2021, ocorreu a alienação de um imóvel antes recuperado através de adjudicação/Dação. À data da venda, o valor de balanço incluindo despesas de aquisição era de mCve 9.497 e as imparidades reconhecidas situavam-se nos mCve 5.113, tendo sido vendido por mCve 5.000.

Nesta operação foi utilizada a imparidade no montante de mCVE 4.498 e a reversão foi de mCVE 616.

Detalhe valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade.

31/12/2021				
Ativo	Número de imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
Terreno	9	782 995	119 530	663 466
Urbano	9	782 995	119 530	663 466
Edifícios em desenvolvimer	2	212 219	5 234	206 985
Habitação	2	212 219	5 234	206 985
Edifícios construídos	8	381 676	33 880	347 797
Habitação/Comercial	8	381 676	33 880	347 797
Total	19	1 376 891	158 643	1 218 247

Ativo	Nº de Equipamentos	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
Outros Equipamentos		20 860	0	20 860

31-12-2020				
Ativo	Número de imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
Terreno	9	779.153	117.873	661.280
Urbano	9	779.153	117.873	661.280
Edifícios em desenvolvimento		10.819	30	10.789
Habitação		10.819	30	10.789
Edifícios construídos	8	392.380	40.980	351.400
Habitação	8	392.380	40.980	351.400
Total	17	1.182.352	158.883	1.023.469

Detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade em balanço.

31/12/2021					
Tempo decorrido desde a Dação/Execução	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos e <= 5 Anos e >= 5 anos				Total
	< 1 Ano	2,5 Anos	Anos	>= 5 anos	
Terreno	0	389 291	0	393 704	782 995
Urbano		389 291		393 704	782 995
Edifícios em desenvolvimento	0	201 343	10 876	0	212 219
Habitação	0	0	10 876	0	10 876
Comerciais		201 343			201 343
Edifícios construídos	195 802	123 125	19 487	40 728	379 142
Comerciais	195 802	90 914	0	0	286 716
Habitação	0	32 211	19 487	40 728	92 426
Outros	23 394	0	0	0	23 394
Total	219 196	713 759	30 364	434 432	1 397 751

31/12/2020

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	=> 1 Ano e		=> 2,5 Anos e <=		Total
	< 1 Ano	<= 2,5 Anos	5 Anos	>= 5 anos	
Terreno	276 052	62 438	0	322 791	661 280
Urbano	276 052	62 438	0	322 791	661 280
Edifícios em desenvolvimento	0	10 789	0	0	10 789
Habitação	0	10 789	0	0	10 789
Edifícios construídos	320 365	8 925	0	22 110	351 400
Comerciais	90 553	0	0	15 427	105 981
Habitação	229 811	8 925	0	6 683	245 419
Total	596 417	82 152	0	344 901	1 023 469

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Valor	
	dez/21	dez/20
Recursos de instituições de crédito nacionais		
. Empresas seguradoras		
Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A.	69 503	22 685
Impar - Comp. Caboverdiana de Seguros SARL	160	413
. Ecobank Cabo Verde Soc. Unip. SA	157 405	50 994
Outros		160
	<u>227 068</u>	<u>74 252</u>
Recursos de instituições no estrangeiro		
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	-	-
Caixa Geral de Depósitos Paris	9 910	9 315
	<u>9 910</u>	<u>9 315</u>
Juros a pagar	11	13
	<u>236 990</u>	<u>83 580</u>

Os saldos com a Sucursal de Paris da Caixa Geral de Depósitos correspondem à utilização de uma linha de com origem ainda na Sucursal de Cabo Verde da Caixa Geral de Depósitos, posteriormente Banco Interatlântico. Em 2021, as operações de *trade finance* passam a ser efectuadas com a CGD Portugal.

A taxa média da carteira de *trade finance*, é de 2,1%.

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	dez-21	dez-20
Depósitos de poupança:		
· Poupança jovem	158.260	156.696
Depósitos à ordem		
· De residentes	9.190.529	8.691.910
· De não residentes	2.195.535	2.389.093
· De emigrantes	1.464.473	1.392.591
	<u>12.850.538</u>	<u>12.473.593</u>
Depósitos a prazo		
· De residentes	6.322.946	5.497.369
· De emigrantes	1.969.532	2.038.579
· De não residentes	954.839	945.512
	<u>9.247.318</u>	<u>8.481.461</u>
Outros débitos		
· Cheques e ordens a pagar	24.857	28.699
Juros a pagar	64.889	48.708
	<u>22.345.862</u>	<u>21.189.156</u>

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os depósitos à ordem não são remunerados.

16. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo ascendeu ao valor de mCve 13.642.

	2021					Saldos em 31-12-2021
	Saldos em 31-12-2020	Constituição	Imparidade Anulação Reposição	líquidas em resultados	Utilização	
Provisões - Garantias e Compromissos Assumidos	6.457	11.448	(11.367)	82	-	6.538
Provisões - Processos judiciais	6.899	454	(250)	204	-	7.104
Outras Provisões	-	-	-	0	0	-
	<u>13.356</u>	<u>11.903</u>	<u>(11.617)</u>	<u>286</u>	<u>0</u>	<u>13.642</u>
	2020					Saldos em 31/12/2020
	Saldos em 31/12/2019	Constituição	Imparidade Anulação Reposição	líquidas em resultados	Utilização	
Provisões - Garantias e Compromissos Assumidos	13.794	26.098	(33.435)	-7.337	-	6.457
Provisões - Processos judiciais	23.779	1.500	(18.380)	-16.880	-	6.899
Outras Provisões	2.150	-	(425)	-425	-1725	-
	<u>39.723</u>	<u>27.598</u>	<u>(52.240)</u>	<u>(24.642)</u>	<u>-1.725</u>	<u>13.356</u>

O saldo em 31 de Dezembro de 2021 da rubrica de Provisões para riscos e encargos ascende a mCve 13.642, sendo que, durante o ano, não se confirmaram alterações com respeito aos processos em curso, que determinam as provisões constituídas

Para efeitos de registo, o critério utilizado na revisão do montante de provisão constituída, resulta da probabilidade de pagamento/assumpção de perda por parte do Banco, sendo que, para os processos com probabilidade: (1) Remota, foi utilizada a percentagem de 10%; (2) Intermédia: 25%; (3) Provável: 50% e (4) Elevada: 75%.

17. IMPARIDADE

O movimento na imparidade/provisões do Banco durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021					
	Saldos em 31/12/2020	Dotações resultados	Recuperações Anulação de imparidade	Imparidade Liquida	Regularização Utilizações	31/12/2021
<u>Imparidade</u>						
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	784 125	548 504	(328 991)	219 513	(320 300)	683 338
	796 016	548 504	(328 991)	219 513	(320 300)	695 228
Imparidade ativos não corrente detido para a venda (Nota 8)				-	-	-
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 9)	20 172	-	-	-	-	20 172
Imparidade de outros ativos (Nota 13)	11 713	-	-	-	-	11 713
Imparidade de Ativo recebido em recuperação de crédito próprio (Nota 13)	158 883	4 874	(616)	4 258	(4 497)	158 643
	196 806	4 874	(616)	4 258	(4 497)	196 566
	992 821	553 377	(329 607)	223 770	(324 797)	891 795

Foi efetuada a regularização nos anexos da reversão da imparidade dos ativos não corrente detido para venda (Nota 8).

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez/21</u>	<u>dez/20</u>
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	3 172	737
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	8 540	10 382
. Previdência social	3 956	3 849
. Imposto sobre o valor acrescentado	476	968
Recursos diversos		
. Conta caução	10 454	15 568
Cobrança por conta de terceiros	117	114
	<u>26 715</u>	<u>31 619</u>
Encargos a pagar		
Custos administrativos	43 591	31 566
Férias por gozar	15 840	17 448
Subsídio de férias	9 924	9 015
Assistência Médica - Consultas	50	50
Contribuição para Fundo de Garantia	-	-
Locações Financeira		
Regularização Locações Financeira	24 675	12 431
Juros Locações Financeira	3 806	31 401
	<u>97 886</u>	<u>101 912</u>
Receitas com rendimento diferido		
De operações extrapatrimoniais	1 504	1 590
Anuidades de cartões	7 423	6 556
	<u>8 927</u>	<u>8 145</u>
Outras contas de regularização		
Cartões VISA	2 109	881
ATM - Multibanco	11 750	4 704
Compensação - Transferências Interbancárias	85 344	37 597
	<u>99 203</u>	<u>43 182</u>
	<u>232 730</u>	<u>184 858</u>

Regista-se, em 2021, um aumento do passivo pelo registo do passivo da locação e respectivos pagamentos subsequentes, cujo impacto nos outros passivos foi de mCve 28.481.

19. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a estrutura acionista apresenta-se como segue:

Entidade	Número de ações	%	Valor
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70.000	70,00%	700.000
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11.687	11,69%	116.870
Adega, S.A.R.L.	6.732	6,73%	67.320
Rui Augusto Tavares Moreira Almeida Pinto	5.089	5,09%	50.890
Outros	6.492	6,49%	64.920
	<u>100.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.000.000</u>

Capital em 31-12-2020

Entidade	Número de ações	%	Valor
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70 000	70,00%	700 000
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11 687	11,69%	116 870
Adega, S.A.R.L.	6 732	6,73%	67 320
Rui Augusto Tavares Moreira Almeida Pinto	5 089	5,09%	50 890
Outros	6 492	6,49%	64 920
	<u>100 000</u>	<u>100,00%</u>	<u>1 000 000</u>

20. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, as rubricas de reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

Reservas, Resultados Transitados e Lucro do Exercício

	dez-21	dez-20
Prémios de emissão	388	388
Reservas de justo valor		
. De ativos financeiros Ao justo valor através de outros Rendimento Integral (Nota 5)	134.133	128.289
. De impostos diferidos (Nota 12)	(30.099)	(28.788)
Outros	104.034	99.501
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	243.792	215.413
. Outras reservas	1.402.322	1.146.906
. Resultados transitados	-	-
	1.646.114	1.362.319
Resultado do exercício	282.781	283.795
	2.033.318	1.746.004

As variações nas Reservas legais, Outras Reservas e Resultados transitados justificam-se com a incorporação dos resultados de exercício de 2020 sendo: 10% para Reserva legal; 90% para Outras Reservas.

As reservas de justo valor refletem as mais e menos-valias potenciais em Ativos financeiros ao justo valor através de outro Rendimento Integral, líquidas do correspondente efeito fiscal. Em 31 de Dezembro de 2021, a variação dos saldos face ao Dezembro de 2020, justifica-se com mais-valias potenciais Visa em mCve 4.428 e as A participação na Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos em mCVE 1.416. As participações no Banco Comercial do Atlântico e n' A Promotora não registaram variação face ao exercício de 2020.

No que tange à Reserva legal, nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço desse tipo de reserva. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez/21</u>	<u>dez/20</u>
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	681 048	712 496
. Crédito vencido	2 414	2 794
. Crédito ao exterior	111 644	84 698
. Crédito ao pessoal	9 220	-
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
. Obrigações do Tesouro	215 469	218 436
De outros residentes	13 660	14 614
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No país	37	2 217
. No estrangeiro	15	152
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	<u>30 613</u>	<u>31 266</u>
	<u>1 064 121</u>	<u>1 066 673</u>

22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros e encargos similares

	<u>dez-21</u>	<u>dez-20</u>
Juros de depósitos		
. Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	1.696	2.253
. Depósitos a prazo		
De residentes	95.161	74.478
De emigrantes	27.654	33.484
De não residentes	13.731	17.236
Juros Locações Financeira	2.964	15.700
Juros de passivos subordinados	-	-
Juros de empréstimos		
. De residentes	74	26
. De não residentes	48	351
Outros juros e encargos similares	2.177	1.789
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	12	-
	<u>143.517</u>	<u>145.316</u>

23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>dez/21</u>	<u>dez/20</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	19 997	-
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1 294	1 294
. VISA International Service Association	111	113
	<u>21 402</u>	<u>1 406</u>

Durante o ano de 2021, o Banco Comercial do Atlântico procedeu à distribuição de dividendos extraordinários, cabendo ao BI o montante de mCve 19.997

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rendimentos e encargos de serviços e comissões

	dez/21	dez/20
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações sobre instrumentos financeiros	51 838	50 549
Por serviços prestados		
. Comissões de anuidades de cartões	46 534	44 780
. Outras comissões	10 110	10 531
	<u>56 644</u>	<u>55 311</u>
Por garantias prestadas		
. Garantias e avales	6 977	11 048
. Créditos documentários	226	-
	<u>7 203</u>	<u>11 048</u>
Outras comissões	5 078	4 619
	<u>120 763</u>	<u>121 528</u>
 <u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas		
. Créditos documentários abertos	-	353
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Comissões VISA	17 040	20 257
. Outras comissões	10 933	11 690
	<u>27 973</u>	<u>31 947</u>
	<u>27 973</u>	<u>32 300</u>

25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez-21			dez-20		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	33.148	(9.702)	23.446	30.122	(6.682)	23.440
Resultados em notas e moedas	14.714	(3.429)	11.285	13.869	(8.393)	5.475
	<u>47.862</u>	<u>(13.131)</u>	<u>34.731</u>	<u>43.991</u>	<u>(15.075)</u>	<u>28.916</u>

Os Resultados de Operações Financeiras situaram nos CVE 34,7 Mio, registando um aumento no montante de CVE 5,8 Mio (+20%), justificado pelo efeito do aumento dos ganhos de reavaliação cambial em CVE 3,8 Mio e diminuição das perdas de reavaliação cambial em CVE 2 Mio, resultante do acréscimo da circulação das divisas (Notas e moedas estrangeiras) no mercado, devido à eliminação gradual das medidas de restrição (efeito da COVID 19) decretadas em 2020.

26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 o saldo desta rubrica corresponde a ganhos e perdas na alienação de imóveis registados em outros activos

	dez-21	dez-20
Outros Ativos	-	-
Activos Tangíveis	<u>923</u>	<u>2.814</u>
	<u>923</u>	<u>2.814</u>

27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros resultados de exploração

	<u>dez-21</u>	<u>dez-20</u>
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Prestação de serviços diversos:		
. Taxa de serviço	21.425	21.872
. Cartões de crédito	5.164	5.540
. Gastos as Despesas OURS	16.964	17.901
. Outros	-	-
Reembolso de despesas	27	64
Recuperação de crédito	82.751	20.317
IFRS 16	17.387	-
Outros	2.523	1.858
	<u>146.241</u>	<u>67.551</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Outros impostos	(12.471)	(13.030)
Donativos e quotizações	(2.243)	(2.463)
Contrib. Fundo de Garantia	(1.042)	-
Ganhos com as Despesas OURS	(26.085)	(25.908)
Outros	(7.878)	(9.707)
	<u>(49.719)</u>	<u>(51.108)</u>
	<u>96.521</u>	<u>16.443</u>

A variação da recuperação do crédito abatido ao activo justifica-se, essencialmente, pelo registo dos bens recebidos por adjudicação judicial de (1) equipamentos da Moura Company e (2) imóveis da Atlântico Comercial Industria, SA, a que se junta a recuperação do crédito ada cliente Ana Maria Fernandes.

Em 31 de Dezembro de 2021, do total das obrigações abatidas emitidas pela Cabo Verde Fast Ferry foram recuperados 17.167 mCVE, sendo Capital 13.997 mCVE e Juros 3.169 mCVE.

28. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez-21</u>	<u>dez-20</u>
Remunerações dos empregados	226.924	218.639
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	41.028	40.399
Encargos sociais obrigatórios	32.051	29.765
Indemnizações contratuais	848	132
Outros	6.647	1.920
	<u>307.498</u>	<u>290.855</u>

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 o número de efetivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

	<u>dez/21</u>	<u>dez/20</u>
Administração	2	2
Direção	2	1
Coordenadores	11	12
Responsáveis / Gerentes	23	22
Administrativos	116	117
Auxiliares	4	4
Estagiários	1	1
	<u>159</u>	<u>159</u>

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 os números apresentados acima incluíam respetivamente, 59 e 48 colaboradores com contrato a prazo.

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>dez-21</u>	<u>dez-20</u>
Serviços especializados		
. Serviços de informática	55.996	43.367
. Serviços especializados - SISP	31.576	32.244
. Segurança e vigilância	18.209	17.324
. Honorários	3.570	3.826
. Serviços de limpeza	11.237	10.466
. Assessoria	-	-
. Consultoria	7.346	2.606
. Serviços de auditoria	13.113	9.170
. Outros serviços especializados	17.778	18.765
Rendas e alugueres	14.636	11.778
Água, energia e combustíveis	18.966	18.914
Publicidade e edição de publicações	8.212	7.164
Comunicações e despesas de expedição	17.788	16.322
Impressos e material de consumo corrente	12.785	11.975
Transportes	8.434	6.205
Seguros	11.289	9.729
Deslocações, estadas e representação	1.763	1.242
Conservação e reparação	5.714	6.817
Formação de pessoal	3.351	2.413
Outros	3.410	5.086
	<u>265.172</u>	<u>235.414</u>

30. RESULTADO POR ACÇÃO

	dez/21	dez/20
Resultado após imposto	282 781	283 795
Número de acções	100 000	100 000
Resultado por acção (CVE)	<u>2 828</u>	<u>2 838</u>

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

Passivos contingentes e compromissos

	dez-21	dez-20
<u>Passivos eventuais</u>		
. Garantias e avales prestados	540.763	637.660
. Créditos documentários abertos	-	-
	<u>540.763</u>	<u>637.660</u>
Depósito e guarda de valores	6.206.642	6.099.283
	<u>6.747.406</u>	<u>6.736.944</u>

O Banco firmou durante o ano de 2021 um compromisso com o BCA e com A Promotora para a compra das partes ocupadas pelos respectivos serviços no Edifício Chã de Areia (Sede da Garantia), logo que a sua situação legal relativa ao imóvel esteja totalmente regularizada.

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- **Negociação e vendas** – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- **Banca comercial** – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- **Banca de retalho** - Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2021			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	240.238	446.445	377.438	1.064.121
Juros e encargos similares	(5.275)	(63.115)	(75.126)	(143.517)
MARGEM FINANCEIRA	234.962	383.329	302.312	920.604
Rendimentos de instrumentos de capital	21.402	-	-	21.402
Rendimentos com serviços e comissões	46.927	39.518	34.317	120.763
Encargos com serviços e comissões	(27.973)	-	-	(27.973)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	18.820	15.911	34.731
Resultados de alienação de outros ativos	923	-	-	923
Outros resultados de exploração	-	44.068	52.454	96.521
PRODUTO BANCÁRIO	276.241	485.735	404.994	1.166.970
Outros custos e proveitos				(884.189)
Resultado líquido do exercício				282.781
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.011.392	-	-	3.011.392
Disponibilidades em outras instituições de crédito	432.037	-	-	432.037
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	389.593	-	-	389.593
Aplicações em instituições de crédito	31.119	-	-	31.119
Crédito a clientes	-	10.921.054	9.232.989	20.154.043
Recursos de outras instituições de crédito	236.990	-	-	236.990
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	10.202.206	12.143.656	22.345.862

	2020			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	246 350	469 341	350 982	1 066 673
Juros e encargos similares	(17 866)	(56 000)	(71 450)	(145 316)
MARGEM FINANCEIRA	228 484	413 341	279 532	921 357
Rendimentos de instrumentos de capital	1 406	-	-	1 406
Rendimentos com serviços e comissões	55 311	36 419	29 798	121 528
Encargos com serviços e comissões	(31 297)	(441)	(562)	(32 300)
Resultados de reavaliação cambial	-	16 544	12 372	28 916
Resultados de alienação de outros ativos	19 700	-	-	19 700
Outros resultados de exploração	-	7 225	9 218	16 443
PRODUTO BANCÁRIO	273 605	473 088	330 358	1 077 051
Outros custos e proveitos				(793 256)
Resultado líquido do exercício				283 795
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 599 028	-	-	2 599 028
Disponibilidades em outras instituições de crédito	526 874	-	-	526 874
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	383 749	-	-	383 749
Aplicações em instituições de crédito	28 626	-	-	28 626
Crédito a clientes	-	10 963 351	8 198 597	19 161 948
Recursos de outras instituições de crédito	83 580	-	-	83 580
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	9 310 256	11 878 900	21 189 156

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A e as empresas associadas, assim como accionistas locais e membros dos órgãos de gestão ou entidades relacionadas e familiares.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais.

	2021				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	SISP
Ativos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	177 321	850	315	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	-	-	300 021	15 393	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	118 588
Outros ativos	-	-	15 254	-	1 359
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9 912)	-	-	(72)	(120 090)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros Passivos	-	-	-	-	-
Extrapatrimoniais:					
Garantias prestadas	-	-	-	-	-
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares	-	-	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	46 534
Resultados Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento In	-	-	19 997	66	21 640
Gastos:					
Juros e encargos similares	-	(47)	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	(1 059)	(120)	-	-	(1 956)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	(31 576)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-

	2020					
	Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Associadas	Acionistas
Activos:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	393.882	12.872	3.094	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento intergral	-	-	300.021	15.393	-	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	96.948	-
Outros activos	-	-	-	-	1.359	-
Passivos:						
Recursos de outras instituições de crédito	-	(9.328)	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	(74)	(62.550)	-
Rendimentos:						
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	44.780	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento intergral	-	-	-	66	11.265	-
Outros Resultados de Exploração	1.059	-	-	-	-	-
Gastos:						
Juros e encargos similares	-	(148)	-	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	(1.956)	-
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	(32.244)	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-	-

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Órgãos de gestão

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Em 2021 os custos suportados relativos à remuneração (mCve 40.279 e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco (mCve 13.536) ascenderam os mCve 53.814 (2020: mCve. 54.083).

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia os mCve 1.366 e mCve 1.739, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2021, o valor das aplicações de membros do Conselho de Administração ascendia os mCve 18.215.

Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2021, o valor do crédito concedido a accionistas ascendia aos mCve 63.647 e o montante das aplicações efectuadas era de mCve 93.616.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transações de turismo.

Risco de liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do *cash flow* diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Activos e Passivos e é actualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No *cash flow* leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI exceção, a gestão da liquidez não apresenta riscos significativos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde.

Os títulos de dívida pública, por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2021								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
<u>Ativo</u>									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.011.392	-	-	-	-	-	-	-	3.011.392
Disponibilidades em outras instituições de crédito	432.037	-	-	-	-	-	-	-	432.037
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	31.119	-	31.119
Crédito a clientes (saldos brutos)	720.541	414.474	282.726	638.955	4.115.967	2.687.335	4.303.053	7.674.330	20.837.381
	<u>4.163.970</u>	<u>414.474</u>	<u>282.726</u>	<u>638.955</u>	<u>4.115.967</u>	<u>2.687.335</u>	<u>4.334.172</u>	<u>7.674.330</u>	<u>24.311.929</u>
<u>Passivos</u>									
Recursos de outras instituições de crédito	(227.078)	(9.912)	-	-	-	-	-	-	(236.990)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.967.034)	(1.105.080)	(1.153.459)	(9.211.201)	(2.190.901)	(1.718.188)	-	-	(22.345.862)
	<u>(7.194.112)</u>	<u>(1.114.992)</u>	<u>(1.153.459)</u>	<u>(9.211.201)</u>	<u>(2.190.901)</u>	<u>(1.718.188)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.582.852)</u>
GAP (Ativos - Passivos)	(3.030.141)	(700.518)	(870.733)	(8.572.246)	1.925.066	969.147	4.334.172	7.674.330	1.729.077

	2020								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
<u>Ativo</u>									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 599 028	-	-	-	-	-	-	-	2 599 028
Disponibilidades em outras instituições de crédito	526 874	-	-	-	-	-	-	-	526 874
Aplicações em instituições de crédito	0	-	-	-	-	-	28 626	-	28 626
Crédito a clientes (saldos brutos)	872 518	492 664	567 012	519 410	2 656 728	4 053 414	4 166 152	6 618 175	19 946 073
	<u>3 998 420</u>	<u>492 664</u>	<u>567 012</u>	<u>519 410</u>	<u>2 656 728</u>	<u>4 053 414</u>	<u>4 194 778</u>	<u>6 618 175</u>	<u>23 100 601</u>
<u>Passivos</u>									
Recursos de outras instituições de crédito	(74 252)	(9 328)	-	(0)	-	-	-	-	(83 580)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6 826 887)	(1 358 351)	(1 226 808)	(9 588 777)	(1 901 911)	(286 422)	-	-	(21 189 156)
	<u>(6 901 139)</u>	<u>(1 367 679)</u>	<u>(1 226 808)</u>	<u>(9 588 777)</u>	<u>(1 901 911)</u>	<u>(286 422)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21 272 736)</u>
<u>GAP (Ativos - Passivos)</u>	<u>(2 902 719)</u>	<u>(875 014)</u>	<u>(659 796)</u>	<u>(9 069 366)</u>	<u>754 817</u>	<u>3 766 991</u>	<u>4 194 778</u>	<u>6 618 175</u>	<u>1 827 865</u>

Risco de taxa de juro

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas e pela implementação progressiva, em novas operações de prazos superiores a 5 anos, de taxas indexadas à Taxa de Cedência de Liquidez do Banco Central.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspetos que o Banco tem implementado:

Realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco de taxas de juros de operações ativas e outras que se encontram no nosso *pipeline*, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.

- Aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objetivos referidas na linha anterior.
- A base para coberturas ativas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como “referência” dos ativos ou passivos;
- Os contractos de crédito preveem possibilidade de alteração de taxas de juro sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de activos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;
- Realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco de taxas de juros de operações ativas e outras que se encontram no nosso *pipeline*, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.
- Aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objetivos referidas na linha anterior.

Risco de crédito

A monitorização do risco de crédito está a cargo da Direcção de Gestão de Riscos (GGR), a qual é também responsável por efetuar a avaliação do risco de crédito e reportar diretamente ao *Chief Risk Officer* (CRO) e à Comissão Executiva do Banco.

Tem como objetivos, a gestão de risco de crédito e concentração de crédito, informar a gestão sobre a qualidade da carteira de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O Gabinete de Risco de Crédito (GRC) emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, a Unidade de Recuperação de Crédito (URC), apresenta o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Risco de mercado

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em ações e títulos de rendimento fixo.

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a exposição máxima a risco de crédito do Banco (incluindo saldos contratados mas ainda por utilizar); apresenta a seguinte decomposição:

	2021			
	Exposição Ativo	Imparidade	Colaterais	Exposição Efetiva
Disponibilidades	432 037	-	-	432 037
Aplicações em instituições de crédito	31 119	-	-	31 119
Crédito a clientes	20 837 381	683 338	12 431 193	7 722 849
Outros Activos	3 135 496	171 356	-	2 964 140
	<u>24 436 033</u>	<u>854 694</u>	<u>12 431 193</u>	<u>11 150 146</u>
Garantias e avales	541	-	541	0
Créditos documentários abertos	-	-	-	-
Exposição máxima	<u>24 436 574</u>	<u>854 694</u>	<u>12 431 734</u>	<u>11 150 146</u>

	2020			
	Exposição Bruta	Imparidade	Colaterais	Exposição Efetiva
Disponibilidades	526.874	-	-	526.874
Aplicações em instituições de crédito	28.626	-	-	28.626
Crédito a clientes	19.946.073	784.193	9.999.093	9.162.787
Outros Activos	1.246.842	170.595	-	1.076.247
	<u>21.748.415</u>	<u>954.788</u>	<u>9.999.093</u>	<u>10.794.534</u>
Garantias e avales	637.660	-	637.660	-
Créditos documentários abertos	-	-	-	-
	<u>637.660</u>	<u>-</u>	<u>637.660</u>	<u>-</u>
Exposição máxima	<u>22.386.075</u>	<u>954.788</u>	<u>10.636.753</u>	<u>10.794.534</u>

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2 021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	4 386 336	1 152 257	10 771	5 549 364
Vencido	2 505	2 197	499 043	503 745
	<u>4 388 841</u>	<u>1 154 453</u>	<u>509 814</u>	<u>6 053 109</u>
Crédito à habitação	0	0	0	0
Vincendo	6 171 279	287 651	19 801	6 478 731
Vencido	1 412	7 221	40 943	49 576
	<u>6 172 690</u>	<u>294 872</u>	<u>60 745</u>	<u>6 528 307</u>
Outros créditos	0	0	0	0
Vincendo	2 473 808	246 356	9 544	2 729 708
Vencido	2 774	37 568	250 066	290 407
	<u>2 476 582</u>	<u>283 924</u>	<u>259 610</u>	<u>3 020 116</u>
Crédito ao Setor Público	0	0	0	0
Vincendo	239 300	-	-	239 300
Vencido	-	-	-	-
	<u>239 300</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>239 300</u>
	0	0	0	0
Total crédito vincendo	13 270 722	1 686 264	40 117	14 997 103
Total crédito vencido	6 691	46 985	790 052	843 728
Total de crédito	<u>13 277 414</u>	<u>1 733 248</u>	<u>830 169</u>	<u>15 840 584</u>
Extrapatrimoniais	540 763			540 763
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	<u>540 763</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>540 763</u>

	2 020			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	4 812 806	215 882	36 515	5 065 203
Vencido	2 622	2 382	971 359	976 363
	<u>4 815 428</u>	<u>218 263</u>	<u>1 007 874</u>	<u>6 041 566</u>
Crédito à habitação	0	0	0	0
Vincendo	5 369 136	247 636	35 684	5 652 456
Vencido	330	18	47 677	48 025
	<u>5 369 466</u>	<u>247 654</u>	<u>83 362</u>	<u>5 700 482</u>
Outros créditos	0	0	0	0
Vincendo	2 338 454	168 733	21 423	2 528 610
Vencido	1 814	11 809	287 194	300 817
	<u>2 340 267</u>	<u>180 542</u>	<u>308 617</u>	<u>2 829 426</u>
Crédito ao Setor Público	0	0	0	0
Vincendo	255 395	-	-	255 395
Vencido	-	-	-	-
	<u>255 395</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>255 395</u>
	0	0	0	0
Total crédito vincendo	12 775 791	632 251	93 623	13 501 664
Total crédito vencido	4 766	14 209	1 305 963	1 325 205
Total de crédito	<u>12 780 557</u>	<u>646 459</u>	<u>1 399 586</u>	<u>14 826 869</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	<u>632 928</u>	<u>2 160</u>	<u>2 573</u>	<u>637 660</u>

	2021				
	Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual	5 426 885	6 202 427	2 562 361	5 236 097	19 427 770
Sem vencido com imparidade individual	0	0	3 297	0	3 297
Com vencido mas sem imparidade individual	253 404	325 633	283 826	0	862 862
Inferior a 30 dias	126 039	277 842	190 743	0	594 624
30 a 90 dias	2 236	7 061	13 340	0	22 637
91 a 180 dias	21 124	8 817	2 092	0	32 033
181 a 360 dias	6 172	11 417	5 490	0	23 078
superior a 360 dias	97 834	20 495	72 161	0	190 490
Créditos com imparidade individual	372 820	0	170 631	0	543 451
Inferior a 30 dias	18	0	1 175	0	1 193
30 a 90 dias	56	0	151	0	207
91 a 180 dias	64	0	31 615	0	31 679
181 a 360 dias	28	0	8	0	36
superior a 360 dias	372 654	0	137 682	0	510 336
Total	6 053 109	6 528 060	3 020 116	5 236 097	20 837 381

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento”
 - Créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
 - *Stage 1* - Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial
 - *Stage 2* - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
 - e,
 - *Stage 3* - Ativos em imparidade (ativos em *default*).
 - Créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco é reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em *default*" na data de reestruturação e que ainda não tenham cumprido o período de quarentena.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 3.700.466 (mCve 2.006.408 em 31 de Dezembro de 2020), ascendendo a imparidade a mCve 496.775 (variação negativa no montante de imparidade em 218.849 mCve, com a imparidade em Dez19 a situar-se nos 715.624 mCve).

Sendo de referir que para os créditos objecto de análise individual para os quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise coletiva.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objeto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2021			2020		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas	82.987	18.245	119.477	33.590	114.458	148.048
Particulares	182.010	40.611	263.231	91.788	11.676	103.464
	<u>264.997</u>	<u>58.856</u>	<u>382.708</u>	<u>125.378</u>	<u>126.134</u>	<u>251.512</u>

Justo valor

O justo valor dos ativos financeiros mensurados ao justo valor do Banco é como se segue:

2021				
Valorizados ao Justo Valor				
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Justo Valor
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Acções	57 509	-	332 085	389 593
Ativos financeiros	57 509	-	332 085	389 593

2020				
Valorizados ao Justo Valor				
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Justo Valor
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Acções	53 080	-	330 669	383 749
Ativos financeiros	53 080	-	330 669	383 749

No ano de 2020, não se registaram quaisquer entradas ou saídas na carteira de activos financeiros mas apenas variações de justo valor de activos financeiros mensurados no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13.

As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa, enquadrando-se deste modo no nível 1 de valorização previsto na IFRS 13.

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A., A Promotora e Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa independente, tendo por base modelos de fluxos de caixa, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização previsto na IFRS 13.

Análise Sensibilidade 2021

Ativos classificados no Nível 3	Modelo de valorização	Variável analisada	Valor de balanço	Cenário Desfavorável		Cenário Favorável	
				Variação	Impacto	Variação	Impacto
Ativos financeiros disponíveis para venda							
Acções							
Banco Comercial do Atlântico	Modelo de desconto de cash flows	Taxa de desconto*	300 020,6	-50%	182 713	+50%	482 733
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	Modelo de desconto de cash flows	Taxa de desconto	16 671,4	-50%	-100 637	+50%	199 384
A Promotora, Sociedade de Capital de F	Modelo de desconto de cash flows	Taxa de desconto	15 392,7	-50%	-101 915	+50%	198 105
Total			332 085	0	-19 839		880 222

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

2021

	Justo Valor				Justo valor total
	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
<i>Ativo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 011 392	-	3 011 392	-	3 011 392
Disponibilidades em outras instituições de crédito	432 037	-	432 037	-	432 037
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral (a)	389 593	-	-	389 593	389 593
Aplicações em instituições de crédito	31 119	-	31 119	-	31 119
Crédito a clientes	20 837 381	-	-	15 224 594	15 224 594
Outros ativos (imóveis)	1 239 108	-	1 239 108	-	1 239 108
	<u>25 940 630</u>	<u>-</u>	<u>4 713 656</u>	<u>15 614 187</u>	<u>20 327 843</u>
<i>Passivo</i>					
Recursos de outras instituições de crédito	236 990	-	-	22 768	22 768
Recursos de clientes e outros empréstimos	22 345 862	-	-	21 900 115	21 900 115
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
	<u>22 582 852</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21 922 883</u>	<u>21 922 883</u>

a) Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

2020

	Justo Valor				Justo valor total
	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 599 028	-	2 599 028	-	2 599 028
Disponibilidades em outras instituições de crédito	526 874	-	526 874	-	526 874
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral (a)	383 749	-	-	383 749	383 749
Aplicações em instituições de crédito	28 626	-	28 626	-	28 626
Crédito a clientes	19 946 073	-	-	13 512 223	13 512 223
Outros ativos (imóveis)	1 023 469	-	1 023 469	-	1 023 469
	<u>24 507 819</u>	<u>-</u>	<u>4 177 997</u>	<u>13 895 972</u>	<u>18 073 969</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de outras instituições de crédito	83 580	-	-	25 364	25 364
Recursos de clientes e outros empréstimos	21 189 156	-	-	15 549 053	15 549 053
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
	<u>21 272 736</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15 574 416</u>	<u>15 574 416</u>

a) Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points” (bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2021					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	24.042.696	4.598.884	1.721.462	(1.176.079)	(2.059.476)	(3.356.272)
Total ativo sensível	24.042.696	4.598.884	1.721.462	(1.176.079)	(2.059.476)	(3.356.272)

	2020					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	13 105 023	3 553 221	1 441 085	(1 061 188)	(1 889 653)	(3 132 162)
Total ativo sensível	13 105 023	3 553 221	1 441 085	(1 061 188)	(1 889 653)	(3 132 162)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para 2021 e 2020, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	2021					
	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2021	(271.733)	(135.867)	(67.933)	67.933	135.867	271.733
Exercício de 2020	(242.133)	(121.067)	(60.533)	60.533	121.067	242.133

	2020					
	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2020	(242 133)	(121 067)	(60 533)	60 533	121 067	242 133
Exercício de 2019	(143 582)	(71 791)	(35 896)	35 896	71 791	143 582

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2021 e 2020 respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o *spread* médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2021				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.609.189	374.426	11.858	15.919	3.011.392
Disponibilidades em outras instituições de crédito	106.251	120.608	166.034	39.145	432.037
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	389.593	-	-	-	389.593
Aplicações em instituições de crédito	-	-	31.119	-	31.119
Crédito a clientes (líquido)	19.680.659	473.384	-	-	20.154.043
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	118.588	-	-	-	118.588
Outros activos	1.783.926	-	-	-	1.783.926
	<u>24.688.205</u>	<u>968.418</u>	<u>209.011</u>	<u>55.064</u>	<u>25.920.698</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(105.110)	(66.445)	(65.434)	-	(236.990)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(21.919.119)	(260.148)	(143.062)	(23.533)	(22.345.862)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(304.528)	-	-	-	(304.528)
	<u>(22.328.757)</u>	<u>(326.593)</u>	<u>(208.496)</u>	<u>(23.533)</u>	<u>(22.887.380)</u>
Exposição líquida	<u>2.359.448</u>	<u>641.824</u>	<u>515</u>	<u>31.531</u>	<u>3.033.318</u>

	2020				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 332 742	255 841	6 231	4 215	2 599 028
Disponibilidades em outras instituições de crédito	65 613	312 482	117 604	31 175	526 874
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	383 749	-	-	-	383 749
Aplicações em instituições de crédito	-	-	28 626	-	28 626
Crédito a clientes (líquido)	18 715 140	446 808	-	-	19 161 948
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	96 948	-	-	-	96 948
Outros activo	52 777	-	-	-	52 777
	<u>21 646 969</u>	<u>1 015 131</u>	<u>152 461</u>	<u>35 389</u>	<u>22 849 950</u>
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(38 947)	(10 932)	(33 701)	-	(83 580)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(20 596 558)	(454 909)	(115 556)	(22 134)	(21 189 156)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(184 858)	-	-	-	(184 858)
	<u>(20 820 363)</u>	<u>(465 841)</u>	<u>(149 257)</u>	<u>(22 134)</u>	<u>(21 457 594)</u>
Exposição líquida	<u>826 606</u>	<u>549 290</u>	<u>3 204</u>	<u>13 256</u>	<u>1 392 357</u>

Tendo em conta a paridade fixa entre o Escudo Cabo-verdiano e o Euro, o risco cambial está associado essencialmente aos saldos registados em Dólares Norte Americanos (USD).

No quadro seguinte é apresentado o efeito nos activos e passivos expressos em USD para os exercícios de 2021 e 2020, respetivamente, de uma variação nas taxas de câmbio de 15%, 10% e 2%:

Análise Sensibilidade 2021									
	Valor Em Milhares USD	Câmbio 31-12-2021	Contravalor em Milhares CVE	-15%	-10%	-2%	2%	10%	15%
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	11.858	97.554	1.156.832	(173.525)	(115.683)	(23.137)	23.137	115.683	173.525
Disponibilidades em outras instituições de crédito	166.034	97.554	16.197.264	(2.429.590)	(1.619.726)	(323.945)	323.945	1.619.726	2.429.590
Aplicações em instituições de crédito	31.119	97.554	3.035.779	(455.367)	(303.578)	(60.716)	60.716	303.578	455.367
			<u>20.389.875</u>	<u>(3.058.481)</u>	<u>(2.038.987)</u>	<u>(407.797)</u>	<u>407.797</u>	<u>2.038.987</u>	<u>3.058.481</u>
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	65.434	97.554	6.383.368	(957.505)	(638.337)	(127.667)	127.667	638.337	957.505
Recursos de clientes e outros empréstimos	143.062	97.554	13.956.281	(2.093.442)	(1.395.628)	(279.126)	279.126	1.395.628	2.093.442
			<u>20.339.649</u>	<u>(3.050.947)</u>	<u>(2.033.965)</u>	<u>(406.793)</u>	<u>406.793</u>	<u>2.033.965</u>	<u>3.050.947</u>

Analise Sensibilidade 2020

	Valor Em Milhares USD	Câmbio 31-12-2020	Contravalor em Milhares CVE	-15%	-10%	-2%	2%	10%	15%
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6 231	89,785	559 441	(83 916)	(55 944)	(11 189)	11 189	55 944	83 916
Disponibilidades em outras instituições de crédito	117 604	89,785	10 559 089	(1 583 863)	(1 055 909)	(211 182)	211 182	1 055 909	1 583 863
Aplicações em instituições de crédito	28 626	89,785	2 570 216	(385 532)	(257 022)	(51 404)	51 404	257 022	385 532
			<u>13 688 746</u>	<u>(2 053 312)</u>	<u>(1 368 875)</u>	<u>(273 775)</u>	<u>273 775</u>	<u>1 368 875</u>	<u>2 053 312</u>
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	33 701	89,785	3 025 806	(453 871)	(302 581)	(60 516)	60 516	302 581	453 871
Recursos de clientes e outros empréstimos	115 556	89,785	10 375 227	(1 556 284)	(1 037 523)	(207 505)	207 505	1 037 523	1 556 284
			<u>13 401 033</u>	<u>(2 010 155)</u>	<u>(1 340 103)</u>	<u>(268 021)</u>	<u>268 021</u>	<u>1 340 103</u>	<u>2 010 155</u>

35. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos de gestão do Capital no Banco norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

Para atingir os objetivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 62/VIII/2014 e Lei nº 61/VIII/2014 de 23 de Abril, a qual define os princípios orientadores e o quadro normativo de referência para o sistema financeiro. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afeto às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;

- O aviso nº 3/2015, de 12 de Maio de 2015, BO nº 25, define obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 800 milhões de Escudos de Cabo Verde, Bancos de autorização genérica;
- No Aviso nº 1/2017, de 09 de Fevereiro, determina que em matéria de fundos próprios, as instituições financeiras devem assegurar um rácio de adequação de fundos próprios totais, enquanto um dos indicadores de solvabilidade, no nível não inferior a 12%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afetarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;
- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas ($\geq 10\%$ do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, Aviso nº 1/2017 de Fevereiro de 2017, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 12%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, em 31 de Dezembro de 2021 e nos finais de 2020 [admitindo eventual distribuição de 9% de dividendos, no montante de 25.450.334 CVE (equivalente a 10% do resultado líquido determinado após a constituição da reserva legal)];

Gestão do Capital	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Varição
Fundos Próprios de Base	2 782 082	2 563 021	219 061
Capital Social	1 000 000	1 000 000	-
Reservas e Prémios	1 646 503	1 362 708	283 795
Resultado Líquido	257 331	283 795	(26 464)
Resultados Transitados e outros (Impacto transição para NIRF)	(121 752)	(83 482)	(38 270)
Provisões adicionais	-	-	-
Fundos Próprios Complementares	52 017	49 750	2 266
Obrigações subordinadas	-	-	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	52 017	49 750	2 266
Deduções aos Fundos Próprios totais	89 512	107 216	(17 704)
Participações em Instituições de Crédito	89 512	107 216	(17 704)
Excesso na concentração de risco	-	-	-
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	-	-	-
Total dos Fundos Próprios Elegíveis	2 744 587	2 505 555	239 032
Total do Activo Ponderado	16 763 681	15 656 196	1 107 485
Rácios	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Varição (P.P)
Fundos Próprios de Base	16,60%	16,37%	0,23
Fundos Próprios Complementares	0,31%	0,32%	-0,01
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,53%	-0,68%	0,15
Rácio de Solvabilidade	16,37%	16,00%	0,37

O Banco cumpriu durante o ano de 2021 (2020), com todos os requisitos de capital imposto pelo Banco de Cabo Verde (BCV).

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

(i) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (exceto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos acionistas e apenas se tiver sido objeto de certificação por Auditor Externo;
- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspetiva de prudência, como facto de correção.

(ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde. O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;

- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

(iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- a) Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
- b) Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
- c) O valor líquido de balanço dos activos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completarem dois anos sobre a data em que os activos não financeiros em causa tenham sido recebidos, entretanto na fase transitória, O Banco de Cabo Verde, relativamente aos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio, no período entre 2013 e 2016, prorrogou o prazo de alienação para cinco anos, estabelecendo que o valor líquido de balanço desses imóveis deve ser deduzido aos fundos próprios, com início no ano de 2018 sendo 45% neste mesmo ano e 55% em 2019, e assim sucessivamente até 2022
- d) Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os activos ponderados são hierarquizados em 4 fatores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adotado para as posições extrapatrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respetivo rácio de solvabilidade.

Medidas excepcionais no âmbito da pandemia Covid 19 em 2021

Em 2021, o Banco Central e o Governo de Cabo Verde mantiveram as medidas excepcionais implementadas em 2020, para mitigação do impacto do coronavírus - Covid 19 na economia nacional, das quais destacamos:

- A redução da taxa diretora numa dimensão de 125 pontos base, passando dos atuais 1,5% para 0,25%. Esta redução visa provocar uma reação mais rápida e profunda nas ações de resposta da banca, sem comprometer ou causar insegurança em segmentos chave do funding das instituições de crédito;
- A diminuição da taxa das facilidades permanentes de cedência de liquidez em 250 pontos base, ou seja, de 3% para 0,5%, visando, por um lado, a manutenção do fator “confiança” nos mercados, ao sinalizar à banca uma total disposição do Banco Central em ceder fundos em casos de *stress* ou escassez de liquidez. Visa, por outro lado, a redução das taxas ativas do mercado bancário, tornando mais barato o custo do crédito e contribuindo para a libertação de fundos por parte das empresas e famílias, ao determinar prestações mais reduzidas e, por conseguinte, um aumento do seu rendimento disponível;
- A redução da taxa das facilidades permanentes de absorção de liquidez em 5 pontos base, de 0,1% para 0,05%, com vista à reorientação dos recursos bancários para o crédito à economia. Ou seja, pretende-se desencorajar as aplicações em depósitos *overnight* da banca junto do BCV, canalizando a liquidez para o crédito à economia, onde os rendimentos serão mais atrativos;
- A redução do coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) em 300 pontos base, de 13% para 10%, incentivando fortemente a banca a canalizar a liquidez libertada para o crédito à economia, aumentando o crédito à economia na mesma proporção, em termos de novos fluxos de crédito, até ao final de 2020;
- A redução da taxa de desconto em 450 pontos base, passando dos atuais 5,5% para 1%;
- Durante o período da moratória ou carência acima referido, as falhas de pagamento dos clientes afetados com situações de incumprimento não serão consideradas como crédito malparado (*NPL-Non Performing Loans*), não tendo efeitos nas imparidades, nas provisões e nos rácios da atividade;
- A redução do rácio de solvabilidade em 2 pontos percentuais até 31 de dezembro de 2021, passando dos atuais 12% para 10%;
- A suspensão, em 2020 e 2021, da dedução aos fundos próprios dos valores dos bens recebidos em dação.

Operational Plan to deal with Distressed Debtors (Plano Distressed Debtors)

À data de 31 de Dezembro de 2021, o BI tinha uma carteira de moratórias legais e linhas de crédito do Governo de Cabo Verde com 502 clientes, sendo 208 empresas e 294 particulares (num total de 619 operações), válidas até aquela data ou até 31 de Março de 2022, em função dos casos estipulados na lei e caracterizada da seguinte forma:

Tipo de Entidade	Entidades		Operações		Total Moratórias				Total Linhas de Crédito				Total Moratórias e Linhas de Crédito			
	Nº	%	Nº	%	Valor		Imparidade		Valor		Imparidade		Valor		Imparidade	
					CVE	Mio EUR	CVE	Mio EUR	CVE	Mio EUR	CVE	Mio EUR	CVE	Mio EUR	CVE	Mio EUR
Empresas	208	41%	268	43%	3 017 362 476	27,36	92 501 084	0,84	405 874 803	3,68	7 210 601	0,07	3 423 237 280	31,05	99 711 685	0,90
Particulares	294	59%	351	57%	973 044 077	8,82	11 319 989	0,10					973 044 077	8,82	11 319 989	0,10
Total	502	100%	619	100%	3 990 406 553	36,19	103 821 073	0,94	405 874 803	3,68	7 210 601	0,07	4 396 281 356	39,87	111 031 674	1,01

Em 2021, o Banco manteve o acompanhamento do seu *“Operational plan to deal with distressed debtors in the context of the coronavirus (COVID-19) pandemic”* [Plano operacional para lidar com devedores em dificuldades no contexto da pandemia de coronavírus (COVID-19)], implementado em 2020, e cujo objectivo principal é o controlo do nível de incumprimento, mantendo um rácio de NPL de acordo com o BI RAS, através preparação do BI com uma resposta pró-activa, estruturada e eficaz contra os possíveis fluxos de NPL e de reestruturados, visando:

- Fornecer soluções adequadas e oportunas para clientes considerados viáveis, mas que possam estar em crise financeira;
- Estruturar medidas proativas para minimizar quaisquer potenciais efeitos negativos associados ao término da moratória;
- Compreender de forma clara dos riscos que enfrenta e desenvolver uma estratégia adequada, garantindo o tratamento eficaz e atempado dos alertas precoces.

Decorrente da aplicação da metodologia implementada pelo Banco para avaliação periódica do nível de risco dos clientes com moratórias legais e linhas de crédito, nomeadamente, através da aplicação regular de questionários ou por aferição directa da Comissão Executiva, o BI foi reforçando os níveis de prudência para os aqueles com evidência de aumento do risco de incumprimento.

Assim, como reflexo dessa prudência, existiu um reforço líquido de imparidades para o conjunto de devedores em moratória e/ou com linhas de crédito (englobados no Plano *Distressed Debtors*) que totalizou mCVE 54.971 entre 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2021.

36. Eventos Subsequentes

A publicação deste Anexo é feita num momento em que, depois de uma batalha inédita contra a instabilidade e a incerteza associadas à Pandemia do COVID19 que assolou o mundo desde finais de 2019, Cabo Verde e o mundo enfrentam, agora, os impactos da guerra na Ucrânia, em particular, relacionados com a importação de fenómenos inflacionistas derivados dos aumentos dos custos de energia e do custo dos bens agroalimentares.

Não obstante à data não ser possível efetuar previsões acerca dos impactos nas demonstrações financeiras, o Conselho de Administração do BI estima que os principais impactos financeiros nas demonstrações financeiras do BI poderão advir em resultado de um aumento do risco de crédito e um aumento da volatilidade dos ativos financeiros e não financeiros, afetando negativamente as principais variáveis das contas do BI, nomeadamente com efeitos incertos nos resultados, imparidades, crédito vencido e requisitos de capital.

Por conta disto, à data da publicação do presente Anexo às Contas, o Governo de Cabo Verde decidiu prorrogar, até Setembro de 2022, as moratórias legais para as empresas inseridas em sectores relacionados com o Turismo, procurando minimizar os efeitos da retoma mais lenta nesse sector.